



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 09 | setembro 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: setembro de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 29 de setembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Structural reforms and long-term growth – a model based analysis	35
Is deregulation of product and labour markets promoting employment and productivity? A difference-in-differences approach	47
Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Espanha - 2012 a 2016 e 1.º semestre de 2017.	57
Iniciativas e Medidas Legislativas	71
Lista de Acrónimos	75

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do terceiro trimestre de 2017, a produção industrial mundial desacelerou ligeiramente para 3,7% em termos homólogos em julho (3,8% no mês precedente) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento. Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, este apresentou um crescimento mais forte associado sobretudo ao maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes, especialmente asiáticos.
- * O PIB do G20 acelerou para 3,6% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2017 (3,4% no trimestre precedente), o qual foi influenciado por uma melhoria da generalidade das economias avançadas, com exceção do Reino Unido. Quanto aos países emergentes, destaca-se uma melhoria da economia do México e uma recuperação do Brasil.
- * Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2017 para os EUA indicam um crescimento mais moderado da produção industrial (refletindo, em parte, os efeitos climatéricos adversos) e um abrandamento das vendas a retalho, embora o consumo privado tenha mantido um crescimento robusto. O mercado de trabalho continuou a evoluir favoravelmente, tendo a taxa de desemprego estabilizado em 4,4%, em média, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2017 e, a taxa de inflação homóloga diminuiu, em média, para 1,8% (2,0% no 2.º trimestre).
- * No 2.º trimestre de 2017, tanto o PIB da União Europeia (UE) como o da área do euro (AE) aumentou para 2,4% e 2,3% em termos homólogos reais, respetivamente (2,1% e 2,0% designadamente, no 1.º trimestre) refletindo um reforço do consumo privado e público; já que o investimento e as exportações abrandaram. No conjunto dos meses de julho e agosto de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir quer para a UE, quer para a AE, abrangendo a generalidade dos indicadores de confiança. Em julho de 2017, a taxa de desemprego estabilizou na UE e na AE, em 7,7% e em 9,1%, respetivamente. Em agosto de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 1,5% (1,3% em julho) devido à aceleração dos preços de energia (de 2,2% em julho, para 4,0%). Igualmente, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,3% em agosto de 2017, a mais elevada desde o início de 2014.
- * Em setembro de 2017 e, até ao dia 26, o preço spot do petróleo Brent evoluiu no sentido ascendente, para se situar, em média, em 55 USD/bbl (46 €/bbl) em consequência da melhoria das perspetivas de procura de petróleo e à menor produção dos países da OPEP.
- * As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis para a área do euro, situando-se em -0,33%, em média, em setembro de 2017, até ao dia 26. Já relativamente aos EUA, as taxas de juro a 3 meses subiram ligeiramente para 1,32%, em média (1,31% em agosto). Para além disso, na reunião de 20 de setembro de 2017, a Reserva Federal anunciou o início da redução do balanço do banco central norte-americano, preparando a reversão do processo de compra de ativos entre 2008 e 2014, em resposta à crise financeira.
- * No 3.º trimestre de 2017, apesar do aumento da tensão geopolítica em torno da Coreia do norte, os países vizinhos e os EUA, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução positiva, resultando do bom andamento da economia mundial.
- * Finalmente, após uma apreciação significativa do euro face ao dólar entre março e meados de setembro de 2017, o euro tem vindo a depreciar-se ultimamente, podendo estar relacionado com a incerteza do futuro Governo da Alemanha, decorrente das eleições legislativas (no dia 24 de setembro). Assim, o euro face ao dólar ascendeu a 1,18 a 26 de setembro de 2017, depreciando-se 2,3% face ao dia 8 deste mês.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico manteve-se próximo dos valores mais elevados desde o 1.º semestre de 2002. Esta evolução seguiu em linha com o forte crescimento real da economia que registou 3%, no 2.º trimestre deste ano – valores apenas superados a longo do ano 2000.
- * O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 4,8% no trimestre terminado em julho, desacelerando 2,3 p.p. face a igual período do ano transato.
- * O indicador de confiança dos consumidores piorou ligeiramente no trimestre terminado do mês de agosto, sendo de realçar que o mês de julho tinha registado o valor mais elevado dos últimos 15 anos. Por seu turno, a opinião dos empresários relativa à procura interna de bens de consumo piorou, continuando, no entanto, em níveis positivos.
- * No trimestre terminado em julho, o indicador de investimento do INE em máquinas e equipamentos assistiu a um aumento de 11,4% relativamente ao período homólogo (-1,3 p.p. que a variação homóloga do 2.º trimestre de 2017).
- * Até julho de 2017, o défice acumulado da balança corrente foi de 633 milhões de euros, o que representa um agravamento de 745 milhões de euros, em termos homólogos.
- * A estimativa do INE aponta para que a taxa de desemprego em julho se tenha fixado nos 9,1%, o valor mais baixo desde o fim de 2008. O crescimento do emprego é estimado em 2,7%, menos 0,3 p.p. do que em junho.
- * A variação do IPC, em agosto, foi de 1,1%, enquanto o IPC subjacente cresceu mais duas décimas (1,3%). Já o IPPI registou um crescimento de 2,5%, 1,2% excluindo a energia.
- * No final de agosto, a execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se num saldo global negativo de 2.034 milhões de euros. Este valor representa uma melhoria de 1.901 milhões de euros em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior¹ e tem na sua origem num crescimento da receita efetiva (4,3%) claramente superior ao aumento concomitante da despesa efetiva² (0,4%). O saldo primário cifrou-se, por sua vez, num excedente de 3.734 milhões de euros.
- * Para este resultado da execução orçamental das Administrações Públicas foi determinante o subsector da Administração Central, com um saldo global negativo de 3.919 milhões de euros. A Administração Regional apurou, também, um défice de 151 milhões de euros, enquanto os restantes subsectores revelaram saldos globais positivos: a Segurança Social com 1.434 milhões de euros e a Administração Local com 602 milhões de euros.
- * Em julho, a dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) fixou-se em 249.165 milhões de euros (apenas mais 81 milhões de euros face ao mês anterior). Este valor, no entanto, representa um aumento de 8.104 milhões de euros (mais 3,4%) relativamente ao final de 2016. A dívida líquida, por sua vez, atingiu o montante de 230.287 milhões de euros, em virtude da redução de 827 milhões de euros nos depósitos da Administração Central.
- * A dívida direta do Estado fixou-se em agosto em 245.636 milhões de euros em resultado de um aumento de 1.427 milhões de euros face ao mês anterior (0,6%). Continuou a redução dívida relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira (menos 847 milhões de euros).

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento das exportações de mercadorias de 11,1% em termos homólogos, nos primeiros sete meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 14,1%, que se refletiu num agravamento de 28,9% do défice da balança comercial (fob-cif), num valor de 1.677 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 81,2%, menos 2,2 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros sete meses de 2017, as exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, cresceram 9,4% em termos homólogos, inferior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento de 10,9% em termos homólogos, superior ao crescimento das exportações, o que determinou um agravamento do saldo negativo da balança comercial em 20,7%.
- * No último ano a terminar em julho de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 8,7% em termos homólogos, com todos os grupos de produtos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,9 p.p.), dos “Energéticos” (1,5 p.p.), dos “Agroalimentares” (1,2 p.p.) e dos “Químicos” e “Minérios e metais” com 1 p.p.. Nos primeiros sete meses de 2017, mantém-se o mesmo padrão, embora num nível ligeiramente superior, com os “Energéticos” as “Máquinas e aparelhos e suas partes”, os “Agroalimentares”, os “Minérios e metais” e os “Químicos” a registarem contributos de 2,3 p.p., 2 p.p., 1,5 p.p., 1,4 p.p. e +1,3 p.p., respetivamente.
- * De janeiro a julho de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram 7,9 %, em termos homólogos, tendo contribuído 6,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 cresceram 7,6 % em termos homólogos e para os países do Alargamento 13,7 %, tendo contribuído 5,5 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente, para o crescimento do total das exportações. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,4% do total de janeiro a julho de 2017), foram responsáveis pelo maior contributo Intra UE-15 (1,8 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França (1,0 p.p.), Países Baixos e Itália (ambos com 0,6 p.p.).
- * Nos primeiros sete meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros registaram um crescimento de 21,8%, em termos homólogos e representam 25,5% do total das exportações nacionais (+2,2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o crescimento das exportações para Angola (48,4%), Brasil (47,2%) e China (34,3%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de julho de 2017, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 11,8% nos primeiros sete meses de 2017 em termos homólogos. A componente de Serviços registou um desempenho superior ao dos Bens (13,6% e 10,9%, respetivamente), embora a componente de Bens seja responsável por um maior contributo para o crescimento do total das exportações face aos Serviços (7,3 p.p. e 4,4 p.p., respetivamente).

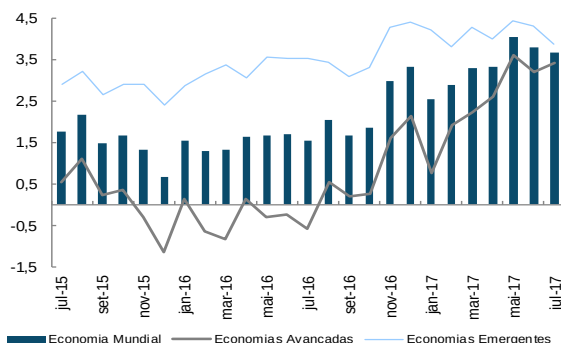
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a julho de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em julho de 2017, a produção industrial mundial desacelerou ligeiramente para 3,7% em termos homólogos (3,8% no mês precedente) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento; já que a das economias avançadas melhorou.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



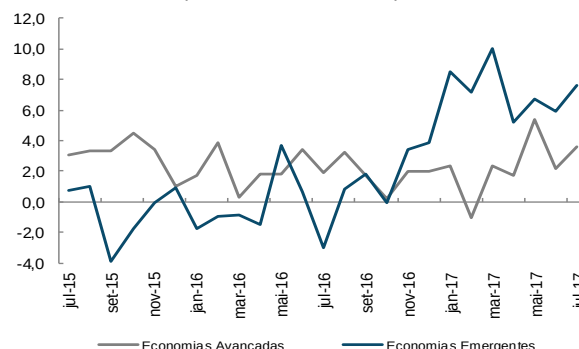
Fonte: CPB.

Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, este apresentou um crescimento mais forte associado sobretudo à melhoria das importações mundiais.

De facto, em julho de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 5,1% (4,2% em junho);
- as importações e exportações mundiais aceleraram para 5,2% e 4,9%, respetivamente (3,7% e 4,7%, designadamente).

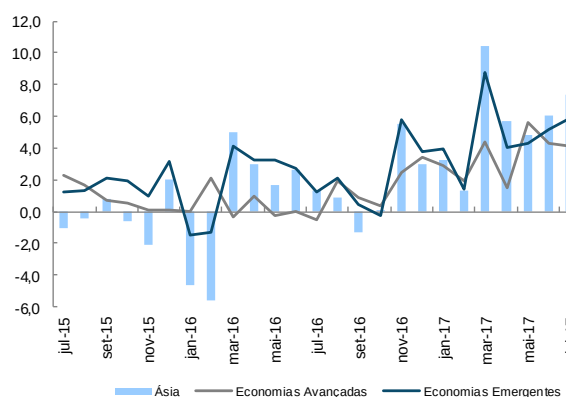
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No início do 3.º trimestre de 2017, assistiu-se a um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes, especialmente asiáticos. Quanto às economias avançadas, as respetivas importações também melhoraram mas as exportações recuaram ligeiramente.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

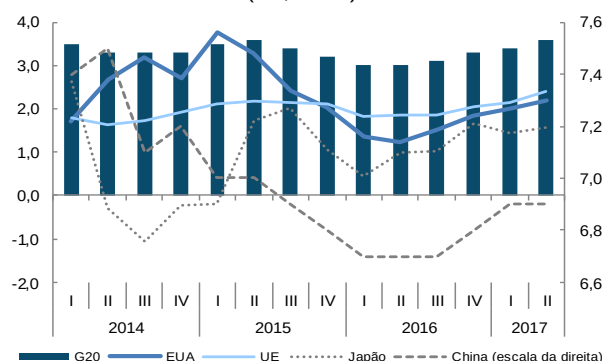
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	19	1,7	1,8	2,7	2,9	3,7	3,3	4,0	3,8	3,7
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	-0,1	0,1	1,3	1,6	3,1	2,6	3,6	3,2	3,4
Economias Emergentes	VH	CPB	3,5	3,4	3,4	4,0	4,1	4,2	4,0	4,4	4,3	3,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	14	1,6	1,1	2,2	4,0	4,2	2,9	5,5	4,2	5,1
Importações Mundiais	VH	CPB	14	1,8	1,3	1,8	4,1	4,3	3,1	5,9	3,7	5,2
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	2,3	2,3	1,4	1,2	3,1	1,7	5,4	2,1	3,6
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	0,9	-0,2	2,4	8,6	6,0	5,2	6,7	6,0	7,6
Exportações Mundiais	VH	CPB	14	1,5	1,0	2,5	3,8	4,1	2,6	5,0	4,7	4,9
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,3	0,8	2,1	3,0	3,8	1,5	5,6	4,3	4,1
Economias Emergentes	VH	CPB	1,9	3,1	1,3	3,1	4,7	4,5	4,0	4,3	5,2	5,8

Atividade Económica Extra-UE

No 2.º trimestre de 2017, o PIB do **G20** acelerou para 3,6% em termos homólogos reais (3,4% no 1.º trimestre), o qual foi influenciado por uma melhoria da generalidade das economias avançadas, com exceção do Reino Unido. Quanto aos países emergentes, destaca-se uma melhoria da economia do México e uma recuperação do Brasil.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



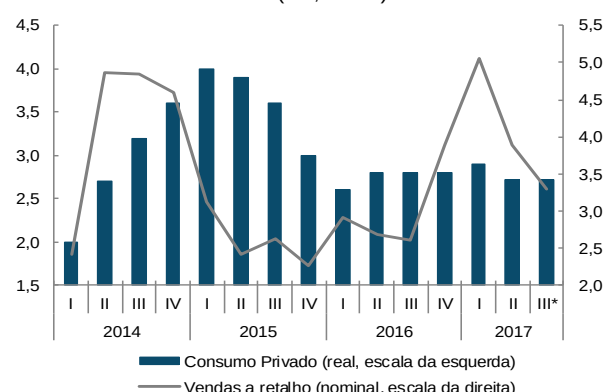
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2017 para os **EUA** indicam a continuação de um crescimento económico moderado e uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de julho e agosto de 2017 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial desacelerou para 2,0% (2,2% no 2.º trimestre) refletindo, em parte, os efeitos climáticos adversos;
- as vendas a retalho também abrandaram para 3,3% (3,9% no 2.º trimestre) embora o consumo privado tenha mantido um forte crescimento em julho (2,7%);
- a taxa de desemprego manteve-se em 4,4% e a taxa de inflação homóloga desacelerou, em média, para 1,8% (2,0% no 2.º trimestre).

As exportações de bens desaceleraram para 5,2% em termos homólogos nominais em julho de 2017 (6,8% em junho).

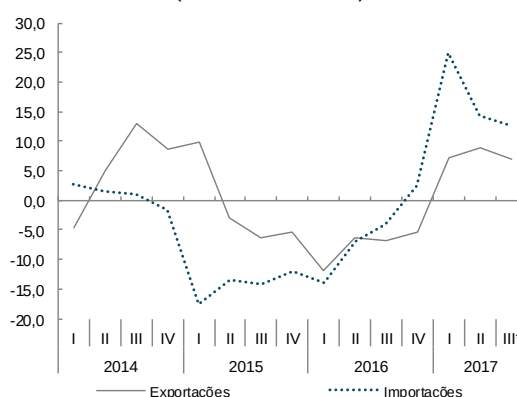
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. Census Bureau. * média de julho e agosto p/ vendas a retalho e trimestre terminado em julho p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem um crescimento económico menos robusto no 3.º trimestre de 2017. De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2017 e, em termos homólogos nominais, a produção industrial abrandou para 6,2% e, as exportações de bens tornaram-se menos dinâmicas, tendo aumentado 7,9% (9,0% no 2.º trimestre).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. *média dos meses de julho e agosto.

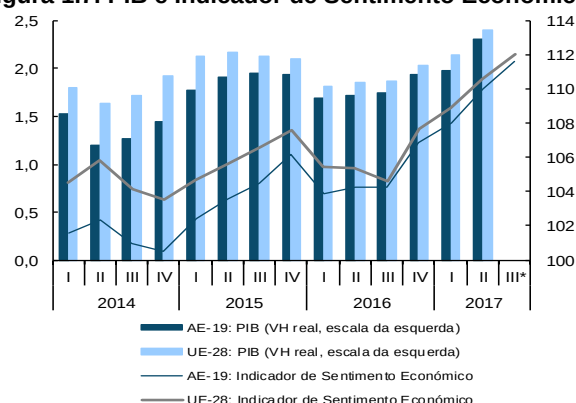
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
EUA – PIB real	VH	BEA	15	12	15	18	2,0	2,2	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-12	-13	-12	-0,1	0,6	2,2	2,3	2,1	2,4	15
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	515	518	512	53,2	57,0	55,8	54,9	57,8	56,3	58,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,8	57,1	60,1	60,9	61,3	60,7	60,8	55,9	57,5
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	918	92,4	90,3	93,1	97,2	96,4	97,1	95,1	93,4	96,8
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,9	4,7	4,7	4,4	4,3	4,4	4,3	4,4
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,7	6,8	6,9	6,9	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	-7,7	-6,3	-6,9	-5,3	7,1	9,0	8,3	11,3	7,2	6,9
Japão – PIB real	VH	COGJ	10	10	10	1,7	14	16	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2017, o indicador de sentimento económico continuou a subir quer para a União Europeia (UE), quer para a área do euro (AE), abrangendo a generalidade dos indicadores de confiança, especialmente no setor da indústria para o caso da UE e, na construção para a AE. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de agosto de 2017, o PIB trimestral em cadeia da AE subiu consecutivamente desde junho último (+0,6%, no 2.º trimestre de 2017).

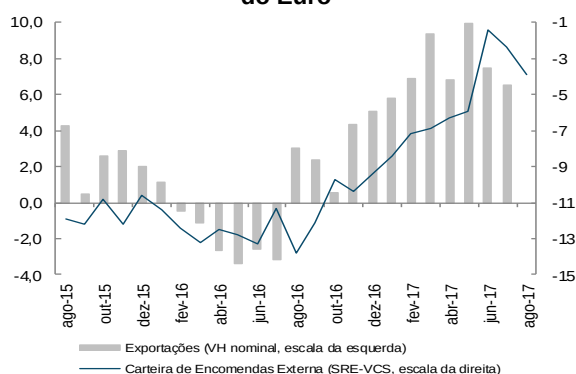
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. *média de julho e agosto.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em junho de 2017, indicam um reforço da produção industrial; enquanto as vendas a retalho e as exportações de bens desaceleraram.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

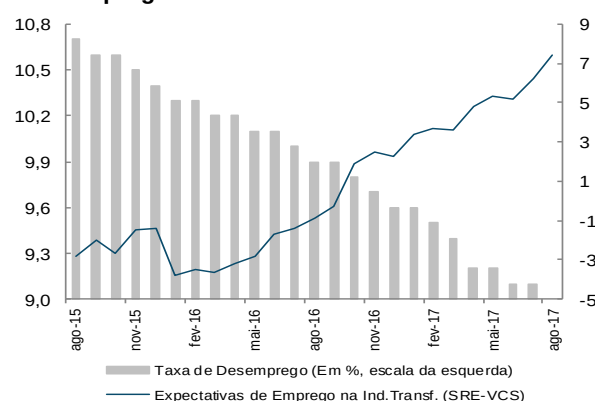


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2017, a taxa de desemprego estabilizou para a União Europeia e área do euro, situando-se em 7,7% e 9,1%, respetivamente, representando, no entanto, uma quebra homóloga de 0,8 e de 0,9 p.p., designadamente.

Em agosto de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para o setor da indústria transformadora; enquanto pioraram para os serviços, construção e comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em agosto de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 1,5% (1,3% em julho) devido à aceleração dos preços de energia (de 2,2% em julho, para 4,0%). Igualmente, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação também aumentou para 1,3% em agosto de 2017 (1,2% em julho), representando o valor mais elevado desde o início de 2014.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram para 1,9% em termos homólogos nominais no 2.º trimestre de 2017 (1,3% no 1.º trimestre).

O emprego total da economia aumentou para 1,6% em termos homólogos na AE no 2.º trimestre de 2017 (igual ao período precedente) acompanhado de um reforço de produtividade em 0,7% (0,4% no 1.º trimestre).

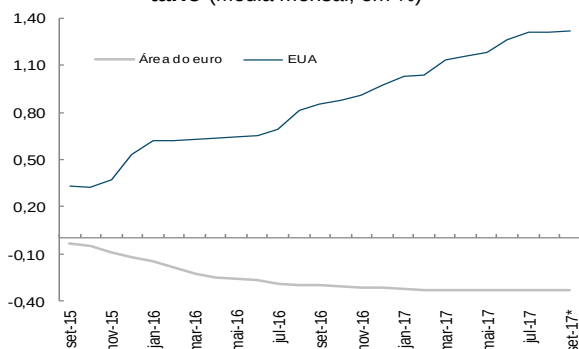
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	19	19	19	2,0	2,1	2,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,7	105,4	104,6	107,7	108,9	110,6	109,7	111,3	112,2	111,9
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	18	17	17	19	2,0	2,3	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	104,2	104,2	106,9	108,0	110,0	109,3	111,1	111,3	111,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	15	11	12	2,1	13	2,6	4,0	2,7	3,4	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	14	0,8	10	2,4	2,2	2,8	2,5	3,1	2,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	10,1	9,9	9,7	9,5	9,2	9,2	9,1	9,1	:
IHPC	VH	"	0,2	-0,1	0,3	0,7	18	15	14	13	13	15

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em setembro de 2017, as taxas de juro de curto prazo para a área do euro estabilizaram, para se situarem em -0,33%, em média, até ao dia 26. Já relativamente aos EUA, as taxas de juro a 3 meses subiram ligeiramente para 1,32% (1,31% em agosto).

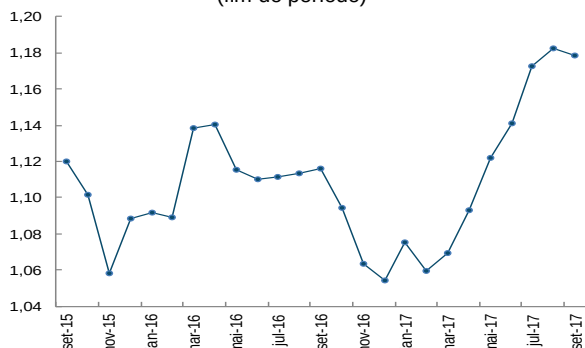
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

Em agosto de 2017, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto para os EUA como para a área do euro, embora tenha sido mais acentuado para o último caso. A descida destas taxas deve-se a alguma incerteza quanto ao andamento da economia norte americana, aliada também a fatores de ordem geopolítica, beneficiando a procura de ativos de refúgio.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

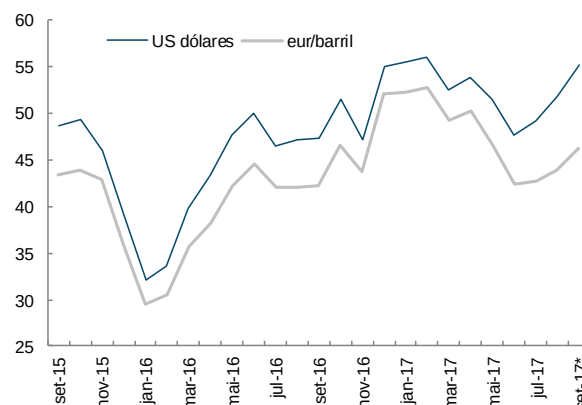


Fonte: Banco de Portugal. Para setembro, o valor é do dia 26.

Após uma forte apreciação do euro face ao dólar entre março e meados de setembro de 2017, o euro tem vindo a depreciar-se em finais do mês. Esta evolução prende-se sobretudo com a incerteza relacionada com o futuro Governo da Alemanha, decorrente das últimas eleições legislativas deste país (dia 24). Assim, o euro face ao dólar, situava-se no dia 26 de setembro, em 1,18 (depreciando-se cerca de 2,3% face ao dia 8 deste mês, o valor mais elevado atingido desde o início de 2015).

Em agosto de 2017, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 39,2 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em setembro de 2017 e, até ao dia 26, o preço do petróleo *Brent* evoluiu no sentido ascendente, para se situar, em média, em 55 USD/bbl (46 €/bbl). Esta evolução está associada à melhoria das perspetivas de procura de petróleo e à menor produção por parte dos países da OPEP.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 26.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,28	-0,30	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,84	1,75	1,56	2,13	2,44	2,26	2,30	2,19	2,31	2,21
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	0,93	0,94	0,66	1,10	1,41	1,17	1,18	1,07	1,21	1,04
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,054	1,110	1,116	1,054	1,069	1,141	1,122	1,141	1,173	1,183
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	14	2,1	7,9	4,6	3,3	0,3	16	2,5	0,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	-4,7	4,8	9,6	6,4	-1,7	-0,1	-3,2	0,2	-0,8
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	46,96	46,97	51,16	54,69	50,92	51,39	47,55	49,15	51,85
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-26,0	-8,3	14,3	55,7	8,44	7,8	-4,7	5,8	10,0
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-27,6	-8,7	16,1	60,9	11,4	10,3	-4,8	1,7	4,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	34,2	35,4	36,3	40,6	44,9	40,6	41,3	38,0	35,9	39,2

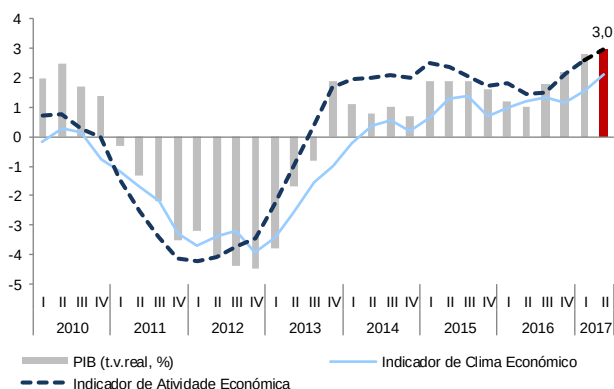
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE, o indicador de clima económico manteve-se próximo dos valores mais elevados desde o 1.º semestre de 2002. Esta evolução seguiu em linha com o forte crescimento real da economia que registou 3%, no 2.º trimestre deste ano – valores apenas superados a longo do ano 2000.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico

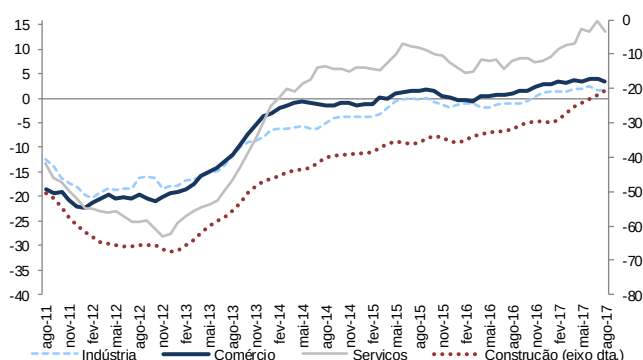


Fonte: INE.

Analogamente, o indicador de atividade económica do INE aumentou de forma acentuada a partir do 2.º trimestre de 2016.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança

(SRE, MM3)

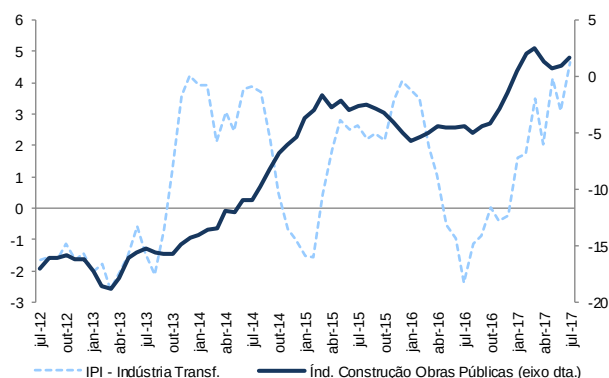


Fonte: INE

No trimestre terminado em agosto, verificou-se uma ligeira deterioração dos indicadores de confiança da indústria, comércio e serviços. Contudo, os indicadores de confiança dos sectores do comércio e dos serviços atingiram os melhores resultados das últimas décadas, no trimestre terminado em julho de 2017. Já o indicador de confiança na indústria alcançou valores máximos, desde o início de 2002, no 2.º trimestre deste ano. Em termos homólogos, o sector da construção foi o que registou o maior aumento no trimestre terminado em agosto de 2017.

Figura 2.3. Índices de Produção

(VH, MM3)



Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em julho, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 4,7% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 8,7% (3,1% e 7,5% no 2.º semestre);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 1,6% (que compara com 0,9% em junho);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 6,1%, desacelerando 0,8 p.p. face ao 2.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 4,8%, inferior em 0,2 p.p. ao mês de junho.

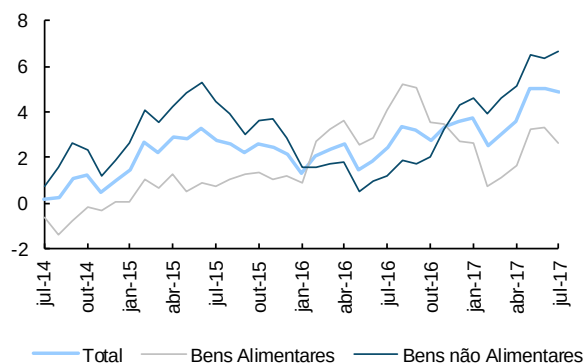
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	10	18	2.2	2.8	3.0	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	12	13	11	16	2.1	18	2.0	2.1	2.2	2.1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0.6	-14	-10	10	14	2.4	3.5	12	2.4	15	0.9
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	11	0.6	15	2.9	3.1	3.9	4.2	3.7	3.9	4.4	2.3
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7.3	7.9	8.1	7.7	10.9	13.5	10.4	20.0	10.2	17.4	13.1
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-318	-32.8	-30.9	-29.7	-27.4	-23.0	-23.7	-23.2	-22.0	-20.5	-19.2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2.7	-10	-0.9	-0.2	3.5	3.1	-0.8	7.3	3.0	3.8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-0.9	-3.2	-14	16	12.2	7.5	0.9	13.8	7.3	5.1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2.3	-11	11	7.1	5.1	6.9	8.5	7.0	5.4	6.0	:

Consumo Privado

No trimestre terminado em julho, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento médio homólogo de 4,8%, acelerando 2,3 p.p. quando comparado com igual período de 2016. A componente alimentar deste índice cresceu 2,6% (-1,4 p.p. que igual período de 2016), enquanto a componente não alimentar registou uma aceleração, crescendo 6,7% (+5.5 p.p. que igual período do ano passado).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

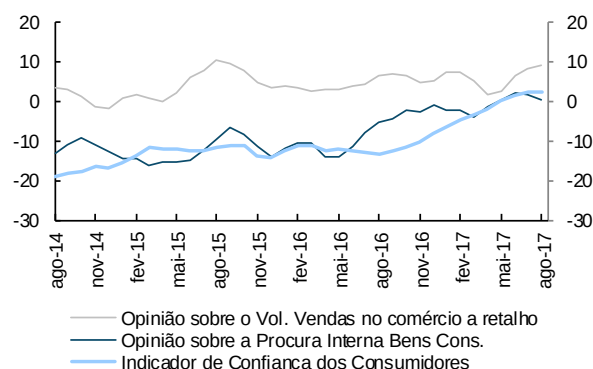


Fonte: INE.

No trimestre terminado em agosto, o indicador de confiança dos consumidores piorou ligeiramente, após ter alcançado no trimestre terminado em julho o valor mais alto dos últimos 15 anos. Também a opinião dos consumidores relativa à oportunidade de aquisição de bens duradouros deteriorou-se em igual período.

Os indicadores de opinião qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista: o indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo piorou ligeiramente no trimestre acabado em agosto, enquanto o indicador de opinião do volume de vendas no comércio a retalho revelou uma subida.

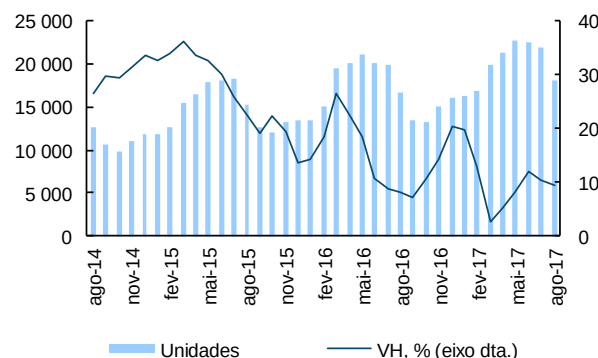
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de agosto, as vendas de veículos ligeiros de passageiros foram de 11 937 unidades, uma diminuição de 5 635 unidades face a julho, mas ainda assim um crescimento homólogo de 11,5% quando comparado com igual período de 2016.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,1	1,2	2,0	2,9	2,3	1,9	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-12,6	-12,4	-8,2	-3,4	1,7	0,2	1,7	3,1	2,8	1,1
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	3,9	6,8	5,1	5,4	6,4	3,2	7,0	9,0	9,6	9,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,7	1,8	3,2	3,6	3,0	5,0	4,4	5,6	5,1	3,9	:
Bens Alimentares	VH	"	3,5	2,9	5,1	2,7	1,1	3,3	2,9	3,3	3,8	0,9	:
Bens não alimentares	VH	"	2,1	1,0	1,7	4,3	4,6	6,4	5,5	7,5	6,1	6,4	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	10,6	7,2	20,3	2,5	11,8	17,8	13,4	6,3	12,4	11,5
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,4	5,1	6,5	6,1	8,3	8,0	3,2	15,5	5,4	5,4	:

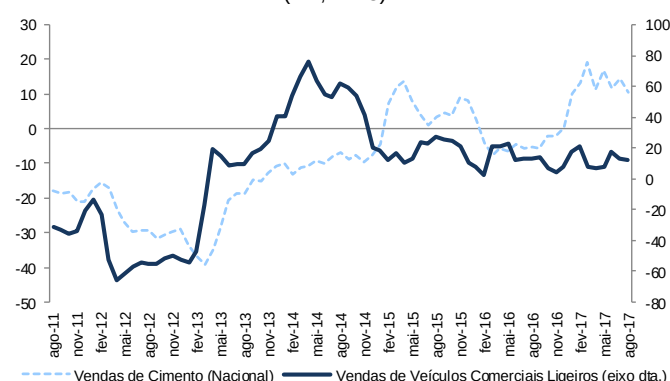
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no trimestre terminado em agosto, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 12,3% (-0,9 p.p. face ao trimestre terminado em julho) acompanhadas pelo grande aumento de 40,4% na venda de veículos comerciais pesados, superior em 21,4 p.p. quando comparado com o trimestre terminado no mês precedente;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 10,5%, correspondendo a uma desaceleração de 1 p.p. relativamente ao 2.º trimestre deste ano.

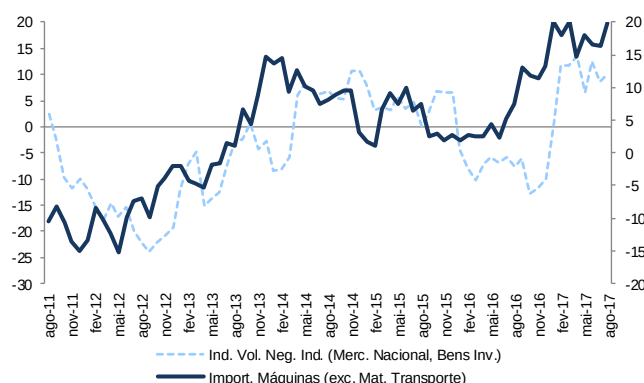
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No trimestre terminado em julho, o indicador de investimento do INE em máquinas e equipamentos assistiu a um aumento de 11,4% relativamente ao período homólogo (-1,3 p.p. que a variação homóloga do 2.º trimestre de 2017). Por sua vez, o indicador de FBCF total viu um crescimento de 11% em relação ao trimestre terminado em julho de 2016, que compara com 13,1% registado no 2.º trimestre do ano.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em julho, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 10,1% (8,5% no 2.º trimestre de 2017);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 16,3% (-0,2 p.p. face ao trimestre terminado em junho de 2017).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

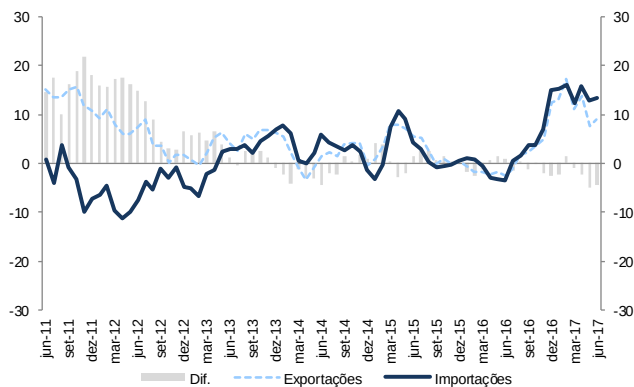
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	0.9	-0.8	0.1	6.3	7.9	9.3	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	16	-0.6	17	6.1	9.9	10.3	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	11	-2.4	19	7.1	11.6	13.1	12.0	13.8	13.1	11.0	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4.4	-4.4	-5.6	0.2	19.2	11.5	3.6	23.9	6.9	13.5	11.1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13.1	12.4	13.5	8.0	7.5	17.3	20.3	15.6	16.4	7.3	12.7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20.6	23.3	5.2	18.8	-2.3	5.3	6.8	3.9	5.5	56.4	89.6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7.1	-10.0	-15	-6.6	7.0	11.4	6.6	4.6	23.0	23.2	3.8
Licenças de Construção de fogos	VH	"	38.2	62.5	38.5	30.4	50.5	10.9	-0.4	20.1	10.0	20.1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7.9	2.4	13.0	13.2	20.1	16.6	9.3	19.8	20.0	9.5	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-6.2	-5.9	-12.8	0.9	13.6	8.5	0.1	21.5	4.3	5.1	:

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em julho, apontam para um aumento das exportações de 9% e um aumento das importações em 13,4% (7,7% e 12,8% no 2.º trimestre de 2017).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Também no trimestre terminado em julho, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 14,9% (-1,1 p.p. face ao 2.º trimestre de 2017). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 7,1%, acelerando 2 p.p. comparativamente ao trimestre terminado em junho de 2017;
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 10,9%, enquanto o mercado extracomunitário registou um crescimento de 22,5% (8,7% e 27,3% no 2.º trimestre de 2017, respetivamente);
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situava-se nessa altura em 80,5% (83,8% no final do trimestre concluído em julho de 2016).

No trimestre terminado em agosto de 2017, a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes diminuiu paulatinamente, depois de uma grande melhoria no 2.º trimestre. Por outro lado, as opiniões sobre a procura externa na indústria tiveram uma evolução positiva, após terem descido para valores mais negativos, no trimestre terminado no mês antecedente.

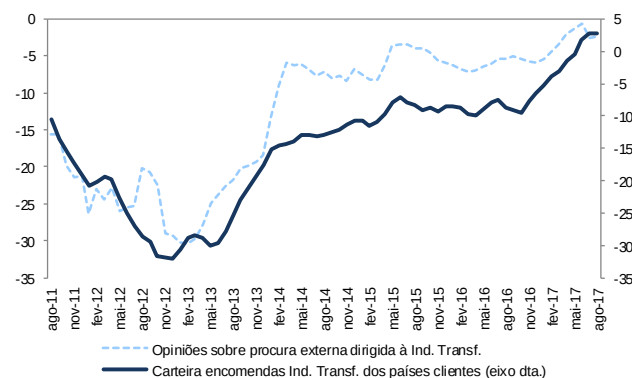
Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4.1	17	4.9	6.0	9.7	8.1	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4.1	13	3.7	7.3	9.1	7.0	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	0.9	0.9	1.1	0.9	0.8	0.8	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	10	0.8	10	10	10	10	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0.8	-17	17	4.9	17.3	7.7	24.2	0.2	16.2	6.7	4.6
Entradas de Bens	VH nom	"	15	-3.2	16	7.0	15.9	12.8	15.5	10.7	212	6.6	12.8

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2016	2017	Dif.
				2T	3T	4T	1T	2T	jan-jul	jan-jul	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 185	-542	2579	963	64	-749	1058	280	-778
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 256	-2108	-2322	-2797	-2385	-2989	-4605	-6290	-1685
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 290	3096	4894	3133	2271	3816	6860	7886	1026
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 260	-2419	-1002	-435	-748	-2286	-2954	-3299	-345
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1547	557	356	481	521	380	811	1071	259

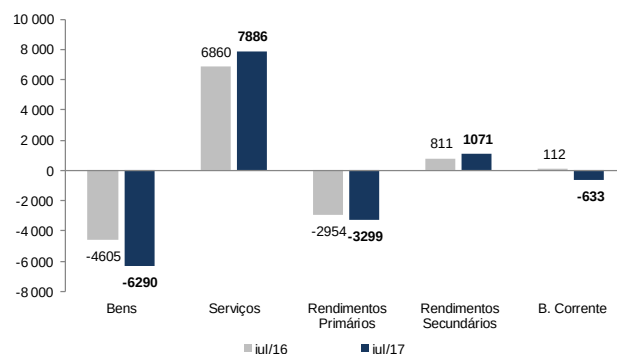
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até julho de 2017, o défice acumulado da balança corrente foi de 633 milhões de euros, o que representa um agravamento de 745 milhões de euros, em termos homólogos. Este resultado reflete a deterioração da balança de bens e de rendimentos primários, que não é compensada pela melhoria das balanças de serviços e de rendimentos secundários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



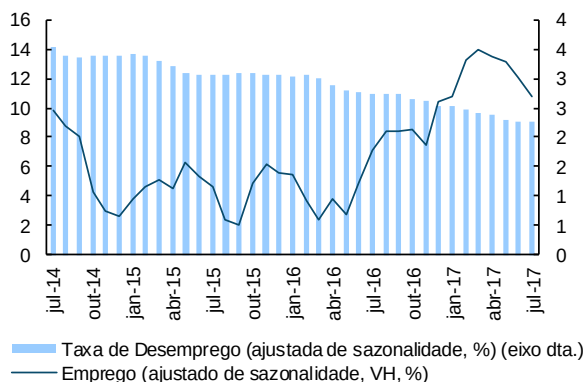
Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 280 milhões de euros (uma diminuição de 778 milhões de euros face ao mesmo período de 2016).

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de estatística apontam para que a taxa de desemprego no mês de julho de 2017 se tenha situado em 9,1%, menos 1,8 p.p. do que em julho de 2016. Tal evolução resulta de um aumento homólogo do emprego de 2,7 (+0,9 p.p. em relação a julho de 2016), enquanto o desemprego caiu 15,9% (-4,9 p.p.).

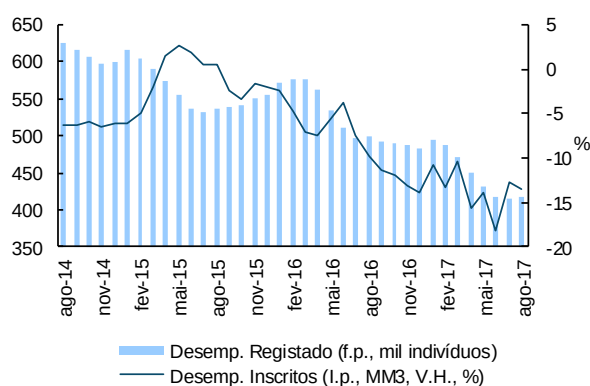
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

Já os dados do IEFP indicam que, no final de agosto, encontravam-se inscritos nos centros de emprego cerca de 418 mil pessoas, o que afigura uma quebra de 16,1% face ao período homólogo. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 42,6 mil pedidos, uma redução homóloga de 15,4%.

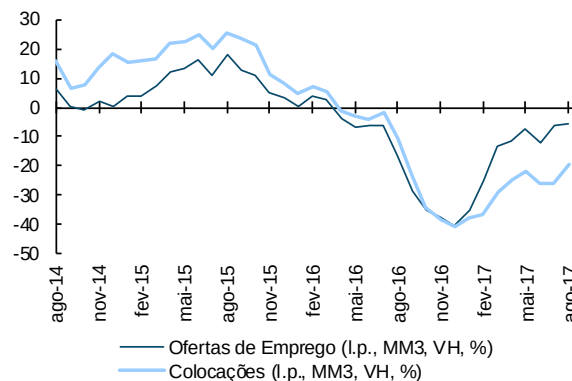
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Também em agosto, o número de ofertas de emprego fixou-se nas cerca de 10,4 mil, mais 8,9% do que em igual período do ano anterior, enquanto as colocações contraíram 1,7%, para cerca de 7 mil.

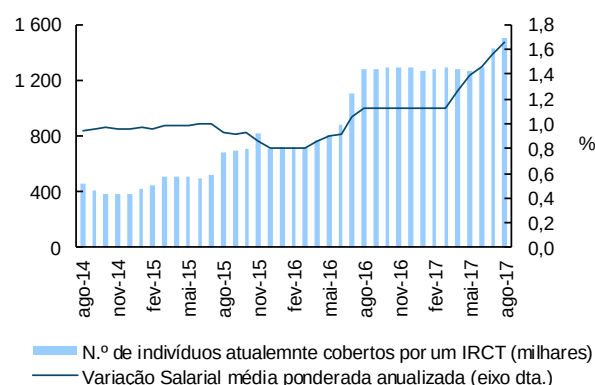
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de agosto, é estimado que cerca de 1,498 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de cerca de 17,0% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas ficou próximo dos 1,7%, acelerando 0,1 p.p. face ao mês de julho.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

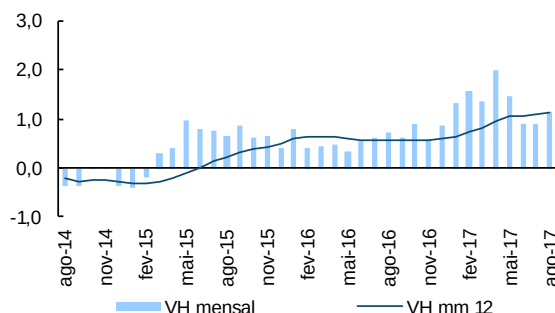
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016			2017		2017				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	ago
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	10,8	10,5	10,5	10,1	8,8	9,5	9,2	9,1	9,1	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	0,5	1,9	1,8	3,2	3,4	3,4	3,3	3,0	2,7	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-4,7	-8,8	-13,1	-18,0	-18,3	-19,9	-19,2	-18,3	-16,4	-16,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-3,8	-11,4	-14,0	-10,3	-18,1	-24,8	-12,9	-16,7	-8,3	-15,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	-6,0	-28,7	-40,5	-13,3	-12,0	-23,0	1,2	-15,9	-3,9	8,9
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,1	0,9	1,1	1,1	1,1	1,5	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,4	2,1	2,6	0,6	3,5	2,9	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,4	1,1	1,2	1,7	1,3	1,9	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em agosto, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu, em termos homólogos, 1,1%, acelerando 0,2 p.p. face a julho. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC cresceu 1,1%, aproximadamente o mesmo valor do mês de julho.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

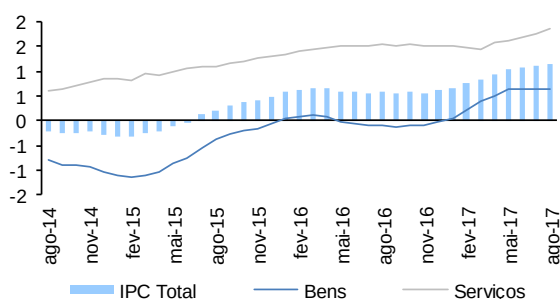


Fonte: INE.

O IPC dos bens aumentou 0,3%, mais 0,3 p.p. do que no mês precedente, enquanto o IPC dos serviços acelerou 0,2 p.p., crescendo 2,4%.

Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente), acelerou também 0,3 p.p. para 1,3%. Esta evolução resulta de uma desaceleração da componente alimentar não transformada, que foi compensada por uma aceleração da componente energética.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



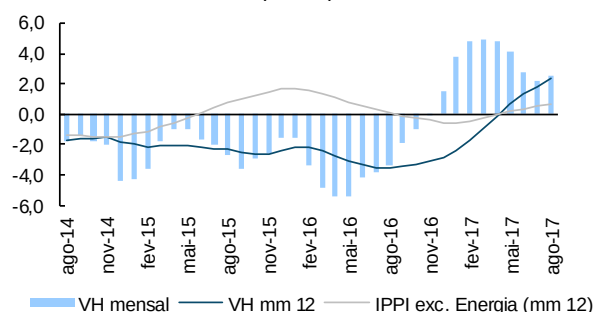
Fonte: INE.

As classes mais dinâmicas do IPC foram a Restauração e Hotelaria e a Comunicação, com um crescimento de 3,9% e 3,8%, respetivamente. Já o Vestuário (-1,9%) e os Acessórios para o Lar (-0,6%) foram as únicas categorias que registaram uma quebra.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 1,3% (0,2 p.p. acima do IPC nacional e 0,3 p.p. acima do valor de julho), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 1,5%, levando a que o diferencial entre as duas se fixasse em -0,2 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) cresceu, em termos homólogos, 2,5% no mês de agosto, acelerando 0,3 p.p. face a julho.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, a categoria de Indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio foram as que registaram o maior aumento (8,8%), enquanto a categoria de Indústrias Transformadoras teve um crescimento menos expressivo, 1,9%, uma aceleração de 0,5 p.p. face ao mês anterior. Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, o agrupamento de Energia foi o que teve a maior subida, 8,1%, enquanto os Bens de Investimento apresentaram um crescimento menor: 0,5%. Com efeito, excluindo o efeito da Energia, o IPPI teria crescido 1,2% em agosto, valor similar ao observado em julho.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

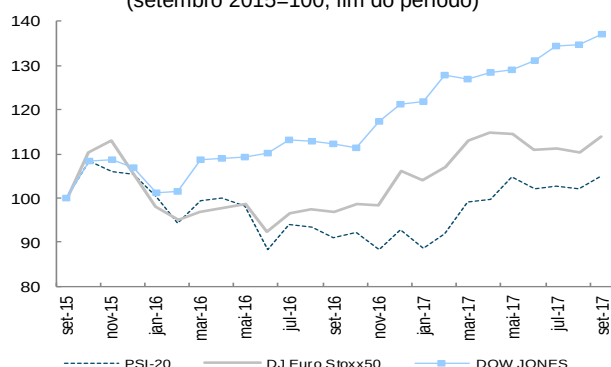
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016	2017							
				dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,0	-0,6	-0,2	1,8	1,0	-0,2	-0,4	-0,7	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	0,9	1,3	1,6	1,4	2,0	1,5	0,9	0,9	1,1
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1
IPC - Bens	VH	"	0,0	0,6	1,4	1,7	1,5	1,1	1,0	-0,1	0,0	0,3
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,3	1,3	1,4	1,2	3,3	2,1	2,4	2,2	2,4
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,5	0,5	0,6	0,6	1,7	1,2	1,1	1,0	1,3
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	1,5	3,7	4,8	4,9	4,8	4,1	2,7	2,2	2,5
IHPC	"	"	0,6	0,9	1,3	1,6	1,4	2,4	1,7	1,0	1,0	1,3
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	-0,2	-0,5	-0,4	-0,1	0,5	0,3	-0,3	-0,3	-0,2

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, apesar do aumento da tensão geopolítica em torno da Coreia do Norte, os países vizinhos e os EUA, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução positiva no 3.º trimestre de 2017, beneficiando especialmente os EUA, em linha com uma recuperação robusta do mercado de trabalho. Assim, em setembro de 2017 e, no dia 26, face ao final de junho, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se 4,6% e 2,7%, respetivamente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(setembro 2015=100, fim do período)

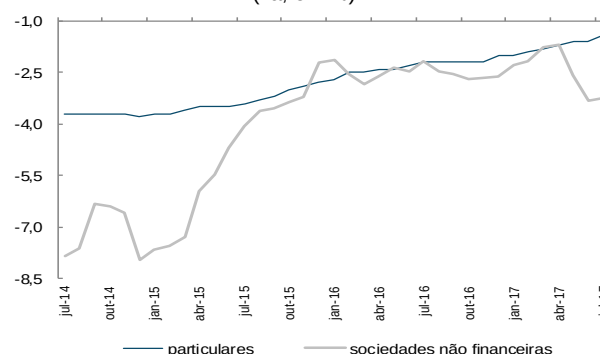


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para setembro, o valor é do dia 26.

Neste mesmo período, assistiu-se a um desempenho mais favorável do mercado acionista português face aos índices europeus, resultando, em parte, do bom andamento da economia portuguesa e da continuação do esforço de contenção orçamental. Estes fatores levaram à recente revisão do *rating* da *Moody's* e *Standard & Poor's* para a República Portuguesa. Com efeito, a 26 de setembro de 2017, o índice PSI-20 valorizou 3% face ao final de junho, culminando num ganho de cerca de 10% face ao final do ano de 2016.

Em julho de 2017, a taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -2,1% em termos anuais (-2,3% no mês precedente). Esta evolução deveu-se à melhoria do crédito destinado aos particulares e às empresas não financeiras.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

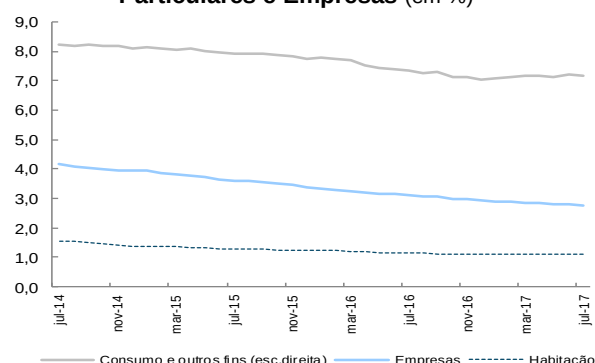


Fonte: Banco de Portugal.

No crédito destinado aos particulares, a melhoria registada (de -1,6% em junho de 2017, para -1,4% em julho) deu-se no crédito à habitação e no consumo, o qual acelerou para um crescimento de 9,1% (8,1% no mês precedente).

Em julho de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, para se situarem em 2,75% (-16 pontos base face a dezembro de 2016). Já para os particulares, as taxas de juro mantiveram-se inalteradas, refletindo uma estabilização das taxas de juro do crédito à habitação.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016	2017							
				dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	3,7	4,1	3,9	4,0	3,5	3,1	3,0	2,8	2,8
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	354	365	365	366	321	280	255	231	245
PSI20*	VC	CMVM	-119	5,0	-4,4	3,9	7,7	0,5	5,1	-2,6	0,7	-0,6
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-2,9	-2,9	-2,8	-2,7	-2,6	-2,6	-2,5	-2,4	:
- para consumo	va**	"	8,0	8,0	7,6	8,1	8,2	8,6	8,6	8,1	9,1	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-2,6	-2,3	-2,2	-1,8	-1,7	-2,6	-3,3	-3,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,12	1,12	1,11	1,11	1,11	1,11	1,12	1,12	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,92	2,92	2,91	2,88	2,85	2,83	2,81	2,79	2,75	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

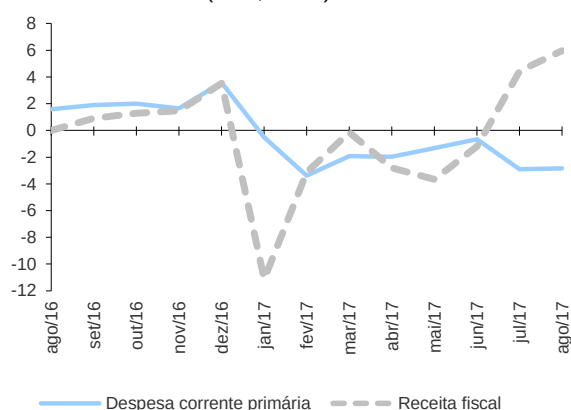
Finanças Públicas

O sector das Administrações Públicas registou, no final de agosto, um saldo global negativo de 2.034 milhões de euros¹, valor que representa uma melhoria de 1.901 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Na base deste resultado esteve o aumento de 4,3%² da receita efetiva, significativamente superior ao aumento que a despesa efetiva registou no mesmo período (0,4%). O saldo primário apresenta, entretanto, um excedente de 3.734 milhões de euros que compara com os 1.646 milhões de euros apurados no período homólogo do ano anterior. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: a soma dos défices observados na Administração Central (3.919 milhões de euros) e na Administração Regional (151 milhões de euros) ultrapassou largamente a dos excedentes registados na Administração Local (602 milhões de euros) e na Segurança Social (1.434 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado encerrou o mês de agosto com um saldo global negativo de 4.153 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 1.820 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior. O saldo primário registou, entretanto, um excedente de 983 milhões de euros, valor que compara com o défice de 756 milhões de euros verificado no mês homólogo do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



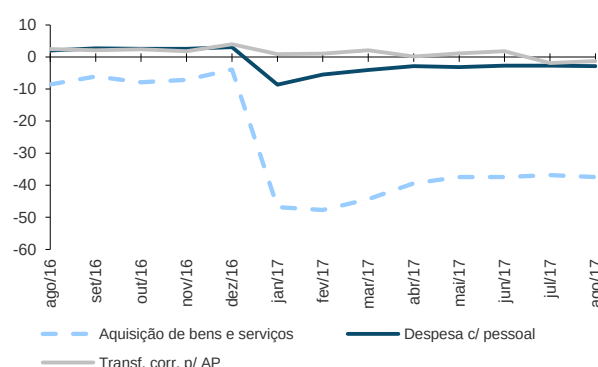
Fonte: DGO.

A referida dinâmica do saldo global assentou na conjugação de um crescimento da receita efetiva (3,9% relativamente ao período homólogo do ano anterior) e de uma diminuição da despesa efetiva (-2,1%, *idem*). O grau de execução da receita efetiva (63,3%) situou-se num valor próximo do da despesa efetiva (63,2%).

Entre os fatores de crescimento da receita efetiva destacam-se a cobrança dos impostos diretos (mais 7,8%) e a dos impostos indiretos (mais 4,7%).

Quanto à despesa efetiva, cumpre destacar as reduções em termos homólogos da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (-37,4%), das *Despesas com o Pessoal* (-2,9%) e da despesa com *Juros e Outros Encargos* (-1,6%).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a ago		jan a ago		mai	jun	jul	ago
	10^6 euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	27 871	28 966	61,6	63,3	-3,8	-2,0	2,8	3,9
Receita corrente	27 787	28 902	61,7	63,4	-3,7	-1,9	2,9	4,0
Impostos diretos	10 229	11 022	57,1	60,6	-13,1	-8,3	3,7	7,8
Impostos indiretos	14 877	15 583	64,5	67,1	3,0	3,7	4,9	4,7
Despesa Efetiva	33 844	33 119	65,7	63,2	-0,8	-0,6	-2,4	-2,1
Despesa corrente primária	27 849	27 058	61,6	63,4	-13,1	3,7	-2,4	-2,8
Despesa corrente	33 066	32 194	66,5	64,1	-1,6	-1,1	-2,6	-2,6
Despesa com pessoal	6 380	6 197	70,1	69,7	-3,2	-2,7	-2,7	-2,9
Aquisição bens e serviços	850	532	49,3	25,4	-37,5	-37,5	-36,9	-37,4
Subsídios	61	28	44,7	26,5	-66,7	-67,4	-67,7	-54,7
Juros	5 217	5 136	69,1	68,1	-2,8	-2,8	-0,9	-1,6
Transferências corr. p/ AP	18 683	18 437	68,2	65,9	1,1	1,8	-1,9	-1,3
Saldo Global	-5 973	-4 153	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-756	983	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, no fim do mês de agosto, um saldo global positivo de 234 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 19 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 2,8%, inferior ao aumento concomitante da despesa efetiva (3%).

No aumento da receita efetiva destaca-se o aumento de 1,4% das receitas provenientes das *Transferências Correntes das Administrações Públicas*, suficiente para compensar a redução de 4,8% das receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 10,6% e de 5,4% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi de 63,7%, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (62,7%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 752 milhões de euros, valor 44 milhões de euros acima do registado no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global negativo de 114 milhões de euros registado na execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) representa um agravamento quando comparado com o mês homólogo do ano anterior.

Esta evolução do saldo reflete um aumento da receita efetiva de 3,2% que não foi suficiente para compensar o aumento concomitante de 4,8% da despesa efetiva. No que diz respeito à evolução da receita efetiva devem destacar-se os aumentos de 3,2% da *Receita Corrente* e de 5,2% nas *Receitas de Capital*. Quanto à despesa efetiva, foram determinantes os aumentos de 4,4% das *Despesas com o Pessoal* e de 5,9% da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços*. As *Despesas de Capital* mantiveram em agosto a sua tendência de redução (-31%).

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA apresentou um saldo global positivo de 74 milhões de euros, representando uma deterioração deste indicador relativamente ao período homólogo do ano anterior (149 milhões de euros).

Para este resultado contribuiu uma redução da receita efetiva de 4,5%, superior à redução entretanto registada na despesa efetiva (-3,5%). A evolução da receita efetiva foi marcada pelas diminuições ocorridas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (-4,2%) e *Quotas e Contribuições* (-5%). Do lado da despesa efetiva, deve dar-se destaque à redução de 3,6% verificada nas *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a ago				jan a ago			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	18 856	19 386	63,7	2,8	5 550	5 727	612	3,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 755	2 623	67,0	-4,8	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	11245	11400	64,5	14	369	492	49,8	33,3
Despesa Efetiva	18 603	19 152	62,7	3,0	6 258	6 479	616	3,5
Despesa com pessoal	4 318	4 553	64,8	5,4	2 447	2 546	66,4	4,0
Aquisição de bens e serviços	4 174	4 618	66,6	10,6	1860	1870	57,7	0,6
Transferências correntes	7 574	7 288	64,5	-3,8	61	51	65,1	-16,3
Saldo Global	254	234	-	-	- 708	- 752	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a ago					jan a ago			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	5 806	5 990	3,2	67,4	Receita Efetiva	6 850	6 540	-4,5	66,7
Receita fiscal	87	85	-2,1	65,3	Contribuições p/ a CGA	2 752	2 619	-4,8	67,0
Outra receita corrente	5 700	5 884	3,2	67,8	Quotas e contribuições	2 683	2 550	-5,0	67,0
Receita de capital	19	20	5,2	25,7	Transferências correntes do OE	3 548	3 396	-4,3	67,3
Despesa Efetiva	5 826	6 104	4,8	66,8	Comparticipação do OE	3 369	3 229	-4,2	67,5
Despesa com pessoal	2 348	2 452	4,4	66,4	Compensação por pagamento de pensões	179	167	-6,6	68,8
Aquisição de bens e serviços	3 349	3 546	5,9	68,0	Despesa Efetiva	6 700	6 465	-3,5	66,0
Despesa de capital	55	38	-31,0	34,2	Pensões	6 575	6 339	-3,6	66,0
Saldo Global	- 20	- 114	-	-	Saldo Global	149	74	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

Em agosto o saldo global positivo da execução orçamental do subsector da Segurança Social atingiu o montante de 1.434 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 405 milhões de euros quando comparado com o mês homólogo do ano anterior.

Esta evolução do saldo global está associada ao crescimento de 0,9% da receita efetiva e à redução de 1,6% na despesa efetiva. O grau de execução orçamental da receita efetiva (65%) revela-se, entretanto, superior ao da despesa (62,2%).

A evolução da receita efetiva está associada ao crescimento de 6,2% das receitas das *Contribuições e Quotizações*. A evolução da despesa efetiva reflete as reduções de 1,5% das *Pensões* e de 12,8% do *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* que, no seu conjunto, compensaram o aumento de 5,5% entretanto registado nas *Prestações e Ação Social*.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)

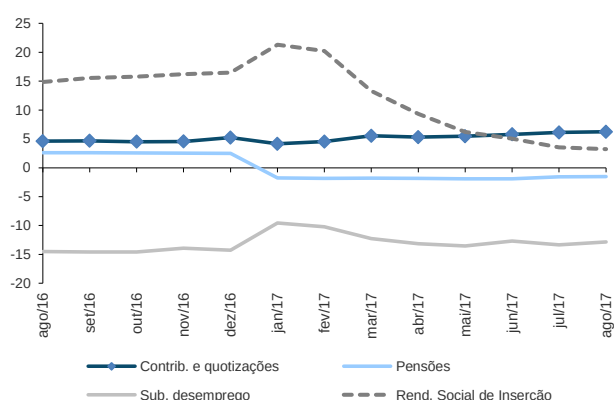
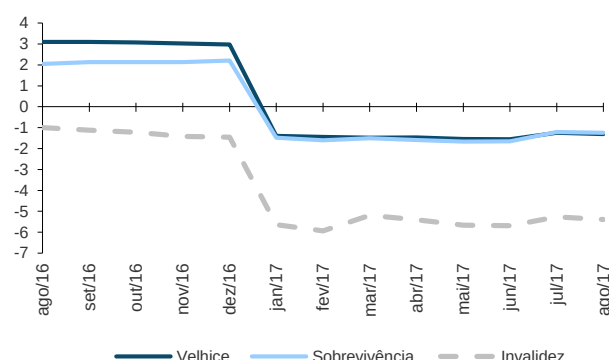
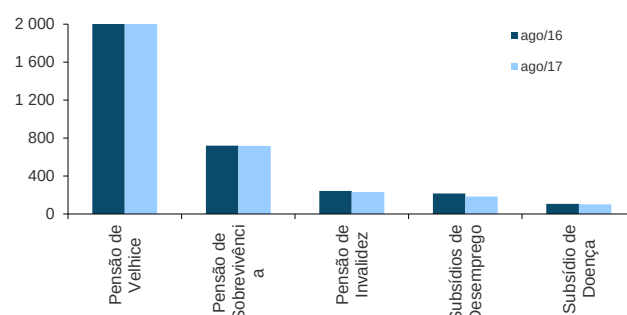


Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a ago			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	17 310	17 460	0,9	65,0
Contribuições e quotizações	9 685	10 288	6,2	66,9
Transferências correntes da Administração Central *	6 361	6 011	-5,5	67,4
Despesa Efetiva	16 282	16 027	-1,6	62,2
Pensões	10 751	10 588	-1,5	65,5
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	309	305	-1,3	64,1
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	1 036	903	-12,8	61,6
Prestações e ação social	2 681	2 829	5,5	63,6
Saldo Global	1 028	1 434	-	

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

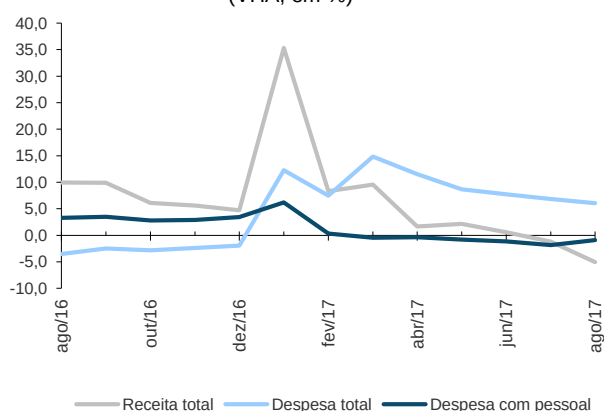
Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional revelou em agosto um saldo global negativo de 151 milhões de euros, correspondendo a um agravamento de 181 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

O agravamento do saldo global tem origem num aumento da despesa efectiva de 6,1%, acompanhado de uma redução de 5% da receita efetiva. Do lado da receita efetiva destaca-se a redução de 9,5% da receita com origem em impostos, enquanto do lado da despesa efetiva cabe salientar os aumentos de 15,8% e de 6,7% verificados, respectivamente, nas rubricas *Investimento* e *Aquisição de Bens e Serviços*.

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

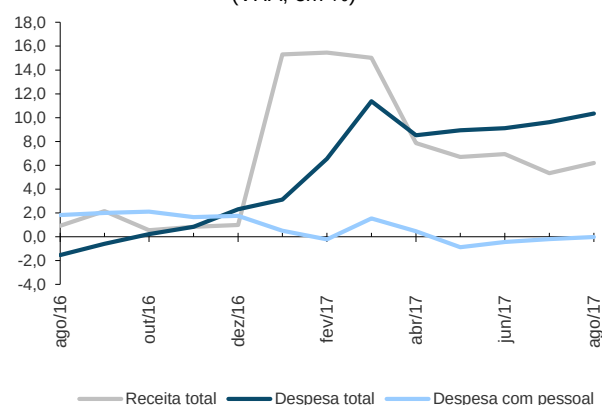
Administração Local

O subsector da Administração Local mantém a trajetória de saldos globais positivos. Em agosto a execução orçamental apresentou um saldo global positivo de 602 milhões de euros, valor que, todavia, representa uma degradação de 124 milhões de euros relativamente ao observado no período homólogo.

Esta evolução está associada a um crescimento de 6,2% da receita efetiva, insuficiente para compensar o crescimento concomitante de 10,3% da despesa efetiva. A evolução da receita efetiva reflete o aumento de 9% registado na cobrança dos *Impostos Locais*, bem como o crescimento de 1,4% das *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (52,2%) e os aumentos das despesas com *Transferências Correntes* e com *Aquisição de Bens e Serviços* que registaram ambos crescimentos de 6,5%. De referir que, no período em análise, as despesas com o *Pessoal* não sofreram alteração do seu valor.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local

(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a ago			jan a ago		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	1 651	1 568	-5,0	4 795	5 092	6,2
Impostos	956	865	-9,5	1 879	2 048	9,0
Transferências correntes	350	347	-	1 687	1 711	1,4
Despesa Efetiva	1 621	1 719	6,1	4 069	4 490	10,3
Pessoal	694	688	-0,9	1 537	1 537	0,0
Aquisição de bens e serviços	407	435	6,7	1 307	1 392	6,5
Transferências correntes	139	116	-16,4	394	420	6,5
Investimento	83	96	15,8	509	775	52,2
Saldo global	30	- 151	-	726	602	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) sofreu em julho um ligeiro aumento relativamente ao valor registado no mês anterior (mais 81 milhões de euros), fixando-se em 249.165 milhões de euros. Este valor é o resultado do efeito de consolidação entre subsectores, uma vez que a dívida dos subsectores da Administração Central e da Administração Regional e Local registou, no seu conjunto, uma redução de 427 milhões de euros em relação ao mês anterior. No entanto, a dívida do subsector da Administração Central apurado em julho encontra-se 8.931 milhões de euros acima do valor observado no final de 2016 (mais 3,4%).

A estrutura da dívida do setor manteve-se sem alterações assinaláveis, com a Administração Central a deter o maior peso.

Os depósitos detidos pela Administração Central reduziram-se em 827 milhões de euros em relação ao verificado no mês anterior, fixando-se em 18.878 milhões de euros e trazendo o valor líquido da dívida em julho para 230.287 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 jun	2017 jul
Administrações Públicas	241 061	249 084	249 165
Por subsector:			
Administração Central	243 675	252 955	252 606
Administração Regional e Local	10 545	10 591	10 513
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 463	13 955
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	19 705	18 878

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 jul	2017 ago
Administrações Públicas	1 880	2 131	2 036
Por subsector:			
Administração Central	372	498	492
Administração Regional	409	363	324
Administração Local	1 100	1 270	1 220
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das Administrações Públicas reduziu-se 95 milhões de euros (4,5%) em agosto, relativamente ao mês anterior, atingindo o montante de 2.036 milhões de euros. Em agosto, aliás, todos os subsectores registam reduções na sua dívida não financeira face ao mês anterior, destacando-se o subsector da Administração Regional com uma redução de 10,8%. No entanto, quando comparado com o final de 2016, a dívida não financeira regista um aumento de 8,3%, assente no aumento de 32,2% da dívida do subsector da Administração Central e no aumento de 11% do subsector da Administração Local. Apenas o subsector da Administração Regional regista uma redução de 20,7% relativamente a 2016.

A estrutura da dívida não financeira manteve sem alterações assinaláveis, com o subsector da Administração Local a deter cerca de 60% do total da dívida.

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiu em agosto o montante de 1.144 milhões de euros, o que representa um aumento de 48 milhões de euros (4,4%) face ao mês anterior. Este aumento é essencialmente explicado pelo aumento do valor dos pagamentos em atraso nos hospitais EPE em 51 milhões de euros (6%), que mais do que compensou a redução registada em todos os restantes subsectores das Administrações Públicas. Quando comparado com o final de 2016, os pagamentos em atraso registam um aumento de 34,5%, influ-

enciados pelo aumento de 65,9% observado nos hospitais EPE. Consequentemente, os hospitais EPE têm vindo a aumentar o seu peso relativo na estrutura dos pagamentos em atraso.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 jul	2017 ago
Administrações Públicas	851	1 095	1 144
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	21	20
SNS	6	4	5
Hospitais EPE	544	852	903
Empresas Públicas Reclassificadas	13	13	12
Administração Regional	120	99	99
Administração Local	150	107	105
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclassificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 096	1 145

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado aumentou 1.427 milhões de euros relativamente ao mês anterior (0,6%), fixando-se em 245.636 milhões de euros no final do mês de agosto.

A redução da dívida direta do Estado associada ao PAEF (menos 847 milhões de euros) e a redução da dívida representada por Obrigações do Tesouro (menos 101 milhões de euros) foi insuficiente para compensar o aumento da dívida representada por Bilhetes do Tesouro (mais 1.110 milhões de euros).

Em resultado destes movimentos ocorridos na dívida direta do Estado, manteve-se praticamente a estrutura da dívida, com a dívida transacionável a representar 60,1% do total, seguida da importância relativa da dívida associada ao PAEF (25,2%) e da dívida não transacionável (14,7%). As obrigações do Tesouro (OT), por sua vez, reduziram ligeiramente o seu peso na estrutura da dívida transacionável (80,8%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/jul/17	ago/17	31/ago/17
	Saldo	Emissões	Saldo
Transacionável	145 398	2 767	147 575
da qual: Bilhetes do Tesouro	15 150	1 567	16 260
da qual: Obrigações do Tesouro	119 361	223	119 280
Não Transacionável	36 122	2 504	36 219
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	25 873	401	26 174
da qual: CEDIC e CEDIM	5 798	1 863	5 796
Prog. de Ajustamento Económico	62 689	0	61 842
Total	244 209	5 271	245 636

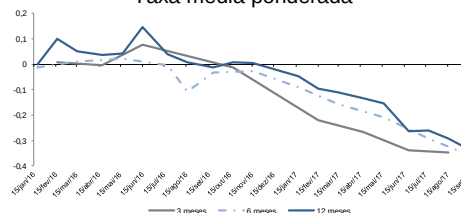
Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

Durante o mês de Setembro, o IGCP, E.P.E. realizou duas emissões de Bilhetes do Tesouro e uma emissão de Obrigações do Tesouro, incorporando uma redução assinalável das respetivas taxas de juro. As emissões de Bilhetes do Tesouro apresentaram as seguintes características:

- No dia 22 colocou um montante de 525 milhões de euros (inclui 25 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em março de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,363% (-0,292% na última colocação para o mesmo prazo);
- Na mesma data, colocou um montante de 1.368 milhões de euros (inclui 118 milhões de euros da fase competitiva), com maturidade em setembro de 2018, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,345% (-0,291% na última colocação para o mesmo prazo).
- Quanto às obrigações do Tesouro, foi colocado um montante de 940 milhões de euros a 10 anos (inclui 90 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em Abril de 2027 e uma taxa de colocação de 2,785% (na última colocação para um prazo idêntico a taxa foi de 3,085%).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



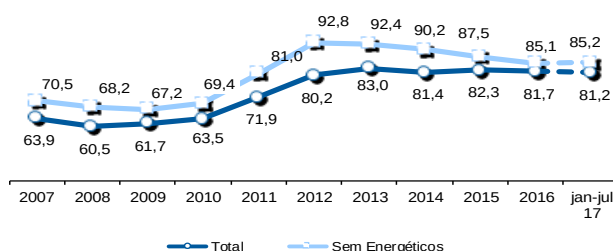
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros sete meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 11,1% em termos homólogos, enquanto as importações aumentaram 14,1% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 28,9%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 9,4% e as importações 10,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a julho			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	29.119	32.361	11,1	9,0	8,7
Importações (cif)	34.921	39.841	14,1	13,4	11,0
Saldo (fob-cif)	-5.803	-7.479	28,9	36,4	21,6
Cobertura (fob/cif)	83,4	81,2	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	27.487	30.066	9,4	8,8	7,7
Importações (cif)	31.808	35.280	10,9	11,4	9,6
Saldo (fob-cif)	-4.321	-5.214	20,7	27,9	21,1
Cobertura (fob/cif)	86,4	85,2	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a julho			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	6.786	8.268	21,8	14,9	14,0
Importações (cif)	7.564	9.578	26,6	22,5	17,5
Saldo (fob-cif)	-778	-1.310	68,3	109,0	57,1
Cobertura (fob/cif)	89,7	86,3	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros sete meses de 2017, as exportações representaram 81,2% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 2,2 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 85,2% das importações (menos 1,2 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de julho

Valores em milhões de Euros			
janeiro a julho	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	29 119	32 361	11,1
Importações (cif)	34 921	39 841	14,1
Saldo (fob-cif)	- 5 803	- 7 479	28,9
Cobertura (fob/cif)	83,4	81,2	-
Intra UE			
Exportações (fob)	22 332	24 094	7,9
Importações (cif)	27 357	30 263	10,6
Saldo (fob-cif)	- 5 024	- 6 169	22,8
Cobertura (fob/cif)	81,6	79,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	6 786	8 268	21,8
Importações (cif)	7 564	9 578	26,6
Saldo (fob-cif)	- 778	- 1 310	68,3
Cobertura (fob/cif)	89,7	86,3	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros sete meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 22,8% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 7,9% e as importações a aumentarem 10,6%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 68,3% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 347	5 348	23,0	3 657	4 344	18,8
fev	4 709	5 177	10,0	4 009	4 356	8,7
mar	5 319	6 142	15,5	4 219	5 241	24,2
abr	4 891	5 415	10,7	4 116	4 122	0,2
mai	5 171	6 266	21,2	4 195	4 873	16,2
jun	5 409	5 768	6,6	4 459	4 757	6,7
jul	5 075	5 724	12,8	4 464	4 668	4,6
ago	4 674			3 463		
set	5 393			4 392		
out	5 255			4 332		
nov	5 510			4 660		
dez	5 489			4 056		
1º Trim	14 375	16 667	15,9	11 885	13 941	17,3
2º Trim	15 471	17 449	12,8	12 770	13 753	7,7
3º Trim	15 142			12 319		
4º Trim	16 254			13 048		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº9/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de julho de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros sete meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 11,1% em termos homólogos, tendo registado um crescimento de 9,4% excluindo os produtos energéticos.

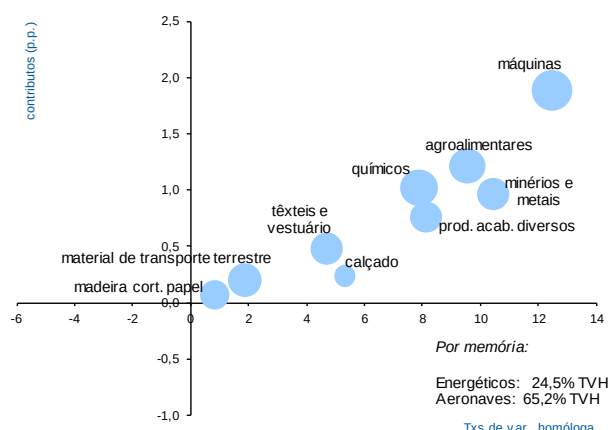
Entre janeiro e julho de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (2,3 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,0 p.p.) e dos “Agroalimentares” (1,5 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,5%). Seguem-se os “Químicos” (13,0%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em julho de 2017.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (8,7%). Mais uma vez, as “Máquinas e aparelhos e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Energéticos” e dos “Agroalimentares” (1,5 p.p. e 1,2 p.p., respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Químicos”, “Minérios e metais” (ambos com 1 p.p.) e “Produtos acabados diversos” (0,8 p.p.) para o crescimento das exportações de mercadorias.

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)
Últimos 12 meses a terminar em julho de 2017
(Total: 8,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-jul		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-jul		últimos 12 meses ^[1]		jan-jul	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	29 119	32 361	100,0	100,0	100,0	100,0	8,7	8,7	11,1	11,1
Agro-alimentares	3 438	3 866	11,5	12,7	11,7	11,9	9,6	1,2	13,1	1,5
Energéticos	1632	2 296	7,2	6,3	5,6	7,1	24,5	1,5	40,7	2,3
Químicos	3 834	4 197	12,5	13,0	13,1	13,0	7,9	1,0	10,1	1,3
Madeira, cortiça e papel	2 392	2 471	8,4	8,0	8,2	7,6	0,8	0,1	3,3	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	3 079	3 208	9,8	10,2	10,6	9,9	4,7	0,5	4,2	0,4
Calçado, peles e couros	1 351	1 399	4,1	4,5	4,6	4,3	5,3	0,2	3,5	0,2
Minérios e metais	2 747	3 145	11,2	9,2	9,4	9,7	10,4	1,0	14,5	1,4
Máquinas e aparelhos e suas partes	4 420	5 014	14,7	15,4	15,2	15,5	12,5	1,9	13,4	2,0
Material de transp. terrestre e suas partes	3 328	3 505	12,4	10,5	11,4	10,8	1,9	0,2	5,3	0,6
Aeronaves, embarcações e suas partes	167	198	0,5	0,9	0,6	0,6	65,2	0,4	13,4	0,1
Produtos acabados diversos	2 770	3 062	7,8	9,3	9,5	9,5	8,1	0,8	10,5	1,0
Por memória:										
Total sem energéticos	27 487	30 066	92,8	93,7	94,4	92,9	7,7	7,2	9,4	8,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2017.

[2] $(\text{ago } 16\text{-jul } 17) / (\text{ago } 16\text{-jul } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

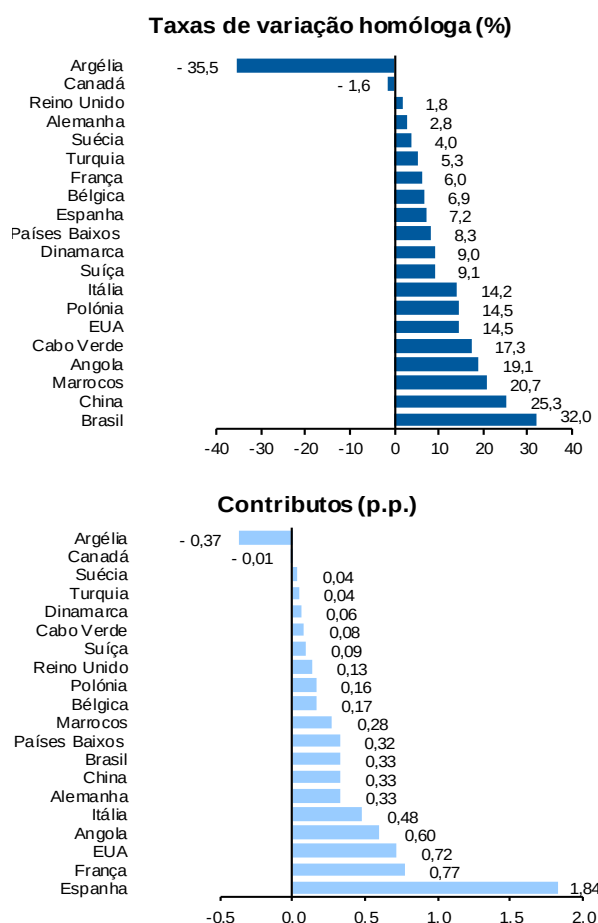
Nos primeiros sete meses de 2017, as exportações para a UE cresceram 7,9% em termos homólogos, com as exportações destinadas aos países da UE-15 e aos Países do Alargamento a registarem um crescimento de 7,6% e 13,7%, respetivamente. As exportações para países terceiros cresceram (21,8%) a um ritmo superior ao das exportações Intra UE (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo (1,8 p.p.) Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas da França (1,0 p.p.), dos Países Baixos e Itália (ambos com 0,6 p.p.).

No último ano a terminar em julho de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 7%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 cresceram 6,4%. As exportações para Espanha (1,8 p.p.) e a França (0,8 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento para o Brasil (32%), China (25,3%) e Marrocos (20,7%). No mesmo período, de sinalizar o decréscimo das exportações com destino à Argélia (-35,5%) e Canadá (-1,6%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em julho de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-jul		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-jul		12 meses [1]		jan-jul	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	29 119	32 361	100,0	100,0	100,0	100,0	8,7	8,7	11,1	11,1
Intra UE	22 332	24 094	74,5	75,1	76,7	74,5	7,0	5,2	7,9	6,1
dos quais:										
UE-15	21 256	22 871	71,3	71,2	73,0	70,7	6,4	4,6	7,6	5,5
Espanha	7 678	8 216	24,9	25,9	26,4	25,4	7,2	1,8	7,0	1,8
França	3 827	4 132	12,2	12,6	13,1	12,8	6,0	0,8	8,0	1,0
Alemanha	3 525	3 660	13,5	11,7	12,1	11,3	2,8	0,3	3,8	0,5
Reino Unido	2 114	2 163	5,2	7,1	7,3	6,7	1,8	0,1	2,4	0,2
Países Baixos	1 110	1 298	3,9	3,7	3,8	4,0	8,3	0,3	16,9	0,6
Itália	1 012	1 178	3,7	3,5	3,5	3,6	14,2	0,5	16,4	0,6
Bélgica	733	782	3,2	2,4	2,5	2,4	6,9	0,2	6,8	0,2
Suécia	285	283	1,0	0,9	1,0	0,9	4,0	0,0	-1,0	0,0
Dinamarca	201	216	0,6	0,7	0,7	0,7	9,0	0,1	7,9	0,1
Alargamento	1 076	1 223	3,2	3,9	3,7	3,8	17,8	0,7	13,7	0,5
Polónia	332	379	0,9	1,2	1,1	1,2	14,5	0,2	14,3	0,2
Extra UE	6 786	8 268	25,5	24,9	23,3	25,5	14,0	3,5	21,8	5,1
dos quais:										
EUA	1 381	1 684	3,5	4,9	4,7	5,2	14,5	0,7	22,0	1,0
Angola	705	1 047	5,4	3,0	2,4	3,2	19,1	0,6	48,4	1,2
Marrocos	389	463	0,9	1,4	1,3	1,4	20,7	0,3	19,3	0,3
China	366	491	0,9	1,4	1,3	1,5	25,3	0,3	34,3	0,4
Brasil	272	401	1,4	1,1	0,9	1,2	32,0	0,3	47,2	0,4
Suíça	329	352	0,9	1,1	1,1	1,1	9,1	0,1	7,1	0,1
Argélia	293	166	0,8	0,9	1,0	0,5	-35,5	-0,4	-46,9	-0,5
Turquia	229	224	0,7	0,8	0,8	0,7	5,3	0,0	-2,3	0,0
Canadá	173	175	0,5	0,6	0,6	0,5	-1,6	0,0	0,9	0,0
Cabo Verde	143	158	0,6	0,5	0,5	0,5	17,3	0,1	10,0	0,0
Por memória:										
OP EP [4]	1266	1518	7,5	5,0	4,2	4,7	8,8	0,4	19,9	0,9
PALOP	1070	1395	6,8	4,2	3,7	4,3	10,5	0,5	30,4	1,1
EFTA	441	480	1,1	1,5	1,5	1,5	7,9	0,1	8,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2017.

[2] (ago 16-jul 17)/(ago 15-jul 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a julho de 2017, as importações de mercadorias registaram crescimento de 14,1% em termos homólogos (Quadro 3.6).

Entre janeiro e julho de 2017 destaca-se, para esse crescimento, o contributo mais significativo dos produtos “Energéticos” (4,1 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,6 p.p.), dos “Agroalimentares” (1,6 p.p.), dos “Minérios e metais” (1,8 p.p.), dos “Químicos” (1,4 p.p.) e do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,3 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas importações de mercadorias (16,5%), seguido dos “Químicos” (16,5%) e dos “Agroalimentares” (15,1%).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,0%).

Nos primeiros sete meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 10,6% em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 e dos países do Alargamento a crescerem 10,5% e 13,5%, respetivamente.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 26,6% em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (2,9% do total), seguido da Rússia (2,4%) e do Brasil (1,9%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jul		Anual		jan-jul		12 meses ^[1]		jan-jul	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	34 921	39 841	100,0	100,0	100,0	100,0	11,0	11,0	14,1	14,1
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	5 450	6 006	15,0	15,8	15,6	15,1	9,0	14	10,2	16
Energéticos	3 114	4 561	17,5	10,1	8,9	11,4	23,6	2,4	46,5	4,1
Químicos	6 068	6 569	15,9	16,7	17,4	16,5	5,5	0,9	8,3	14
Madeira, cortiça e papel	1 245	1 280	3,5	3,4	3,6	3,2	2,3	0,1	2,8	0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 277	2 423	5,9	6,5	6,5	6,1	5,0	0,3	6,5	0,4
Calçado, peles e couros	959	976	2,0	2,6	2,7	2,5	16	0,0	18	0,0
Minérios e metais	2 844	3 473	8,8	7,9	8,1	8,7	14,6	12	22,1	1,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	5 725	6 634	15,4	16,9	16,4	16,7	14,8	2,4	15,9	2,6
Material de transp. terrestre e suas partes	4 546	5 017	10,1	12,4	13,0	12,6	11,5	14	10,3	1,3
Aeronaves, embarcações e suas partes	533	540	0,4	1,3	1,5	1,4	17,5	0,2	13	0,0
Produtos acabados diversos	2 162	2 362	5,3	6,2	6,2	5,9	8,9	0,6	9,2	0,6
Total sem energéticos	31 808	35 280	82,5	89,9	91,1	88,6	9,6	8,6	10,9	9,9
Mercados de origem										
Intra UE	27 357	30 263	78,6	74,8	78,3	76,0	9,2	7,1	10,6	8,3
dos quais:										
UE-15	26 089	28 825	76,2	71,8	74,7	72,3	8,9	6,6	10,5	7,8
Espanha	11 506	12 613	32,8	32,5	32,9	31,7	7,1	2,4	9,6	3,2
Alemanha	4 746	5 460	13,2	12,3	13,6	13,7	13,6	1,8	15,0	2,0
França	2 747	2 976	8,3	7,1	7,9	7,5	9,2	0,7	8,3	0,7
Itália	1 957	2 231	5,8	5,2	5,6	5,6	11,2	0,6	14,0	0,8
Países Baixos	1 774	2 066	5,3	5,2	5,1	5,2	11,4	0,6	16,4	0,8
Reino Unido	1 090	1 086	3,3	3,1	3,1	2,7	2,4	0,1	-0,3	0,0
Bélgica	983	1 096	2,9	2,7	2,8	2,8	11,4	0,3	11,6	0,3
Polónia	422	513	0,6	0,9	1,2	1,3	24,1	0,3	21,6	0,3
Suécia	395	400	1,0	1,1	1,1	1,0	6,7	0,1	11	0,0
Alargamento	1 268	1 439	2,4	3,0	3,6	3,6	13,7	0,5	13,5	0,5
Extra UE	7 564	9 578	21,4	25,2	21,7	24,0	17,5	3,9	26,6	5,8
dos quais:										
China	1 040	1 168	2,2	2,7	3,0	2,9	8,0	0,2	12,3	0,4
Rússia	544	964	1,0	1,2	1,6	2,4	96,0	1,3	77,2	1,2
Brasil	699	743	1,7	1,5	2,0	1,9	6,1	0,1	6,3	0,1
EUA	494	603	1,7	1,6	1,4	1,5	10,1	0,2	21,9	0,3
Angola	382	116	0,3	2,7	1,1	0,3	-28,0	-0,4	-69,6	-0,8
Turquia	297	417	0,6	0,7	0,9	1,0	34,8	0,3	40,4	0,3
Índia	287	359	0,5	0,8	0,8	0,9	26,6	0,2	25,3	0,2
Arábia Saudita	195	378	0,8	1,3	0,6	0,9	41,7	0,3	94,1	0,5
Azerbaijão	275	414	0,0	0,8	0,8	1,0	26,7	0,2	50,7	0,4
Argélia	218	179	0,5	1,2	0,6	0,4	-23,3	-0,2	-17,9	-0,1
Coreia do Sul	201	236	0,5	0,5	0,6	0,6	3,2	0,0	17,2	0,1
Cazaquistão	182	275	0,3	1,4	0,5	0,7	8,2	0,1	51,0	0,3
Japão	183	202	0,6	0,4	0,5	0,5	6,2	0,0	10,7	0,1
OPEP ^[4]	1 059	1 068	5,8	6,8	3,0	2,7	-2,8	-0,1	0,9	0,0
EFTA	249	218	1,8	0,6	0,7	0,5	-7,4	0,0	-12,6	-0,1
PALOP	408	111	0,4	2,8	1,2	0,4	-26,9	-0,4	-65,5	-0,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2017.

[2] $(\text{ago } 16\text{-jul } 17) / (\text{ago } 16\text{-jul } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

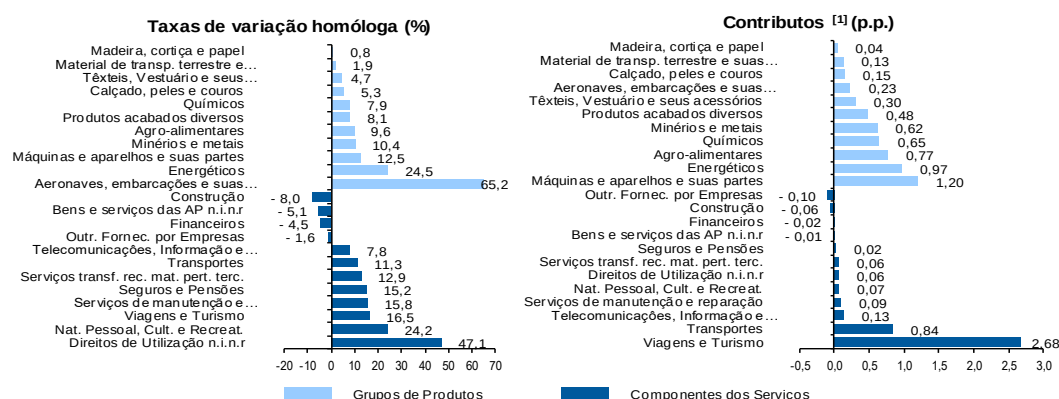
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de julho de 2017, nos primeiros sete meses de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 11,8%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (7,3 p.p.) para o crescimento das Exportações totais.

Nos primeiros sete meses de 2017, a componente dos Serviços representou 33,7% do total das Exportações, tendo contribuído positivamente para esse crescimento (4,5 p.p.). Do lado das Importações, o peso desta componente foi de 17,9% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das Importações totais (14,0%) em 2,3 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em julho de 2017, com base em dados do INE para as Exportações de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as Exportações de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das Exportações de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Máquinas e aparelhos e suas partes" (1,22 p.p.) e dos "Energéticos" (0,98 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,68 p.p.) e Transportes (0,84 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em julho de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (9,3%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-jul		Estrutura (%)				média anual 11-16	Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-jul			12 meses ^[1]		jan-jul	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	43 048	48 115	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	9,3	9,3	11,8	11,8
Bens	28 768	31 891	68,7	65,2	66,8	66,3	3,2	8,5	5,5	10,9	7,3
Serviços	14 280	16 225	31,3	34,8	33,2	33,7	6,5	10,9	3,8	13,6	4,5
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	227	244	0,5	0,5	0,5	0,5	3,7	12,9	0,1	7,2	0,0
Serv. de manutenção e reparação	239	306	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	15,8	0,1	28,2	0,2
Transportes	3 147	3 657	8,1	7,4	7,3	7,6	2,4	11,3	0,8	16,2	1,2
Viagens e Turismo	6 580	7 897	13,2	16,7	15,3	16,4	9,3	16,5	2,7	20,0	3,1
Construção	298	294	0,9	0,7	0,7	0,6	-2,2	-8,0	-0,1	-12	0,0
Seguros e Pensões	65	80	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	15,2	0,0	22,6	0,0
Financiários	202	187	0,5	0,4	0,5	0,4	1,6	-4,5	0,0	-7,8	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	48	96	0,1	0,1	0,1	0,2	14,2	47,1	0,1	99,1	0,1
Telecom., Informação e Informática	755	792	1,3	1,8	1,8	1,6	10,3	7,8	0,1	4,8	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 525	2 433	5,2	6,0	5,9	5,1	7,4	-16	-0,1	-3,6	-0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	119	157	0,4	0,3	0,3	0,3	-15	24,2	0,1	32,5	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	74	82	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	-5,1	0,0	9,5	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	40 794	46 520	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	10,6	10,6	14,0	14,0
Bens	33 374	38 181	83,4	81,7	81,8	82,1	0,7	10,7	8,8	14,4	11,8
Serviços	7 420	8 339	16,6	18,3	18,2	17,9	3,1	10,1	1,8	12,4	2,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	15	6	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,2	-28,2	0,0	-59,2	0,0
Serv. de manutenção e reparação	182	249	0,3	0,4	0,4	0,5	8,0	18,1	0,1	36,3	0,2
Transportes	1 697	1 999	4,7	4,2	4,2	4,3	-0,9	11,4	0,5	17,8	0,7
Viagens e Turismo	2 195	2 502	4,4	5,4	5,4	5,4	5,3	11,6	0,6	14,0	0,8
Construção	72	48	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-26,1	0,0	-33,4	-0,1
Seguros e Pensões	205	227	0,4	0,5	0,5	0,5	5,0	9,0	0,0	10,7	0,1
Financiários	283	239	0,6	0,6	0,7	0,5	-7,2	-13,0	-0,1	-5,6	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	419	445	0,6	1,0	1,0	1,0	11,5	12,7	0,1	6,4	0,1
Telecom., Informação e Informática	631	653	1,2	1,5	1,5	1,4	5,5	6,8	0,1	3,4	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 493	1 792	3,0	3,8	3,7	3,9	6,0	14,3	0,5	20,0	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	159	125	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	-7,5	0,0	-21,7	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	69	55	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	8,2	0,0	-21,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até julho de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Structural reforms and long-term growth – a model based analysis

Ana Fontoura Gouveia and Ana Filipa Fernandes*

Abstract

This paper assesses the impact on potential growth of selected structural reforms foreseen in the 2017 Portuguese National Reform Programme. Relying on QUEST III, a dynamic stochastic general equilibrium model with semi-endogenous growth developed by the European Commission, we focus our assessment on four areas: educational attainment, incentives to innovation, employment incentives and financing of the economy. The estimates show that the implementation of the selected reforms could bring significant long-term gains in terms of potential growth, derived from a boost in investment, improvements in productivity and employment growth.

1. Introduction

Well-designed structural reforms are crucial to unlock growth potential and boost jobs. In Portugal, the so-called National Reform Programme (NRP) presents, in detail, the medium-term strategy to tackle the country's main structural bottlenecks.¹

The structural measures envisaged in the 2017 NRP are organized along six pillars, namely enhancing skills, boosting innovation, promoting territorial cohesion, strengthening administrative modernisation, tackling indebtedness and reinforcing social cohesion and equity. For each pillar, there are a set of concrete structural measures.

In this paper, we estimate the effect of some of these measures on potential growth, by reform area, using a widely used tool, a dynamic stochastic general equilibrium model, a macroeconomic model with micro foundations that results from the aggregation of optimal decisions by the different economic agents. In particular, we rely on a model developed by the European Commission and calibrated for the Portuguese economy: the QUEST III model with semi-endogenous growth, which is particularly suited for this type of analysis.

There are several studies assessing the impact of hypothetical reforms, where countries close half the gap for EU or EA top performers. These distance-to-frontier assessments are important, by providing estimates of potential impact on growth of hypothetical reform efforts (see, for instance, Varga et al, 2013 for the case of Greece, Italy, Spain and Portugal and Pinelli et al, 2016, for Italy), but they entail a comparison to a setting that does not actually exist in any country (as no country is consistently the top performer in the different reform areas). Also, the optimal choice of the policy mix depends on the specificities and preferences of the different countries, which means that the best framework can be different across countries. National policy mixes differ, based on a set of efficiency and equity considerations and based on national preferences. In this context, quantification exercises of on-going reform efforts (see, for instance, European Commission, 2016) are particularly important to contribute to the reform momentum and to deepen the understanding on the reform channels into the economy.

In this paper, we focus on the second approach and we rely on a model which is widely used by other European countries and by the European Commission, allowing for a more transparent methodology and an easier comparison across exercises.

* Ana Fontoura Gouveia (corresponding author ana.gouveia@gpeari.min-financas.pt) – GPEARI/Ministry of Finance and Nova SBE; and Ana Filipa Fernandes – GPEARI/Ministry of Finance. The opinions expressed are those of the authors and not necessarily of the institutions. The authors gratefully acknowledge the useful discussions with Janos Varga (European Commission) and the comments from Ana Paula Ribeiro (FEP-UP), João Brogueira de Sousa (European University Institute), Sílvia Santos (Banco de Portugal) and the participants of the 2nd Lisbon Conference on Structural Reforms, 6 July 2017. Any errors or omissions are the authors' responsibility.

¹ The NRP is presented by each Member State in the context of the European Semester, the cycle for economic policy coordination across the European Union, together with the Stability or Convergence Programmes, which expose the fiscal strategy for a four years period. For more information on this subject, see https://ec.europa.eu/info/strategy/european-semester_en.

The reforms covered in our analysis are those in the 2017 National Reform Programme of Portugal and for which (i) the impact on structural indicators can be quantified and (ii) it is possible to capture their effects in the context of the QUEST model (via “shocks to the model”). For instance, as argued by European Commission (2016), the model is not well suited to fully capture the effects of judicial reforms or of measures affecting the insolvency framework. An earlier exercise for the Portuguese economy (Aguilar, Ribeiro and Gil, 2017), exploring different transmission channels, estimated an impact for the increase of judiciary efficiency fairly small (output effects between 0.02% and 0.6% after 10 years, depending on the channel) and an impact of the insolvency framework improvement between 1.7% and 3.4% in 10 years.

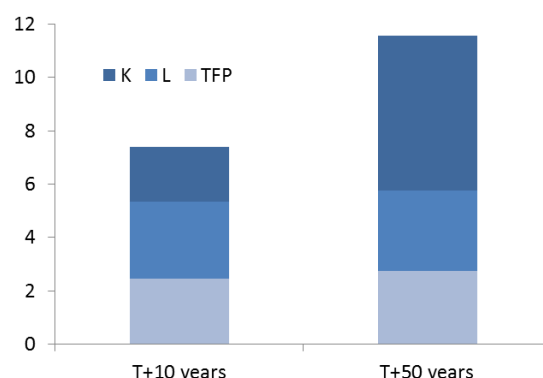
In this exercise, further improvements of the judicial system and the reduction in red tape were, in a first stage, also included, as structural indicator estimates were available. However, the modelization strategy is that of European Commission (2014), i.e. via a reduction in entry costs inducing the estimated increase in entry rates. As the entry costs for the Portuguese economy are those of Doing Business from the World Bank and are already very low, we could not fully incorporate the estimated decrease. For this reason, we opted not to include these measures.

As it becomes clear from the above explanation, the fact that a measure is not included does not mean that it does not have an impact on growth. Therefore, our results provide only a partial picture of the potential outcome of the overall strategy and should be seen as illustrative of the potential growth effects.

In this context, we organize our analysis in four main areas: increases in educational attainment, promotion of innovation via R&D employment, incentives to investment via financing lines and employment incentives.²

The overall results for the estimated areas, presented in Figure 1, point to the relevance of pursuing the envisaged growth agenda as a way to decisively boost growth, with broad-based contributions from capital, employment and productivity.

Figure 1 – Sum of output effects for the selected reform areas, broken down by capital, labour and TFP contributions (%)



Source: Authors own computations using QUEST model. The figures presented are the sum of individual estimates for the selected reform areas. For presentational purposes, in this chart we consider the mean value of the two estimates computed for ALMP; for the measures providing financing to the economy, we consider that 50% of the amounts are translated into productive investment. Please refer to section 3 for further details.

2. The model

In this exercise, we use a version of QUEST III with semi-endogenous growth, as developed by the European Commission (Roeger et al., 2008 and Varga et al. 2013, for instance). QUEST III is a dynamic stochastic general equilibrium (DSGE) model, with micro-foundations that result from the aggregation of the optimal decisions of a broad set of agents, operating in a context of frictions in the financial, product and labour markets.

The model is based on the product-variety paradigm in which innovation generates endogenous productivity growth by creating new varieties of products. It is an extension of Jones (1995, 2005), with endogenous development of R&D within the framework of a standard DSGE model. Endogenous growth is driven by total factor productivity (TFP), endogenously generated by purposeful knowledge investment

² For more details on these reform efforts and for an overview of all reforms, please refer to <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/pnr/pnr-2017.aspx>.

decisions of firms and households and technological change increasing product variety (intermediate goods). The model relates the process of technological change to the underlying market.

This type of models are widely used to estimate the impact of structural reforms on potential GDP and its components, generating results that are presented in the standard format of deviations from a “no-reform” baseline.

In the QUEST model, there are two types of households (liquidity constrained and non-liquidity constrained) that supply three types of labour according to their skill level (low, medium and high) to firms, with unions acting as wage setters in monopolistically competitive labour markets.

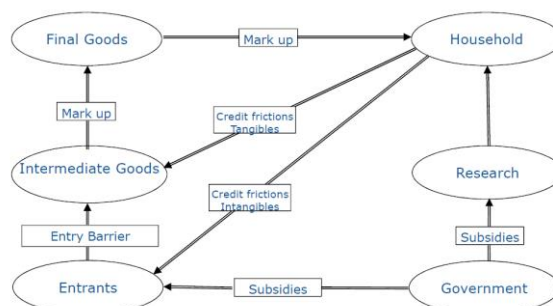
The liquidity constrained households consume their (wage and non-wage) income in each period while the non-liquidity constrained (Ricardian) (i) maximise their intertemporal utility function in consumption and leisure, (ii) buy new patents and designs developed by the R&D sector and license them to intermediate goods sector and (iii) rent tangible capital.

There are three productive sectors: R&D, intermediate goods and final goods. The R&D sector (i) employs only high-skilled workers, (ii) produce patents and new designs and (iii) features intertemporal externalities and international technology linkages. The intermediate sector operates in a monopolistically competitive market where firms (i) pay a license fee and fixed administrative costs to enter the market, (ii) use new designs to produce a unit of intermediate goods from a unit of capital and (iii) fix their prices with a mark-up over marginal costs. Finally, each firm of the final goods sector produces imperfect substitute goods (i) acting as a monopolistic competitor, (ii) using intermediate inputs and all the three types of labour and (iii) paying fixed entry costs.

Additionally, there is a monetary authority that fixes interest rates based on a Taylor rule, in response to changes in inflation and output gap. As expected, euro area members do not have an independent Taylor rule, as it is the ECB that sets the interest rate based on euro area weighted averages. Also, there is a fiscal authority that charges taxes and gives transfers, subsidies and benefits following a tax rule that forces debt convergence to target.

Figure 2 provides an overview of the model, the interlinkages between the different agents and the frictions considered.

Figure 2 – Overview of the QUEST model



Source: European Commission – DG-ECFIN.

The model is calibrated for Portugal and also includes two other economic areas: the other euro area countries and the rest of the world, from which households and firms import and export goods and technology.

There are three main areas in which it is possible to test shocks – knowledge/innovation, product market and labour market – through a large spectrum of channels, namely R&D subsidies, investment in human capital, mark-ups, fixed entry costs, capital costs, tax-shifts, wage mark-ups, participation rates and benefit replacement rates, among others.

3. Setting the scene

Educational attainment

Portugal has considerably improved its educational outcomes in the last decade. Between 2006 and 2016, the share of those with at most lower secondary education (ISCED levels 0-2) – henceforth the low-skilled

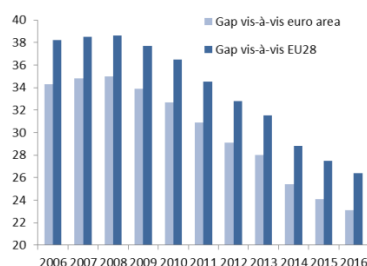
ratio – decreased by almost 19pp, from 72% to 53%. However, Portugal still lags behind its European partners. Although the gap is being progressively reduced since 2008 (Figure 3), it is still large (26 and 23pp above the EU28 and the euro area, respectively).

It is worth noting that the results for the younger generations are much closer to those of the EU (Figure 4). However, the legacy of the older generations, with worse educational attainment, can only be overcome with time, as earlier cohort effects fade out.

It is therefore crucial that the country maintains the positive path achieved so far. In this vein, the 2017 National Reform Programme includes a number of measures aimed at increasing educational attainment such as (i) the promotion of the generalization of secondary education, namely through the diversification of the training offers, including vocational education; (ii) the modernisation of the education system, based on digital education resources, in order to innovate learning, manage, monitor and evaluate information and promote digital skills development; and (iii) the reinforcement of the support for disadvantaged students and the promotion of educational attainment, namely through the National Programme for the Promotion of Educational Attainment, the generalisation of the pre-school education since the age of 3, the gradual gratuity of the schoolbooks, the limitation of the number of students per class, among other measures, aiming to reduce retention and early withdrawal.

The goal of these measures is to reduce dropouts (from 14% to 10% by 2020) and failure rates (retention at 15 years old from 35% to 25% by 2020), reaching a ratio of low-skilled of 50% by 2020.

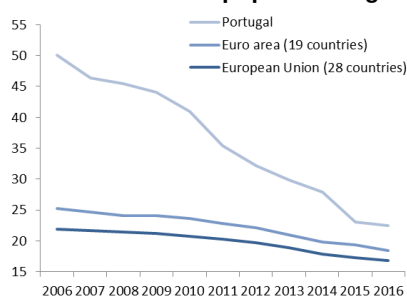
Figure 3 – Share of low-skilled in the population aged 15 to 64 years old



Source: Eurostat.

Notes: Low-skilled defined as ISCED levels 0-2 – Less than primary, primary and lower secondary education. The gap is the difference between the share for Portugal and the one for the reference area.

Figure 4 – Share of low-skilled in the population aged 20 to 24 years old



Source: Eurostat.

Notes: Low-skilled defined as ISCED levels 0-2 – Less than primary, primary and lower secondary education.

Incentives to Innovation

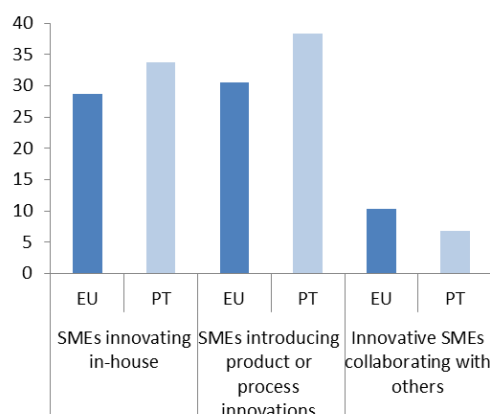
Portugal is a high-performing country in a number of important innovation related variables.³ For instance, and despite the weaknesses in the qualifications of its labour force (as discussed in the previous sub-section), the number of new doctorates per 1000 population aged 25-34 clearly outperforms the EU, with a figure of 3.1 vis-à-vis 1.8 (2015 data). The number of international scientific co-publications per million population has more than doubled since 2008 and is, in 2015, 795 (459 in the EU).

It is important to understand if these innovation enhancing variables translate in actual innovative activities. While the share of SMEs innovating in-house and that of small and medium enterprises (SMEs) introducing innovations is high for EU standards (Figure 5), the collaboration between them has scope for

³ Data in this section are sourced from the Innovation Union Scoreboard of the European Commission.

improvement (7% vis-à-vis 10%). This is even more pronounced in terms of public-private partnerships, with the number of co-publications per million population significantly lagging behind its EU partners (7 and 34, respectively).

Figure 5 – Share of SMEs engaging in innovative activities (2015)



Source: Innovation Union Scoreboard – European Commission

This lack of interconnections translates in comparably low levels of employment in knowledge-intensive activities, modest results in terms of PCT (Patent Cooperation Treaty) patents applications per billion GDP and a wide scope for improvement in terms of the share of medium and high-tech product and knowledge-intensive services exports.

To overcome the existing bottlenecks, the 2017 National Reform Programme outlines a number of measures potentiating the employability of recent doctorates and collaborative innovation. Examples of these measures are (i) stimulus to higher education success through pedagogical monitoring and modernisation, to reduce drop out; (ii) stimulus to scientific employment in universities and research centres, by hiring young professors/researchers with doctorates; (iii) the Interface Programme, aiming at the development of R&D capacity in firms through Collaborative Laboratories and Technological and Engineering Centres together with Business Innovation Contracts, also fostering the collaboration between firms and universities and strengthening the capacity of research centres; (iv) scientific and technological infrastructure re-equipment, fostering businesses internationalisation; (v) the CapaCITar Programme, supporting innovation centres and promoting the increase of competitiveness by the hiring of qualified personnel.

These measures are expected to increase scientific employment by nearly 8500 until 2020.

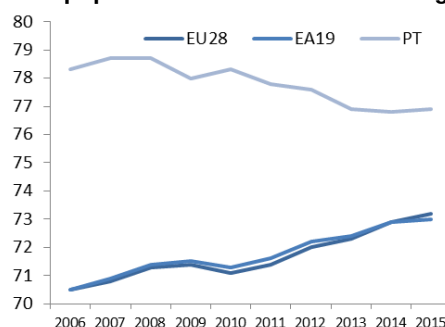
Employment incentives

Unemployment rates have been steadily declining since the peak in 2013 (16.2%), reaching 11.1% in 2016 (9.5% in April 2017, the most recent data available). Despite the positive path, unemployment is still high, in particular for the youth (28.0% in 2016, after a reduction of 10.1pp after the 2013 peak). Long-term unemployment is also decreasing since 2013 but is still at 6.2% in 2016, affecting more than half of the unemployed.⁴

These developments contribute to discourage work. Indeed, participation rates, although high in relative terms, presented a declining trend up to 2014 (even more pronounced for those with lower skills), which contrasts with the positive trend in the EU and euro area (Figure 6). The decline was recently interrupted and participation is again improving.

The NRP includes a set of measures to promote participation and tackle youth and long-term unemployment. In our assessment, we focus on a sub-set of measures, namely (i) *Contrato Emprego*, through the allocation of financial support to hire registered unemployed, privileging open-ended contract, and (ii) professional internships, aiming to insert youth in the labour market and to the retrain long-term unemployed, including thought financial support when companies hire trainees after the traineeship, which are expected to increase employment by 2.25pp by 2020 (cumulative effect), due to both direct employment effects and to the increased employability of those benefiting from these programs.

⁴ Data sourced from Statistics Portugal (INE).

Figure 6 – Active population as a share of active age population

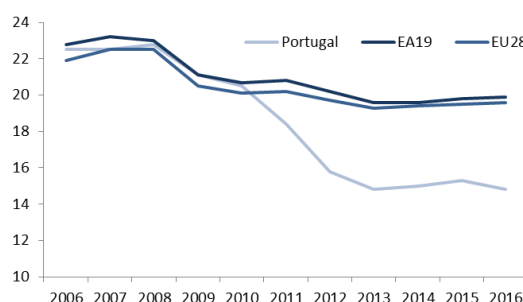
Source: Pordata based on Eurostat.

Note: There is a break in the series in 2011.

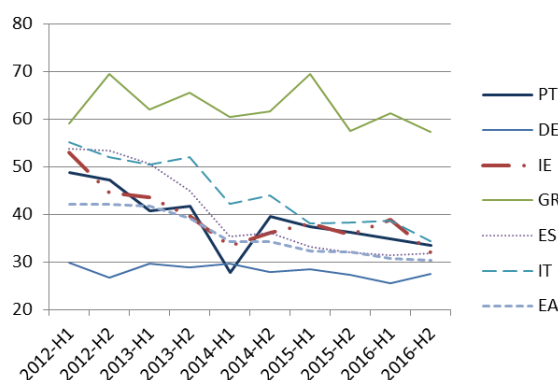
Financing the economy

Gross fixed capital formation decreased sharply between 2008 and 2013. Despite the modest recovery in 2014 and 2015, in 2016 the investment was still below 15% of the GDP, lagging behind EU and euro area averages of around 20% (Figure 7). While there are important composition effects, due to a reallocation of resources in the aftermath of the crisis, boosting investment is a policy priority.

The share of SMEs reporting access to finance as a significant problem has decreased sharply since 2012. However, in Portugal like in other euro area countries, there are still one-third of SMEs reporting access to finance as an important issue for their companies (Figure 8).

Figure 7 – Gross Fixed Capital Formation, % of GDP

Source: Pordata based on Eurostat.

Figure 8 – Percentage of SMEs signalling access to finance as an important problem

Source: Survey on the Access to Finance of Enterprises (SAFE), ECB.

Indeed, the 2017 NRP foresees a broad package of measures targeting investment, promoting innovation and fostering firms' capitalisation. Examples of these programmes include Capitalizar Fund, Start-up Portugal Programme and Indústria 4.0. The funds made available to firms until 2020 through the investment lines amount to 2.75% of GDP.

4. Methodology and results

As it is common in this type of exercises (e.g. European Commission, 2016), we depart from actual reform measures and translate them into structural indicators that feed the macroeconomic model. This mapping may be direct, for instance in the case of education reforms which improve the skills ratio, or indirect, as in the case of innovation, where the wage subsidy to R&D workers is adjusted in order to achieve the estimated impact on R&D employment.

Table 1 summarizes the reform areas and methodological approach followed, which are further discussed in the following sub-sections.

There are different options in the literature concerning the modelization of budgetary costs of the measures. Given the information available on the measures being modelled in this paper, we consider that in the short- to medium-run there is no budgetary implication, as the potential costs of the reforms are financed through a reorganization of existing funds. In the longer-run, we consider a debt stabilizing rule, ensuring that debt to GDP ratio is kept constant.

Table 1 – Modelling strategy by reform area

Reform area	Input	QUEST modelling strategy
Educational attainment	Reduction of the share of population with low-skills	Direct via the reduction of low-skilled share and increase of medium-skilled share
Incentives to Innovation	Increase in R&D employment	Indirect via an increase in the subsidies to R&D wages such that the model delivers the estimated increase in R&D labour
Employment incentives	Increase in employment	Option A: Indirect via an increase in participation rates resulting in the expected increase in employment Option B: Indirect via a decrease in the tax on labour income inducing the expected increase in employment
Financing of the economy	Total amounts of funds available in the form of financing lines	The reduction of the cost of capital such that the model delivers the potential increase in investment, considering different degrees of take-up of the available funds

Source: authors' own elaboration.

Educational attainment

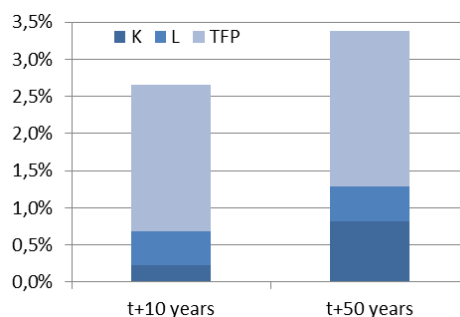
The educational reforms described in Section 3 can be directly modelled in QUEST by reducing the share of low-skilled to 50% and correspondingly increasing the share of medium skilled.⁵

Given that the model is calibrated with 2015 data, this implies a gradual reduction of 4pp until 2020. The outcome is an improvement of GDP by 2.7% after 10 years and of 3.4% after 50 years. As expected, these gains are mainly driven by total factor productivity improvements, although there are also employment and investment gains (Figure 9).

The intuition behind these results is as follows: the higher supply of medium skilled workers decreases their skill premium and implies lower relative wages for this group of workers. Given the imperfect substitution between different types of workers, relative wages for the low-skilled increase, given that they are relatively scarcer. This brings overall employment gains. The larger availability of medium-skilled workers, who are more productive, increases productive efficiency, bringing TFP gains. In addition, as capital and labour are complements, investment also increases.

⁵ Low-skilled correspond to the standard classification of ISCED 0-2 education levels while high-skilled are human resources in science, mathematics and computing, engineering, manufacturing and construction. Medium-skilled correspond to those not classified as high-skilled or low-skilled in the model.

Figure 9 – Output effects of education related measures, broken down by capital (K), labour (L) and total factor productivity (TFP) contributions



Source: Authors own computations using QUEST model.

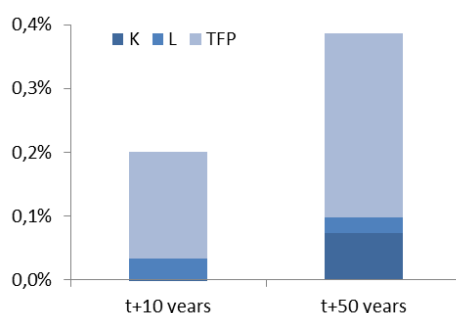
Incentives to Innovation

Given the policies being implemented and the possibilities of the QUEST model, the starting point of our estimate is the number of direct R&D employment opportunities created up to 2020. We translate this into the model as an increase in the share of workers allocated to R&D activities. Another option would have been to model this as an increase in the share of high-skilled workers (reducing that of medium and low-skilled). We opted for the first approach given that these policies are primarily aimed at shifting human resources to R&D activities rather than increasing the overall number of doctorates.

Given that the share of R&D labour in the model is endogenous, and considering the nature of the policies being implemented, we model this change as an increase in the government's subsidy to high-skilled workers wage in the R&D sector.⁶ Note that in QUEST, high-skilled labour can be allocated to the final goods production or the R&D sector. A wage subsidy in the R&D sector reduces the costs in the sector and increases high-skilled labour allocated to R&D, fostering innovation. The increased supply of patents implies new intermediate varieties, lowering entry costs and increasing mark-ups in this sector, turning it more profitable and boosting output.

Indeed, after 10 years, output is expected to expand by 0.2% vis-à-vis the baseline scenario and by close to 0.4% after 50 years (Figure 10). As expected with innovation-related reforms, most gains are due to the TFP contribution. Employment gains are rather limited, given the reduced weight of R&D employment on total employment and the fact that an increase in high-skilled workers in R&D sectors reduces their availability in the final goods sector.

Figure 10 – Output effects of innovation related measures, broken down by capital, labour and TFP contributions



Source: Authors own computations using QUEST model.

Employment incentives

Given the outset of our model, we consider two alternative modelling strategies.⁷

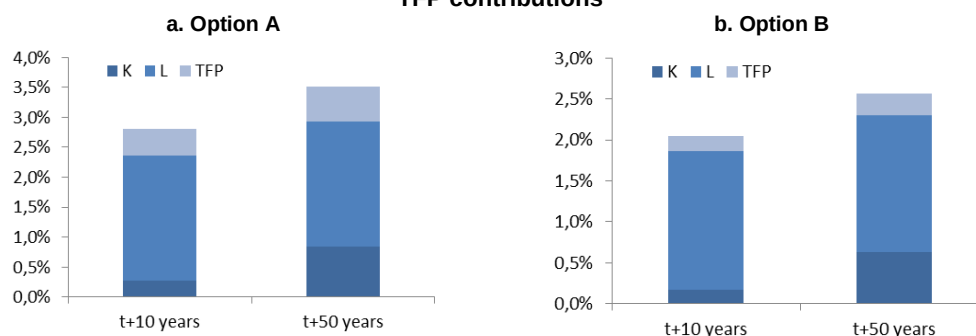
The first assumes that the labour market reforms described above have a direct positive impact on participation rates (of low and medium-skilled agents), inducing the estimated change in employment.

⁶ An alternative would be to consider an R&D subsidy in the form of tax credits, as done, for instance in Pinelli et al (2016). The results are broadly similar: 0.14% in 10 years and 0.50% after 50 years.

⁷ A third option would have been to reduce leisure incentives by decreasing the unemployment benefit replacement rate, increasing labour supply. However, our modelling strategy reflects more closely the type of reforms being implemented given the structure of our model.

Increasing the participation rate will increase competition in the labour market, pressuring wages of low and medium-skilled workers downwards and fostering employment. The operating costs of the final goods sector decrease, increasing the demand for new varieties and, consequently, for new patents, thus promoting growth.

Figure 11 – Output effects of labour-market measures, broken down by capital, labour and TFP contributions



Source: Authors own computations using QUEST model.

The other option assumes that the measures envisaged work as an incentive to labour supply, which we mimic in the model by lowering the tax on labour (in an amount that allow us to reach the expected employment change).

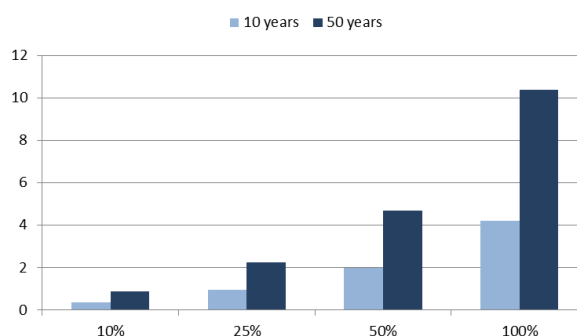
The increase in after tax wage income increases the cost of leisure and thus increases the incentives to work for all skill groups, leading to an increase of labour supply and a decrease in wages. As in the first option, this decreases operating costs for final goods production and therefore demand for new intermediate varieties, resulting in more patents and R&D.

The results point to an effect on GDP between 2.1% and 2.8% after 10 years and between 2.6% and 3.5% after 50 (Figure 11). While up to 2020 the two options deliver the same employment gains, as the model adjusts the further increases in employment are higher in Option A as it leads to a stronger reduction in wages.

Financing of the economy

Given the outset of the model, we calibrate the risk premium for investment on tangible assets such that we reach the potential boost in investment. Given that the uptake of the funds is not yet known, we consider different scenarios. Broadly speaking, according to our estimates, for each 10pp of invested funds, GDP would grow by around 1% vis-à-vis a no policy change scenario (Figure 12). As expected, the largest share of GDP gains is due to capital accumulation (Figure 13).

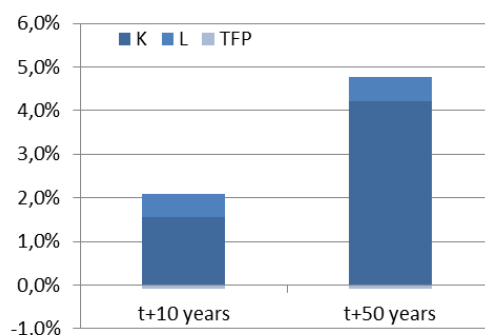
Figure 12 – Output effects of financing measures, by proportion of financing considered



Source: Authors own computations using QUEST model.

Intuitively, the reduction of tangible capital costs decreases the rental rates for tangible capital, reducing the operating costs in the intermediate sector, increasing supply and boosting demand for new varieties. This, in turn, increases the production of patents, increasing output growth.

Figure 13 – Output effects of financing measures, broken down by capital, labour and TFP contributions



Source: Authors own computations using QUEST model.

5. Conclusion and way forward

This paper provides an assessment of the impact on potential growth of selected reform areas. Unlike some other studies in the same field, we do not focus on hypothetical reform plans (e.g. closing half the gap vis-à-vis top performers) but on actual reform measures, already foreseen by the national authorities.

In that context, taking into account the availability of estimates of underlying structural indicators and the channels foreseen in the QUEST model, we estimate the impact on potential growth of a sub-set of measures included in the 2017 Portuguese National Reform Programme, organizing them around four main areas: educational attainment, incentives to innovation, employment incentives and financing of the economy.

The estimated effects, summarized in Table 2, highlight the relevance of fully implementing the envisaged reform strategy, given the significant growth impact. Earlier studies have also provided evidence of the relevance of a well-targeted reform agenda to boost growth (see, for instance, European Commission, 2016 or Aguiar, Ribeiro and Gil, 2017).

Table 2 – Summary of the estimated impact on GDP, by policy areas

Effects		Policy Area			
		Educational attainment	Incentives to innovation	Employment incentives	Financing of the economy
GDP	t+10 years	2.7	0.2	2.1-2.8	2.0
growth	t+50 years	3.4	0.4	2.6-3.5	4.7

Source: Authors own computations using QUEST model. The figures reported for the financing of the economy assume that 50% of the available funds are translated into productive investment (for different options, see Section 4).

It is important to note that, for several reform measures, it is not possible to reliably estimate the foreseen impacts on the structural indicators that can then be used as inputs in the model. Examples of measures not included are those related to administrative simplification (SIMPLEX+), promotion of digital skills, adults qualifications, territorial cohesion, among others. This does not mean that they would not have an important impact on growth.

Even in the cases where this is possible, there is an important degree of uncertainty surrounding the structural indicators estimates and their translation as inputs into the model that needs to be acknowledged. Our estimation tool is a model which, by its very nature, is a simplification of reality and thus cannot capture all types of reforms nor the full range of the effects of the measures for which an estimate is actually made.

For instance, in the case of education, we focus on quantity changes from low to medium skill. However, there are also quantity effects from further increases in the share of high skilled or from boosts in quality, which could not be quantified in this exercise and that are likely to be high. Also, while we account for the impact of digitalization on school attainment, the full impact of the digitalization strategy is much broader.⁸

⁸ For instance, concerning the share of high-skilled in Portugal, Varga et al (2013) estimate that the impact of closing half the gap for top performers in the EU would be, in the long-run, 5.8%. Also, Aguiar, Ribeiro and Gil (2017) estimate that the schooling quality improvement in Portugal from 2010 to 2012 increased potential growth by 0.12% in 10 years

Finally, the analysis presented for each reform area is *ceteris paribus*, i.e. assumed that all other reform areas are kept unchanged. In reality, there are spillovers across reforms areas that call for an adequate sequencing and bundling of reform efforts (e.g. incentives to R&D may boost innovation and therefore render the use of available funding for investment more efficient).

Also, the modelling strategy assumes that reforms in all other countries are kept constant. However, this is not the case in reality and, as described in Varga and In't Veld (2014), there are different types of spillovers at play, namely demand spillovers, competitiveness effect, international financial flows and knowledge spillovers. Although they act in different directions, the authors estimate that the joint implementation of reforms further increases the overall GDP impact.

Finally, we do not focus on distributional considerations, which are a key ingredient for a proper assessment of the impact of reforms. While the model allow us to have a rough estimate of these effects – for instance, in the case of educational attainment reforms, increasing the share of medium-skilled workers relatively to that of low-skilled improves the wages of low-skilled, given the imperfect substitutability between skill types – a more thorough and robust assessment is only possible with an extension of the model, further exploring differences across households.

6. References

- Aguiar, A., Ribeiro, A. P. and Gil, P. (2017), "Structural Reforms in Justice and Education: A Model-Based Assessment of Macroeconomic Impacts for Portugal", GPEARI article;
- European Commission (2014), "Market Reforms at Work in Italy, Spain, Portugal and Greece", European Economy 5, September 2014;
- European Commission (2016), "The economic impact of selected structural reform measures in Italy, France, Spain and Portugal", European Economy, Institutional Paper 023, April 2016.
- Varga, J. and in 't Veld, J. (2014), "The potential growth impact of structural reforms in the EU. A benchmarking exercise" European Economy, Economic Paper no. 541;
- Jones, C.I. (1995), "R&D-Based Models of Economic Growth" Journal of Political Economy, Vol. 103 (4), pp. 759-84;
- Jones, C.I. (2005), "Growth and Ideas" in Philippe Aghion and Steven Durlauf eds. Handbook of Economic Growth, vol. 1, Part B, Amsterdam: North-Holland, pp. 1063- 1111;
- Lorenzani, D. and Varga, J. (2014), "The Economic Impact of Digital Structural Reforms", European Economy Economic Papers 529. September 2014, Brussels;
- Pinelli, D., Székely, I. P. and Varga, J., (2016), Exploring Italy's Growth Challenge A Model-Based Exercise, European Economy - Discussion Papers No 041, European Commission;
- Roeger, W., Varga, J. and in 't Veld, J. (2008), "Structural reforms in the EU: a simulation-based analysis using the QUEST model with endogenous growth", European Economy Economic Paper 351;
- Varga, J., Roeger, W. and In 't Veld, J. (2013), "Growth Effects of Structural Reforms in Southern Europe: The case of Greece, Italy, Spain and Portugal" European Economy Economic Paper no. 511.

and 0.74% in the longer-run. Lorenzani and Varga (2014) estimate that the impact of the Digital Agenda for Europe in the long-run would entail additional 3% of GDP growth for Portugal over the baseline, on top of the 1% already achieved from past efforts (respectively, 0.5% and 1,7% in 10 years).

Is deregulation of product and labour markets promoting employment and productivity? A difference-in-differences approach

Hugo Correia and Ana Fontoura Gouveia*

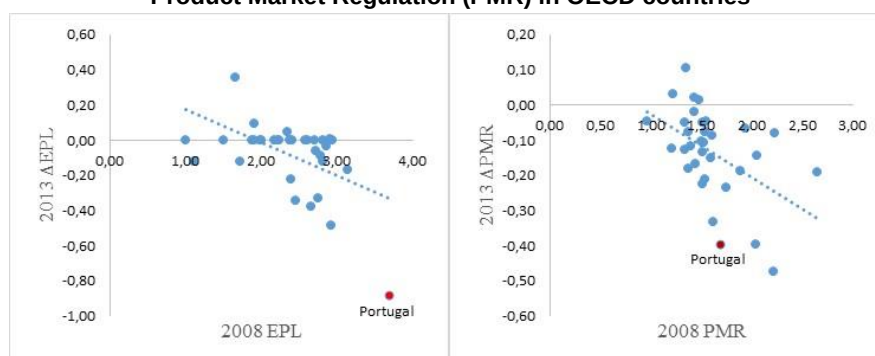
Abstract

This paper examine the impact of labour and product market reforms on sectoral employment and productivity, following a difference-in-differences approach. Using industry-level data for the period 1997-2013, we show that employment protection deregulation has a positive effect on sectoral employment for industries more exposed to labour market legislation, despite having a non-positive impact on productivity. Upstream product market deregulation also increases sectoral employment for the downstream sectors more dependent on upstream inputs. Nevertheless, it has mixed effects on sectoral productivity: while upstream sectors face productivity losses, the downstream sectors more exposed to the deregulated sectors grasp productivity gains.

1. Introduction

In recent years, there has been a surge in the calls for product and labour market reforms, as a growth-promoting tool. Such reforms have been prescribed for Portugal, particularly after the sovereign debt and economic crisis and the adjustment programme that ensued (European Commission, 2014; OECD, 2014), leading the country to one of the most ambitious plan of structural reforms amongst developed countries (OECD, 2014; Koske, I. et al., 2015; see Figure 1). In the labour market, employment protection legislation reforms included cuts in severance pay; inclusion of further reasons for dismissal based on inadaptability; and performance-based criteria for dismissals in the case of extinction of the work position (OECD, 2017). The product market has also seen significant developments with product and service markets liberalization (covering both networks and professional services), enhancement of the competition framework and improvements in the enforcement (European Commission, 2016; OECD, 2013a; 2014); in a context of further reforms, improving framework conditions (e.g. judicial system, business environment, etc.).

Figure 1 – Evolution of Employment Protection Legislation (EPL) and Upstream Product Market Regulation (PMR) in OECD countries



Source: Own calculations, based on OECD Indicators of Employment Protection Legislation and OECD Indicators of Product Market Regulation. These indicators range from 0 to 6, where a lower value reflects a more competition-friendly regulatory stance.

What are the expected impacts of these changes? To answer this question, we take advantage of sectoral level national accounts data to assess the effects of product and labour market deregulation on employment and productivity outcomes. This strategy allows us to obtain the marginal effect of regulation

* Hugo Correia - Nova School of Business and Economics; and Ana Fontoura Gouveia (corresponding author ana.gouveia@gpeari.minfinancas.pt) – GPEARI/Ministry of Finance and Nova SBE. The opinions expressed are those of the authors and not necessarily of the institutions. The authors are indebted to Susana Peralta (Nova SBE) for the lengthy discussions and detailed comments on earlier versions of the draft. The comments of Alexander Coutts (Nova SBE), Ana Filipa Fernandes, Tiago Martins and José Azevedo Pereira (all GPEARI – Ministry of Finance), Pedro Portugal (Banco de Portugal/Nova SBE), Teresa Molina (Nova SBE) and the participants of the 2nd Lisbon Conference on Structural Reforms (6 July 2017) are also grateful acknowledged. Finally, the authors thank Statistics Portugal for providing the sectoral level data and for prompt methodological assistance; and Balazs Égert (OECD) for guidance with the product market regulatory impact indicators. Any errors or omissions are the authors' responsibility.

on the Portuguese economy, taking into account the idiosyncratic conditions of the country. This allows us to overcome the limitation of cross-country studies, where the estimated parameters are assumed to be the same throughout the panel of countries, in spite of these having different underlying economic structures.¹ Industry-level analysis also has advantages vis-à-vis (non-weighted) firm-level analysis, since the impact of a reform on the average firm does not necessarily carry over to its corresponding sector, as a whole.²

Following a difference-in-differences approach, we show that employment protection deregulation has a positive effect on employment for industries more exposed to labour market legislation, despite having a non-positive impact on productivity. In addition, product market deregulation in network sectors (energy, transport and communication) promotes employment growth downstream for the industries more exposed to the deregulated sectors. Concerning productivity, whilst the deregulated upstream sectors are found to suffer losses, the downstream sectors grasp productivity gains.

The paper is organized as follows: Section 2 reviews the relevant literature, Section 3 presents the methodology, and Section 4 describes the datasets and the variables used. The results are presented in Section 5 and, finally, Section 6 provides the conclusion and lays the foundations for future work.

2. Literature review

This section reviews the quantitative evidence on the effects of product and labour market deregulation on productivity and employment.

While some studies argue that stringent labour market regulation curbs productivity (OECD, 2007; Bassanini et al., 2009; Cingano et al., 2010), others find productivity gains from employment regulation (Acharya et al., 2013; Gouveia et al., 2017a). Concerning the effect on employment, OECD (2016) provides industry-level evidence of short-run employment losses caused by easing Employment Protection Legislation (EPL), which are then reversed in the long-run. Indeed, most authors find evidence of EPL's negative sectoral effect on employment, namely in labour intensive industries (Ahsan and Pagés, 2009) and in industries that have high job reallocation rates, particularly due to a reduction in the net entry of firms (Pagés and Micco, 2007). There are also cross-country studies, with aggregate-level data, establishing a link between regulation and higher unemployment (Scarpetta, 1996; La Porta et al., 2004).

Turning to the product market, upstream product market deregulation has been found to foster aggregate and sectoral-level long-run employment for those downstream industries more dependent on the intermediate inputs provided by upstream sectors (OECD, 2016). This effect is explained by a competition channel which decreases downstream input prices, increases its quality, and eliminates the regulatory-induced competitive disadvantage of downstream sectors when negotiating contracts and prices with upstream ones (Bourlès et al., 2010). Product market deregulation has also been linked with positive aggregate employment effects that strengthen over time (Fiori et al., 2012). Bassanini (2015) finds evidence of reversible employment short-run losses in upstream sectors, mainly through downsizing.

On the impact of product market regulation on productivity, several papers establish a positive link between pro-competitive upstream product market reforms and downstream productivity, using both firm-level (Arnold et al., 2011; Forlani, 2012; Gal and Hijzen, 2016; Topalova and Lanau, 2016) and sectoral-level data (Bourlès et al., 2010, 2013; Barone and Cingano, 2011). On the contrary, Amable et al. (2016) argue that deregulation curbs innovation in upstream sectors, which trickles down to downstream sectors, hindering productivity growth. Also, there is evidence of important heterogeneous effects across firms. Indeed, while some authors argue that reforms have greater returns the closer an economy is to the technological frontier (Arnold et al., 2008; Acemoglu et al., 2003, 2006; Vandenbussche et al., 2006), others show that gains increase with the distance to the frontier (Nicoletti and Scarpetta, 2003; Gouveia et al., 2017a; Gouveia et al., 2017b). Bourlès et al., (2013) also find evidence of heterogeneous effects, showing that deregulation boosts the returns to innovation for the most productive firms but reduces the innovation incentives for the least productive. This heterogeneity renders a sectoral assessment particularly relevant.

¹ It is worth noting the existence of a trade-off. Cross-country sectoral data necessarily increase the sample variation in opposition to exclusively considering national sectoral data.

² Indeed, there are a number of studies looking at the firm-level impact of structural reforms implemented in Portugal, which are particularly useful to understand heterogeneous effects across firms. See, for instance, Gouveia et al (2017a) and Monteiro et al (2017).

3. Methodology

Our baseline regression evaluates the effect of product and labour market regulatory indicators on two outcomes – employment and productivity – by comparing industries with different exposures to regulation. The fundamental reasoning behind this specification is that the intrinsic nature of an industry makes it more or less affected by regulation. In other words, the degree whereby a sector is exposed to regulation determines how binding regulation is for that sector, thus allowing us to perform a difference-in-differences analysis.

Following the literature, we consider that sectors with higher layoffs are more exposed to labour market regulation (e.g. Bassanini et al., 2009), while those that are more dependent on upstream-sector inputs are more exposed to product market regulation (e.g. Bourlès et al., 2010).

We thus implement the difference-in-differences specification of Bassanini et al. (2009), who specify the expected pairwise-difference between any two sectors (k and h) as:

$$E(\Delta \log \text{Outcome}_{k,t} - \Delta \log \text{Outcome}_{h,t}) = (f(\text{Exp}_k) - f(\text{Exp}_h))g(\text{Reg}_{t-1}, \Delta \text{Reg}_t) \quad [1]$$

where $f(\cdot)$ is a non-negative and non-decreasing function.

Letting $g(\cdot)$ be linear, and $f(\cdot)$ the identity function, we can re-write [1] as:

$$E(\Delta \log \text{Outcome}_{k,t}) - E(\Delta \log \text{Outcome}_{h,t}) = \beta \text{Reg}_{t-1} (\text{Exp}_k - \text{Exp}_h) + \delta \Delta \text{Reg}_t (\text{Exp}_k - \text{Exp}_h) + (\gamma_k - \gamma_h) \quad [2]$$

Hence, for industry j, the expected growth of the outcome variable can be expressed as:

$$E(\Delta \text{Outcome}_{j,t}) = \beta \text{Exp}_j \text{Reg}_{t-1} + \delta \text{Exp}_j \Delta \text{Reg}_t + \gamma_j + \mu_t \quad [3]$$

where μ_t captures sector-invariant effects. In this setting, our baseline regression can be written as:

$$\Delta \text{Outcome}_{j,t} = \beta \text{Exp}_j \text{Reg}_{t-1} + \delta \text{Exp}_j \Delta \text{Reg}_t + \theta_j + \theta_t + \varepsilon_{jt} \quad [4]$$

where $\text{Outcome}_{j,t}$ stands for productivity or employment variables of industry j in year t (depending on the specification), Exp_j denotes the exposure to the regulatory variable for industry j, and Reg_t stands for product or labour market regulation at time t (depending on the specification). Furthermore, θ_j and θ_t are industry and time fixed effects, respectively.

The intuition for the difference-in-differences approach can be easily seen by focusing on a particular case of equation [4], whereby the treatment is defined by an indicator variable which identifies industries as being entirely regulation-binding (treatment group), if their exposure is greater than a certain threshold.³ In this binary setting (as opposed to our continuous one), the estimated coefficients provide us with the difference between treatment and control groups. In the continuous case we follow, β and δ give us the impact of “treatment” intensity. Indeed, as pointed out by Bassanini et al., (2009), it is more plausible that the extent to which an industry is affected by regulation depends on a continuous variable (such as our exposure variable).

In equation [4], β measures the growth-effect, i.e. the permanent impact of the regulatory variable on the growth rate of the outcome variable while δ captures the level-effect i.e. the permanent level-impact of deregulation. Nevertheless, some level-effects may not be captured by δ if they take too much time to materialize; additionally, a level effect which only materializes in the very long-term may be taken, in our model, by a permanent growth effect.

4 Data

We use annual sectoral-level data from the Portuguese National Accounts (ESA2010), compiled by INE – *Instituto Nacional de Estatística* (Statistics Portugal). The time frame considered is restricted by the available regulatory indicator variables of choice – sourced from OECD – which cover the 1997-2013 periods. The sectors included in the analysis are those whereby, for the relevant timeframe, a suitable matching could be performed between the 2-digit ISIC Rev.3 aggregation (followed by OECD regulatory indexes) and the 2-digit CAE Rev.3 (followed by the Portuguese National Accounts).⁴ These procedures

³ See Bassanini et al (2009), Appendix 2, p.16, for a derivation of the discrete case.

⁴ See Box 1 in the Appendix for a breakdown of the different sectors considered for the EPL and PMR analysis, respectively.

decrease the sectoral dataset from 306 to 288 observations in the employment protection analysis, and from 612 to 576, for the product market regulation case.

The outcome variables, derived from national accounts, are worked hours (HoursWorked), as a baseline for employment, with the number of employees (Employees) being used for robustness checks. The measure of productivity is labour productivity, determined by the ratio of gross value added (GVA) to worked hours (HoursWorked). Output is used instead of gross value added, for assessing the robustness of the results.

Turning now to the regulatory variables, the regulatory stringency of the labour market is measured through the OECD indicator of Employment Protection Legislation, a measure of the incurred costs and procedures associated with the dismissal and hiring of employees. This measure is partitioned into three sub-indicators: EPR, an index of regulatory strictness concerning individual dismissal of workers on regular contracts; EPT, which measures the degree of regulation for temporary contracts; and EPRC, comprising a weighted sum of both individual and collective dismissal sub-indicators.⁵ These regulatory indicators range from 0 (no regulation) to 6 (maximum stringency). We follow Bassanini et al. (2009) and Jain-Chandra and Zhang (2014), and use the layoff rate for the United States for the period 2001-03 as a measure of exposure to labour market regulation. These rates were computed by Bassanini et al. (2009) and are based on the 2004 Displaced Workers Supplement data. The rationale is that industries which are more prone to adjust to shocks in demand and supply through layoffs are more affected by regulation governing layoffs. The US is the OECD country with the lowest level of employment protection legislation, thus serving as a de facto proxy that captures any given industry's "natural" layoff rate in the absence of regulation. By using the US layoff rate, we avoid endogeneity issues related with using the Portuguese layoff rate, as this national value could be determined by the prevailing level of regulation in the labour market.

For the effects of upstream product market deregulation on downstream industries, we rely on the regulatory impact indicator (Regimpact), computed by the OECD.⁶ This indicator, developed by Égert and Wanner (2016) building on Conway and Nicoletti (2006), follows the same methodological approach just described for the labour market: it incorporates the OECD regulatory indices for network sectors (ranging from 0 to 6, where 6 is maximum regulation), which are then weighted by an industry-specific exposure variable. The exposure variable is computed using the input-output matrices, ascertaining the relevance of upstream sector industries on the input usage of the different sectors (relying on the inverse of the Leontief matrix, kept constant for the entire period). The intuition is that a sector which uses a higher amount of inputs from the upstream industries is more vulnerable to regulation in those sectors. Similarly to the layoff rate, and following the identification strategy of Rajan and Zingales (1998), we rely on the input-output data from the correspondent US industry, to avoid endogeneity issues.

Table 1 presents the descriptive statistics for the variables used in the different specifications.

Table 1 – Descriptive statistics

Variables - PMR (612 Observations)	Unit	Mean	Std Dev	Min.	Max.
Narrow Indicator (US)	unit	0.58	1.00	0.11	6.53
Wide Indicator (US)	unit	1.25	1.23	0.23	6.76
Gross Value Added	10 ⁶ €	4,160.00	4,832.00	191.00	22,220.00
Total Output	10 ⁶ €	9,008.00	8,513.00	311.00	43,830.00
Hours Worked	10 ⁶	204.00	255.00	3.00	1,313.00
Employees	10 ³	133.00	169.00	2.00	757.00
Variables - EPL (306 Observations)	Unit	Mean	Std Dev	Min.	Max.
US Layoff Rate	unit	5.18	1.35	2.83	8.12
EPR - Regular Contracts	unit	4.33	0.38	3.18	4.58
EPT - Temporary Contracts	unit	2.44	0.40	1.81	2.81
EPRC - Individual and Collective Dismissals	unit	3.79	0.39	2.81	4.10
Gross Value Added	10 ⁶ €	3,946.0	5,019.0	191.0	22,220.0
Total Output	10 ⁶ €	10,814.0	10,287.0	651.0	43,830.0
Hours Worked	10 ⁶	242.00	313.00	3.00	1,313.00
Employees	10 ³	140.00	184.00	2.00	757.00

Source: Own computations using Statistics Portugal (INE), OECD data (both ranging from 1997-2013) and Displaced Workers Supplement data (2004).

⁵ EPRC attributes a weight of 2/7 for additional provisions for collective dismissals and 5/7 to individual dismissals (regular contracts). For additional details on these indicators please refer to chapter 2 of OECD (2013d).

⁶ A wider version including also retail distribution and professional services is also used for robustness checks. However, given that only the networks regulatory indices have an annual frequency (the others are available every 4 years), the narrow version only covering networks is better suited for time series analysis. For additional details please refer to Égert and Wanner (2016).

5. Empirical results

This section presents the estimation results for specification [4], adapting it in accordance with the outcomes and regulatory indicators of choice.

Labour market regulation

The results, presented in Table 2, provide evidence of a negative link between employment protection legislation and the number of hours worked, in industries that are “naturally” more affected by such legislation. A likely explanation is that industries more prone to adjust to market shocks through hirings and layoffs have a higher latent labour demand than the one displayed under tight regulation. Therefore, if regulation hinders their ability to adjust, they are cautious to hire due to uncertainty, implying less efficient production outcomes, as they are less responsive to market changes. With deregulatory reform, these sectors are able to increase net hirings, with net benefits arising from increased flexibility. The result is robust to the usage of the variation in the number of employees as a measure of employment growth and is visible for all three measures of employment regulation. Concerning the effects on productivity, the results presented in Table 3 suggest a non-positive response of productivity to a reduction of employment protection. Indeed, results are, in general, non-significant; there are only two significant effects, for the indicators of temporary contracts (EPT) and of stringency ruling individual and collective dismissals (EPRC) – supporting the result of losses from deregulation, but that fail to be robust to changes in the outcome variable of labour productivity.

Table 2 – Impact of employment protection legislation on sector-level employment

Variables	Δ HoursWorked	Δ Employees	Δ HoursWorked	Δ Employees	Δ HoursWorked	Δ Employees
EPR_{t-1}	-0.02**	-0.02**	-	-	-	-
ΔEPR	-0.01	0.00	-	-	-	-
EPT_{t-1}	-	-	-0.02**	-0.01**	-	-
ΔEPT	-	-	-0.01	-0.01	-	-
$EPRC_{t-1}$	-	-	-	-	-0.02**	-0.02**
$\Delta EPRC$	-	-	-	-	-0.01	-0.01
Time Fixed Effects	YES	YES	YES	YES	YES	YES
N	288	288	288	288	270	270
Overall R ²	5%	5%	9%	10%	5%	6%

Notes: Variations in the number of observations are due to data availability. Results were estimated using robust standard errors. ***: significant at 1% level; **: significant at 5% level; *: significant at 10% level.

Source: Own computations, using INE and OECD data for the years 1997-2013.

Table 3 – Impact of employment protection legislation on sector-level productivity

Variable	Δ LP =	Δ LP =	Δ LP =	Δ LP =	Δ LP =	Δ LP =
	GVA/Employees	Output/Employees	GVA/Employees	Output/Employees	GVA/Employees	Output/Employees
EPR_{t-1}	0.06	0.02	-	-	-	-
ΔEPR	-0.04	0.01	-	-	-	-
EPT_{t-1}	-	-	0.02	0.02**	-	-
ΔEPT	-	-	-0.00	0.00	-	-
$EPRC_{t-1}$	-	-	-	-	0.05*	0.02
$\Delta EPRC$	-	-	-	-	-0.06	0.00
Time Fixed Effects	YES	YES	YES	YES	YES	YES
N	288.00	288.00	288.00	288.00	270.00	270.00
Overall R ²	0.00	0.00	0.02	0.02	0.00	0.10

Notes: Variations in the number of observations are due to data availability. Results were estimated using robust standard errors. ***: significant at 1% level; **: significant at 5% level; *: significant at 10% level.

Source: Own computations, using INE and OECD data for the years 1997-2013.

Product market regulation

Competitive-enhancing reforms of network sectors are estimated to have a positive impact on employment growth for industries that depend relatively more on those upstream intermediate inputs, and are consequently more affected by upstream product market regulation (Table 4). One expects that lower upstream regulation pressures upstream sectors to reduce prices and to increase the quality of their services, via increased competition and reduced negotiation-edge vis-à-vis downstream clients, which fosters downstream growth (both at the extensive and intensive margin) and allows downstream sectors to channel resources towards further hirings. The results are robust to using the number of employees as employment variable and to the use of the wide version of the regulatory index.

The direct effect on upstream industries employment is unclear. Whilst competition may lead to a downsizing of incumbents, firm entry is promoted by deregulation. Since the regulatory impact indicator is

also capturing the effect that upstream deregulation has on the upstream sectors (direct effect of deregulation), we exclude the upstream industries from our sample and re-estimate the regression, in order to exclusively capture the indirect effects of upstream deregulation (on downstream sectors). While for the case of the narrow indicator (i.e. excluding networks) there are no significant changes between the estimated coefficients, they turn out to be stronger when looking at the wide indicator (i.e. excluding networks, retail and professional services from the sample), showing that the effect on upstream sectors is necessarily lower or even negative (Table 5).⁷

Turning to the impact on productivity, we find that an upstream deregulatory process dampens labour productivity growth (Table 6). This result is robust to the usage of the wide indicator and to the usage of Output, instead of the baseline variables.

Table 7 clarifies this outcome. Indeed, we find that there are productivity gains for downstream industries, which means that productivity losses in Table 6 are driven by effects on upstream sectors, which are hampered by increased competition and lower incentives to innovation (due to reduced mark-ups). The downstream sectors are likely to see their input costs going down and to gain better access to upstream services, thus allowing them to increase the efficiency of their production process and to channel resources towards productivity-enhancing technology.

Table 4 - Impact of upstream product market regulation on sector-level employment

Variable	Δ HoursWorked	Δ Employees	Δ HoursWorked	Δ Employees
Regimpact _{t-1} (narrow)	-0.01***	-0.01***	-	-
Δ Regimpact(narrow)	-0.02	-0.01	-	-
Regimpact _{t-1} (wide)	-	-	-0.01***	-0.01***
Δ Regimpact(wide)	-	-	-0.01	-0.01
Time Fixed Effects	YES	YES	YES	YES
N	576	576	576	576
Overall R ²	11%	10%	7%	6%

Notes: Results were estimated using robust standard errors. ***: significant at 1% level; **: significant at 5% level; *: significant at 10% level.

Source: Own computations, using INE and OECD data for the years 1997-2013.

Table 5 - Impact of upstream product market regulation on downstream sector-level employment

Variable	Δ HoursWorked	Δ Employees	Δ HoursWorked	Δ Employees
Regimpact _{t-1} (narrow)	-0.01***	-0.01***	-	-
Δ Regimpact(narrow)	-0.01	-0.01	-	-
Regimpact _{t-1} (wide)	-	-	-0.02	-0.05**
Δ Regimpact(wide)	-	-	-0.07**	-0.08**
Time Fixed Effects	YES	YES	YES	YES
N	560	560	496	496
Overall R ²	10%	9%	11%	6%

Notes: Variations in the number of observations are due to data availability. Results were estimated using robust standard errors. ***: significant at 1% level; **: significant at 5% level; *: significant at 10% level.

Source: Own computations, using INE and OECD data for the years 1997-2013.

Table 6 - Impact of upstream product market regulation on sector-level productivity

Variable	Δ LP = GVA/HoursWorked	Δ LP = Output/HoursWorked	Δ LP = GVA/HoursWorked	Δ LP = Output/HoursWorked
Regimpact _{t-1} (narrow)	0.02**	0.02*	-	-
Δ Regimpact(narrow)	0.03	-0.01	-	-
Regimpact _{t-1} (wide)	-	-	0.02**	0.02***
Δ Regimpact(wide)	-	-	0.00	-0.01
Time Fixed Effects	YES	YES	YES	YES
N	576	576	576	576
Overall R ²	2%	15%	2%	11%

Notes: Results were estimated using robust standard errors. ***: significant at 1% level; **: significant at 5% level; *: significant at 10% level.

Source: Own computations, using INE and OECD data for the years 1997-2013.

⁷ Please note that due to reduced number of upstream sectors, a regression cannot be performed solely for those sectors. Our analysis shows that the effects on upstream sectors are lower than in downstream but nothing can be said about the sign: the effect may still be positive (but lower than in downstream industries) or it can be negative.

Table 7 - Impact of upstream product market regulation on downstream sector-level productivity

Variable	$\Delta LP = GVA/HoursWorked$	$\Delta LP = Output/HoursWorked$	$\Delta LP = GVA/HoursWorked$	$\Delta LP = Output/HoursWorked$
Regimpact _{t-1} (narrow)	0.02	-0.00	-	-
$\Delta Regimpact(narrow)$	-0.07*	-0.10***	-	-
Regimpact _{t-1} (wide)	-	-	-0.07***	-0.03*
$\Delta Regimpact(wide)$	-	-	-0.03	-0.01
Time Fixed Effects	YES	YES	YES	YES
N	560	560	496	496
Overall R ²	3%	16%	1%	13%

Notes: Results were estimated using robust standard errors. ***: significant at 1% level; **: significant at 5% level; *: significant at 10% level.

Source: Own computations, using INE and OECD data for the years 1997-2013.

6. Conclusion

Recent years have seen a surge in the demand for product and labour market deregulation alike. Portugal has been in the forefront of this matter, having undertaken an ambitious reform programme, in the midst of sluggish economic growth and persistent economic imbalances. Empirical evidence on the aggregate sectoral impact of structural reforms, taking into account the specificities of the Portuguese economy, is therefore vital from a policy maker's standpoint, in order to sharpen the design and implementation of such reforms and to complement the existing firm-level and cross-country evidence. Furthermore, literature shows that information is crucial for the ownership of any reform process (Boeri and Tabellini, 2012; Gouveia et al., 2017b).

In this context, we use sectoral-level data for the periods 1997-2013 to evaluate the impact of labour and product market reforms on employment and productivity, following a difference-in-differences approach. Concerning labour market reforms, and in line with the findings of OECD (2016) and Pagés and Micco (2007), our results suggest that decreasing the costs associated with hirings and dismissals fosters employment for industries more exposed to labour market regulations (proxied by the industry's layoff rate in the absence of regulation). However, as also pointed by Acharya et al. (2013), there is no evidence of a positive impact on productivity.⁸

In respect to product market reforms, upstream deregulation is found to promote employment for the sectors with relatively high degree of exposure to upstream inputs, matching the findings of OECD (2016). Additionally, our results show that downstream industries derive productivity gains from upstream product market deregulation, similarly to the findings of Barone and Cingano (2011) and Bourlès et. al., (2010; 2013). Conversely, and as argued by Amable et al. (2016), we find evidence that upstream sectors face productivity losses, possible due to reduced incentives to innovate (via reduced mark-ups).

The analysis in this paper could be enlarged in a number of ways. In particular, the analysis of employment outcomes focuses on quantity of overall employment. It would be interesting to consider the effects on full-time and part-time employment and on permanent and temporary contracts as changes in regulation may have heterogeneous effects. Also, we do not account for the impact on the quality of employment, which is also a key element for policy assessment as deregulation may induce less stable employment relations and an erosion of workers' rights, with important equity considerations. Furthermore, we do not account for interactions among reforms or for the initial regulatory stance. However, the impact of changes in regulation may be non-linear and may depend on the existing level of regulation, which is important for the sequencing and packaging of reforms. Furthermore, we consider that the effects are symmetric, i.e. that loosening and tightening regulation has a comparable effect, which is not necessarily the case.

References

- Acemoglu, D.; Aghion, P. and Zilibotti, F. 2003. "Vertical integration and distance to frontier." *Journal of the European Economic Association*, 1(2-3): 630-638.
- Acemoglu, D.; Aghion, P. and Zilibotti, F. 2006. "Distance to frontier, selection, and economic growth." *Journal of the European Economic Association*, 4(1): 37-74.
- Acharya, V. V; Baghai, R. P. and Subramanian, K. V. 2013. "Labor laws and innovation." *The Journal of Law and Economics*, 56(4): 997-1037

⁸ Gouveia et al (2017a) using firm-level data for Portugal show that deregulation of labour markets decrease productivity for almost all firms (except for those in the bottom productivity decile).

- Ahsan, A. and Pagés, C. 2009. "Are all labour regulations equal? Evidence from Indian manufacturing." *Journal of Comparative Economics*, 37(1): 62-75.
- Amable, B.; Ledezma, I. and Robin, S. 2016. "Product market regulation, innovation, and productivity." *Research Policy*, 45(10): 2087-2104.
- Arnold, J.; Nicoletti, G. and Scarpetta, S. 2008. "Regulation, Allocative Efficiency and Productivity in OECD Countries: Industry and Firm-Level Evidence." OECD Economics Department Working Papers 616, OECD Publishing.
- Arnold, J.; Javorcik, B. and Mattoo, A. 2011. "Does services liberalization benefit manufacturing firms? Evidence from the Czech Republic." *Journal of International Economics*, 85(1): 136-146.
- Banerji A.; Ebeke C.; Furceri D.; Dabla-Norris E.; Duval R.; Komatsuzaki T.; Poghosyan T. and Crispolti V. 2017. "Labor and Product Market Reforms in Advanced Economies: Fiscal Costs, Gains, and Support." IMF Staff Discussion Note, March 2017.
- Bassanini, A; Nunziata, L and Venn, D. 2009. "Job protection legislation and productivity growth in OECD countries." *Economic Policy*, 24(58): 349-402.
- Bassanini, A. 2015. "A bitter medicine? Short-term employment impact of deregulation in network industries." IZA Discussion Papers, No. 9187
- Barone, G. and F. Cingano. 2011. "Service Regulation and Growth: Evidence from OECD Countries." *The Economic Journal*, 121(555)
- Boeri, T. and Tabellini, G. 2012. "Does information increase political support for pension reform?" *Public Choice*, 150(1): 327-362.
- Bourlès, R.; Cette, G.; Lopez, J.; Mairesse, J. and Nicoletti, G. 2010. "The impact on growth of easing regulations in upstream sectors." Research Report. CESifo
- Bourlès, R.; Cette, G.; Lopez, J.; Mairesse, J. and Nicoletti, G. 2013. "Do product market regulations in upstream sectors curb productivity growth? Panel data evidence for OECD countries." *Review of Economics and Statistics*, 95(5): 1750-1768.
- Cingano, F.; Leonardi, M.; Messina, J. and Pica, G. 2010. "The effects of employment protection legislation and financial market imperfections on investment: evidence from a firm-level panel of EU countries." *Economic Policy*, 25(61): 117-163.
- Conway, P. and G. Nicoletti. 2006. "Product market regulation in the non-manufacturing sectors of OECD countries", OECD Economics Department Working Paper, No. 530.
- Égert, B. and I. Wanner. 2016. "Regulations in services sectors and their impact on downstream industries: The OECD 2013 Regimpact Indicator." OECD Economics Department Working Papers, No. 1303, OECD Publishing, Paris.
- European Commission. 2014. "The Economic Adjustment Programme for Portugal - Eleventh Review." Occasional Papers 191. April 2014. Brussels.
- European Commission. 2016. "Ex-post evaluation of the economic adjustment programme in Portugal: 2011- 2014." Institutional paper 040. November 2016.
- Fiori, G.; Nicoletti, G.; Scarpetta, S. and Schiantarelli, F. 2012. "Employment effects of product and labour market reforms: are there synergies?" *The Economic Journal*, 122(558).
- Forlani, E. 2012. "Competition in Services and Efficiency of Manufacturing Firms: Does 'Liberalization' Matter?" LICOS Discussion Paper No. 311/2012 (Katholieke Universiteit Leuven).
- Gal, P. and Hijzen, A. 2016. "The short-term impact of product market reforms: A cross-country firm-level analysis." IMF Working Paper 16/116.
- Gouveia, A. F.; Santos, S. and Gonçalves, I. 2017a. "The impact of structural reforms on productivity: The role of the distance to the technological frontier." OECD Productivity Working Papers, No. 8, OECD Publishing, Paris.

- Gouveia, A.F. 2017b. "Political support for reforms of the pension system – two experiments", *Journal of Pension Economics and Finance*, January 2017
- Jain-Chandra, S. and Zhang, L. 2014. "How can Korea Boost Potential Output to Ensure Continued Income Convergence?" IMF Working Paper 15/54
- Koske, I.; Wanner, I.; Bitetti, R. and Barbiero, O. 2015. "The 2013 update of the OECD's database on product market regulation: Policy insights for OECD and non-OECD countries." OECD Economic Department Working Papers, No.1200, OECD Publishing.
- La Porta, R.; Botero, J. C.; Djankov, S.; Lopez-de-Silanes, F. and Shleifer, A. 2004. *The Regulation of Labor*. Technology, 1339.
- Monteiro, G., Gouveia, A.F. and Santos, S. 2017. "Short-run effects of product markets deregulation: a more productive, more efficient and more resilient economy?" OECD Productivity Working Papers, OECD Publishing, Paris, September 2017.
- Nicoletti, G. and Scarpetta, S. 2003. "Regulation, productivity and growth. OECD Economics." Department Working Paper 347. OECD publishing. Paris.
- OECD. 2007. "More jobs but less productive? The impact of labour market policies on productivity." OECD Employment Outlook 2007.
- OECD, 2013a. "Portugal: Reforming the State to promote Growth. Better Policies Series." OECD, Paris.
- OECD. 2013b. "Product Market Regulation Database." www.oecd.org/economy/pmr.
- OECD. 2013c. Employment Protection Database www.oecd.org/employment/protection.
- OECD. 2013d. "Protecting jobs, enhancing flexibility: A new look at employment protection legislation." OECD Employment Outlook 2013, OECD Publishing.
- OECD. 2014. "Portugal: Deepening Structural Reform to Support growth and Competitiveness." OECD Better Policies Series.
- OECD. 2016. "Short-term labour market effects of structural reforms: pain before the gain?" OECD employment outlook. Chapter 3.
- OECD. 2017. "Labour market reforms in Portugal 2011-2015." OECD Publishing, Paris. Pagés C. and Micco, A. 2007. "The Economic Effects of Employment Protection: Evidence from International Industry-Level Data." (No. 4120). Inter-American Development Bank.
- Rajan, R.G. and L. Zingales. 1998. "Financial dependence and growth". *American Economic Review*, 88(3), 559-86.
- Lanau, S. and Topalova, P. 2016. "The Impact of Product Market Reforms on Firm Productivity in Italy." IMF Working Paper 16/119.
- Nicoletti, G. and Scarpetta, S. 2003. "Regulation, productivity and growth." OECD Economics Department Working Paper 347. OECD publishing. Paris.
- Scarpetta, S. 1996. "Assessing the role of labour market policies and institutional settings on unemployment: A cross-country study." *OECD Economic Studies*, 26(1): 43-98.
- Topalova, P. 2016. "The Refugee Surge in Europe: Economic Challenges." Staff Discussion Note 16/02. International Monetary Fund, Washington.
- Vandenbussche, J.; Aghion, P. and Meghir, C. 2006. "Growth, distance to frontier and composition of human capital." *Journal of Economic Growth*, 11(2): 97-127.

Appendix – Box 1

Sectors Considered for the Employment Protection Legislation analysis:

Manufacture of food products, beverages and tobacco products; Manufacture of textiles, wearing apparel and leather products; Manufacture of wood and paper products, and printing; Manufacture of coke, and refined petroleum products; Manufacture of chemicals and chemical products; Manufacture of basic pharmaceutical products and pharmaceutical preparations; Manufacture of rubber and plastics products, and other non-metallic mineral products; Manufacture of basic metals and fabricated metal products, except machinery and equipment; Manufacture of electrical equipment; Manufacture of machinery and equipment n.e.c.; Manufacture of transport equipment; Manufacture of furniture; other manufacturing; repair and installation of machinery and equipment; Water, sewerage, waste management and remediation activities; Construction; Wholesale and retail trade, repair of motor vehicles and motorcycles; Transportation and storage; Accommodation and food service activities; Telecommunications.

Sectors Considered for the Product Market Regulation analysis:

Agriculture, forestry and fishing; Mining and quarrying; Manufacture of food products, beverages and tobacco products; Manufacture of textiles, wearing apparel and leather products; Manufacture of wood and paper products, and printing; Manufacture of coke, and refined petroleum products; Manufacture of chemicals and chemical products; Manufacture of basic pharmaceutical products and pharmaceutical preparations; Manufacture of rubber and plastics products, and other non-metallic mineral products; Manufacture of basic metals and fabricated metal products, except machinery and equipment; Manufacture of computer, electronic and optical products; Manufacture of electrical equipment; Manufacture of machinery and equipment n.e.c.; Manufacture of transport equipment; Manufacture of furniture; other manufacturing; repair and installation of machinery and equipment; Electricity, gas, steam and air-conditioning supply; Water, sewerage, waste management and remediation activities; Construction; Wholesale and retail trade, repair of motor vehicles and motorcycles; Transportation and storage; Accommodation and food service activities; Publishing, audiovisual and broadcasting activities; Telecommunications; Computer programming, consultancy and related activities; information service activities; Financial and insurance activities; Real estate activities; Legal and accounting activities; activities of head offices; management consultancy activities; architecture and engineering activities; technical testing and analysis; Scientific research and development; Advertising and market research; other professional, scientific and technical activities; Veterinary activities; Administrative and support service activities; Public administration and defence; compulsory social security; Education; Human health services; Social work activities; Arts, entertainment and recreation; Other services activities.

Comércio internacional de mercadorias de Portugal com Espanha - 2012 a 2016 e 1.º semestre de 2017.

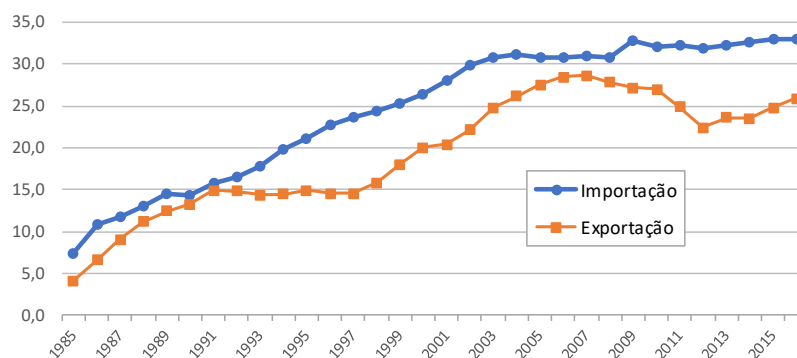
Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

A Espanha é o principal parceiro comercial de Portugal, tendo sido em 2016 o mercado de origem de cerca de 1/3 das importações globais (32,9%) e o destino de mais de 1/4 das exportações (25,9%).

Em 1985, ano anterior à adesão dos dois países à então Comunidade Económica Europeia (CEE), o peso de Espanha era, nas importações e nas exportações globais, respetivamente de 7,4% e 4,1%, para no ano da adesão subir já para 10,9% e 6,6%. A partir de então esse crescimento foi-se intensificando, estabilizando as importações em torno dos 32% a partir de 2009. Por sua vez decresceu o peso das exportações a partir de 2007, para voltar a aumentar sustentadamente após 2012.

**Evolução do peso de Espanha (%)
nas importações e exportações portuguesas
- 1985 a 2016 -**



Fonte: A partir de dados de base do INE

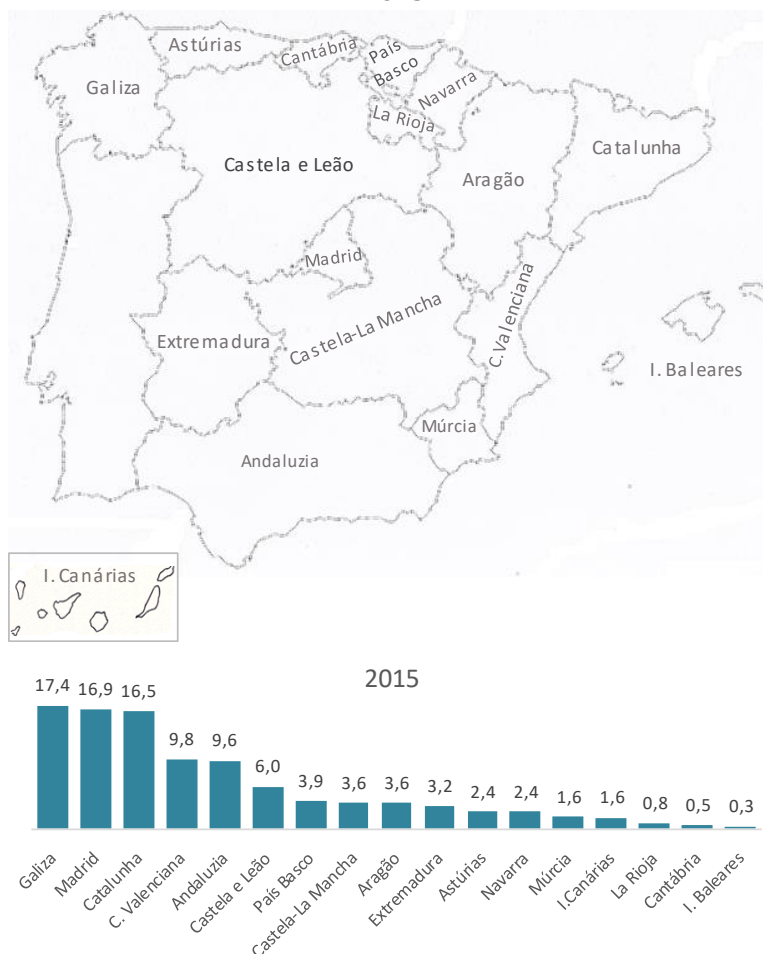
Pretende-se aqui avaliar, com algum detalhe, a evolução das chegadas e das expedições de mercadorias de e para Espanha (que designaremos respetivamente por importações e exportações) nos últimos cinco anos (2012-2016) e no primeiro semestre de 2016-2017. Para o efeito, os produtos transacionados foram agregados em 11 grupos de produtos, cujo conteúdo, em termos de Nomenclatura Combinada, se encontra definido em quadro anexo.

De acordo com dados disponíveis para 2015, as Comunidades Autónomas de Espanha que registaram as maiores quotas de importação das mercadorias portuguesas foram a Galiza (17,4%), Madrid (16,9%) e Catalunha (16,5%). Seguiram-se a Comunidade Valenciana (9,8%), Andaluzia (9,6%) e Castela e Leão (6,0%).

Com quotas inferiores a 4,0% as restantes Comunidades: País Basco, Castela-La Mancha, Aragão, Extremadura, Astúrias, Navarra, Múrcia, I.Canárias, La Rioja, Cantábria e I.Baleares.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

**Distribuição das importações com origem em Portugal
pelas 17 Comunidades Autónomas de Espanha (%)
- 2015 -**



Fonte: A partir de dados de base "ICEX - España Exportación e Inversiones", divulgados pelo AICEP na publicação "Espanha-As Comunidades Autónomas, Julho 2016".

2. Balança Comercial

A Balança Comercial de mercadorias de Portugal com Espanha é deficitária, tendo o défice oscilado entre -7,2 e -7,9 mil milhões de euros ao longo dos últimos cinco anos, com um grau de cobertura médio das importações pelas exportações da ordem dos 60%.

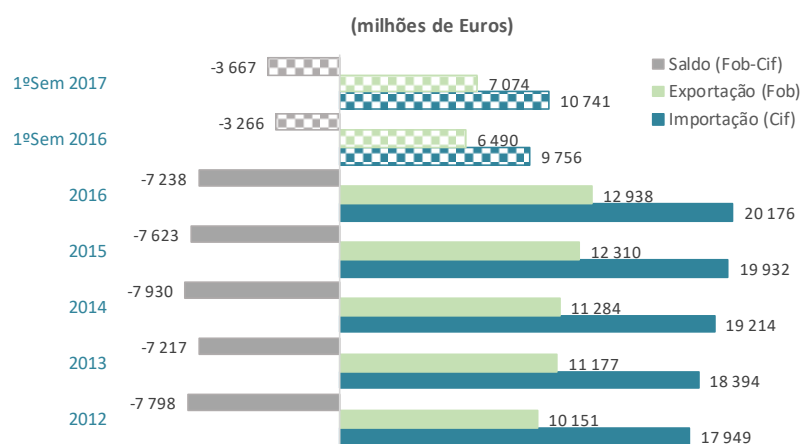
No 1º semestre de 2017 o défice registou um crescimento de +12,3% face ao semestre homólogo do ano anterior, ao situar-se em -3,7 mil milhões de euros, com um grau de cobertura de cerca de 66%.

Balança comercial de mercadorias de Portugal com Espanha
- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2016 e 2017 -

	2012	2013	2014	2015	2016	milhões de Euros	
						1º Semestre	
						2016	2017
Importações (Cif)	17 949	18 394	19 214	19 932	20 176	9 756	10 741
t.v.h. (%)	-	2,5	4,5	3,7	1,2	-	10,1
Quota do total (%)	31,8	32,3	32,5	33,0	32,9	32,7	31,5
Exportações (Fob)	10 151	11 177	11 284	12 310	12 938	6 490	7 074
t.v.h. (%)	-	10,1	1,0	9,1	5,1	-	9,0
Quota do total (%)	22,5	23,6	23,5	24,8	25,9	26,3	25,5
Saldo (Fob-Cif)	-7 798	-7 217	-7 930	-7 623	-7 238	-3 266	-3 667
t.v.h. (%)	-	-7,4	9,9	-3,9	-5,1	-	12,3
Quota do total (%)	69,9	74,3	72,2	71,2	64,5	62,9	57,1
Cobertura (Fob/Cif) (%)	56,6	60,8	58,7	61,8	64,1	66,5	65,9

Contributo de Espanha para a t.v.h. das exportações portuguesas (pts percent.):

t.v.h. (mundo)	-	4,6	1,6	3,3	0,8	-	12,3
Contributo (p.p.)	-	1,0	0,4	0,8	0,2	-	3,2



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 8-9-2017;
 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

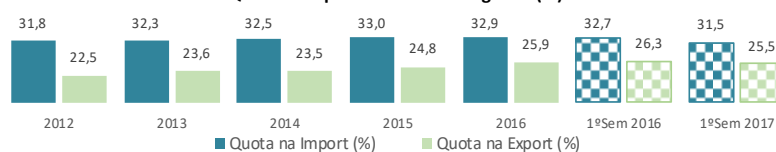
Segue-se um conjunto de quadros e gráficos com a balança comercial por Grupos de Produtos no período 2012-2016 e 1º semestre 2016-2017, e quota detida por Espanha em cada um dos grupos.

Como se pode observar, o único grupo de produtos em que o saldo da balança é positivo foi “*Têxteis e vestuário*”.

Balança comercial de Portugal com Espanha por grupos de produtos
Quota de Espanha nas importações e exportações globais
- 2012 a 2016 e 1º Semestre de 2016 e 2017 -

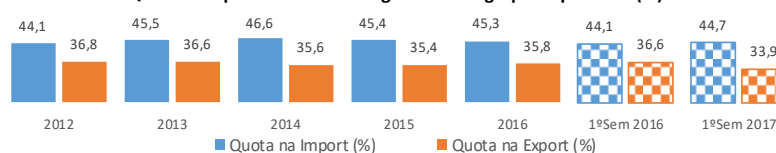
TOTAL	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	17 949	18 394	19 214	19 932	20 176	9 756	10 741
t.v.h	-	2,5	4,5	3,7	1,2	-	10,1
Quota na Import (%)	31,8	32,3	32,5	33,0	32,9	32,7	31,5
Exportação (Fob)	10 151	11 177	11 284	12 310	12 938	6 490	7 074
t.v.h	-	10,1	1,0	9,1	5,1	-	9,0
Quota na Export (%)	22,5	23,6	23,5	24,8	25,9	26,3	25,5
Saldo (Fob-Cif)	-7 798	-7 217	-7 930	-7 623	-7 238	-3 266	-3 667
t.v.h	-	-7,4	9,9	-3,9	-5,1	-	12,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	56,6	60,8	58,7	61,8	64,1	66,5	65,9

Quota de Espanha no comércio global (%)



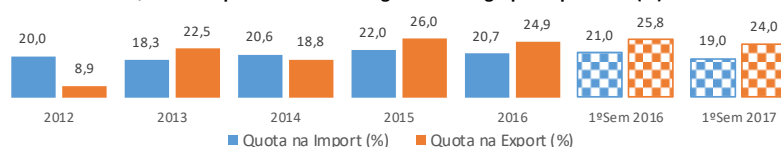
Agro-alimentares	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	3 848	4 127	4 135	4 235	4 389	2 041	2 299
t.v.h	-	7,3	0,2	2,4	3,6	-	12,6
Quota na Import (%)	44,1	45,5	46,6	45,4	45,3	44,1	44,7
Exportação (Fob)	1 915	2 045	2 137	2 204	2 275	1 055	1 127
t.v.h	-	6,8	4,5	3,1	3,2	-	6,8
Quota na Export (%)	36,8	36,6	35,6	35,4	35,8	36,6	33,9
Saldo (Fob-Cif)	-1 932	-2 082	-1 998	-2 031	-2 114	-986	-1 172
t.v.h	-	7,8	-4,1	1,7	4,1	-	18,9
Cobertura (Fob/Cif) (%)	49,8	49,5	51,7	52,0	51,8	51,7	49,0

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



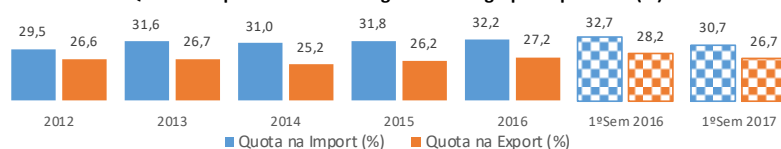
Energéticos	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	2 339	2 044	2 096	1 750	1 277	555	734
t.v.h	-	-12,6	2,5	-16,5	-27,0	-	32,3
Quota na Import (%)	20,0	18,3	20,6	22,0	20,7	21,0	19,0
Exportação (Fob)	334	1 110	754	990	779	349	487
t.v.h	-	232,6	-32,1	31,4	-21,4	-	39,3
Quota na Export (%)	8,9	22,5	18,8	26,0	24,9	25,8	24,0
Saldo (Fob-Cif)	-2 005	- 934	-1 342	- 760	- 498	- 206	- 248
t.v.h	-	-53,4	43,7	-43,4	-34,4	-	20,4
Cobertura (Fob/Cif) (%)	14,3	54,3	36,0	56,6	61,0	63,0	66,3

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



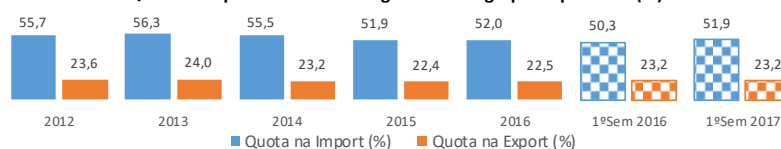
Químicos	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	2 728	2 891	2 952	3 214	3 299	1 695	1 730
t.v.h	-	6,0	2,1	8,9	2,6	-	2,1
Quota na Import (%)	29,5	31,6	31,0	31,8	32,2	32,7	30,7
Exportação (Fob)	1 498	1 590	1 525	1 647	1 764	918	962
t.v.h	-	6,1	-4,1	8,0	7,1	-	4,8
Quota na Export (%)	26,6	26,7	25,2	26,2	27,2	28,2	26,7
Saldo (Fob-Cif)	-1 230	-1 301	-1 427	-1 567	-1 534	- 777	- 768
t.v.h	-	5,8	9,7	9,8	-2,1	-	-1,1
Cobertura (Fob/Cif) (%)	54,9	55,0	51,7	51,3	53,5	54,2	55,6

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



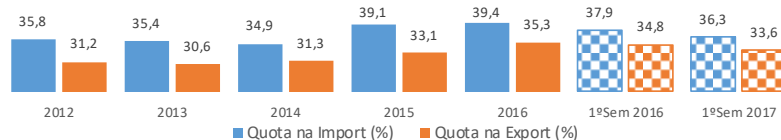
Madeira, cortiça e papel	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	981	1 038	1 086	1 044	1 089	534	564
t.v.h	-	5,9	4,6	-3,9	4,3	-	5,6
Quota na Import (%)	55,7	56,3	55,5	51,9	52,0	50,3	51,9
Exportação (Fob)	863	920	892	904	901	476	487
t.v.h	-	6,5	-3,0	1,2	-0,3	-	2,3
Quota na Export (%)	23,6	24,0	23,2	22,4	22,5	23,2	23,2
Saldo (Fob-Cif)	- 117	- 118	- 194	- 140	- 188	- 58	- 77
t.v.h	-	0,9	63,6	-27,6	34,0	-	33,2
Cobertura (Fob/Cif) (%)	88,0	88,6	82,2	86,6	82,8	89,1	86,3

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



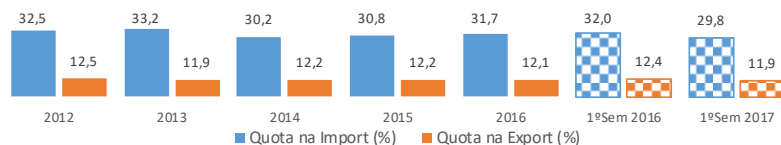
Têxteis e vestuário	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	1 132	1 200	1 286	1 523	1 578	735	749
t.v.h	-	6,1	7,1	18,5	3,6	-	1,9
Quota na Import (%)	35,8	35,4	34,9	39,1	39,4	37,9	36,3
Exportação (Fob)	1 303	1 327	1 463	1 609	1 797	893	911
t.v.h	-	1,8	10,3	10,0	11,7	-	2,1
Quota na Export (%)	31,2	30,6	31,3	33,1	35,3	34,8	33,6
Saldo (Fob-Cif)	171	126	177	86	220	158	162
t.v.h	-	-26,2	40,2	-51,6	156,0	-	2,8
Cobertura (Fob/Cif) (%)	115,1	110,5	113,8	105,6	113,9	121,5	121,6

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



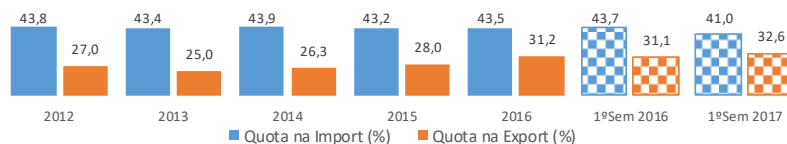
Calçado, peles e couros	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	378	428	446	475	505	261	246
t.v.h	-	13,2	4,4	6,3	6,4	-	-5,8
Quota na Import (%)	32,5	33,2	30,2	30,8	31,7	32,0	29,8
Exportação (Fob)	228	239	263	264	272	132	133
t.v.h	-	4,8	10,0	0,3	3,0	-	0,6
Quota na Export (%)	12,5	11,9	12,2	12,2	12,1	12,4	11,9
Saldo (Fob-Cif)	- 150	- 189	- 184	- 211	- 234	- 129	- 113
t.v.h	-	25,9	-2,6	14,9	10,7	-	-12,4
Cobertura (Fob/Cif) (%)	60,3	55,9	58,8	55,5	53,8	50,6	54,1

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



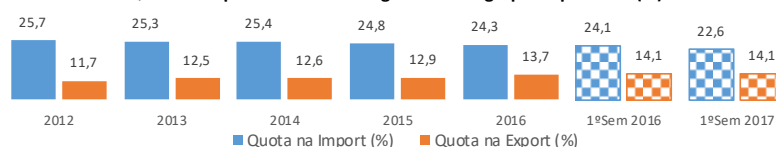
Minérios e metais	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	2 022	2 019	2 117	2 181	2 119	1 059	1 220
t.v.h	-	-0,2	4,9	3,0	-2,8	-	15,2
Quota na Import (%)	43,8	43,4	43,9	43,2	43,5	43,7	41,0
Exportação (Fob)	1 430	1 237	1 306	1 352	1 446	728	880
t.v.h	-	-13,5	5,6	3,6	6,9	-	21,0
Quota na Export (%)	27,0	25,0	26,3	28,0	31,2	31,1	32,6
Saldo (Fob-Cif)	- 592	- 782	- 811	- 828	- 673	- 332	- 340
t.v.h	-	32,1	3,7	2,2	-18,7	-	2,5
Cobertura (Fob/Cif) (%)	70,7	61,3	61,7	62,0	68,2	68,7	72,1

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



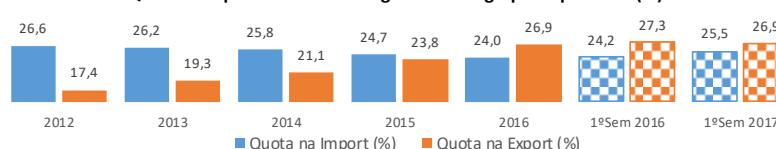
Máquinas, aparelhos e partes	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	2 141	2 134	2 306	2 370	2 522	1 166	1 280
t.v.h	-	-0,4	8,1	2,8	6,4	-	9,7
Quota na Import (%)	25,7	25,3	25,4	24,8	24,3	24,1	22,6
Exportação (Fob)	811	866	882	936	1 061	531	605
t.v.h	-	6,8	1,9	6,2	13,3	-	13,9
Quota na Export (%)	11,7	12,5	12,6	12,9	13,7	14,1	14,1
Saldo (Fob-Cif)	-1 330	-1 268	-1 424	-1 433	-1 460	- 635	- 675
t.v.h	-	-4,7	12,3	0,7	1,9	-	6,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	37,9	40,6	38,3	39,5	42,1	45,6	47,3

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



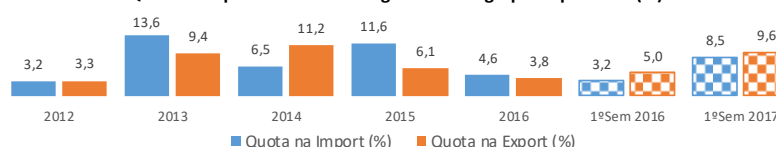
Material transporte terrestre e partes	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	1 178	1 219	1 476	1 703	1 825	961	1 109
t.v.h	-	3,5	21,1	15,4	7,2	-	15,5
Quota na Import (%)	26,6	26,2	25,8	24,7	24,0	24,2	25,5
Exportação (Fob)	873	920	1 052	1 291	1 413	775	817
t.v.h	-	5,4	14,4	22,7	9,5	-	5,4
Quota na Export (%)	17,4	19,3	21,1	23,8	26,9	27,3	26,9
Saldo (Fob-Cif)	- 305	- 300	- 424	- 413	- 413	- 186	- 292
t.v.h	-	-1,9	41,6	-2,7	0,0	-	57,3
Cobertura (Fob/Cif) (%)	74,1	75,4	71,3	75,8	77,4	80,7	73,7

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)

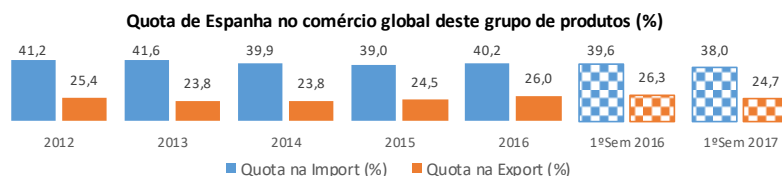


Aeronaves, embarc. e partes	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	12	56	33	47	37	16	41
t.v.h	-	380,8	-40,4	42,1	-20,8	-	162,1
Quota na Import (%)	3,2	13,6	6,5	11,6	4,6	3,2	8,5
Exportação (Fob)	8	21	27	17	16	7	17
t.v.h	-	156,8	30,4	-37,6	-4,9	-	138,2
Quota na Export (%)	3,3	9,4	11,2	6,1	3,8	5,0	9,6
Saldo (Fob-Cif)	- 3	- 35	- 6	- 30	- 21	- 9	- 24
t.v.h	-	904,3	-82,7	401,4	-29,8	-	182,5
Cobertura (Fob/Cif) (%)	70,0	37,4	81,8	35,9	43,2	46,1	41,9

Quota de Espanha no comércio global deste grupo de produtos (%)



Produtos acabados diversos	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
Importação (Cif)	1 191	1 237	1 280	1 391	1 536	732	766
t.v.h	-	3,9	3,4	8,7	10,4	-	4,7
Quota na Import (%)	41,2	41,6	39,9	39,0	40,2	39,6	38,0
Exportação (Fob)	888	903	982	1 095	1 214	625	647
t.v.h	-	1,7	8,7	11,6	10,9	-	3,5
Quota na Export (%)	25,4	23,8	23,8	24,5	26,0	26,3	24,7
Saldo (Fob-Cif)	- 304	- 334	- 298	- 296	- 322	- 107	- 119
t.v.h	-	10,1	-10,8	-0,8	8,8	-	11,4
Cobertura (Fob/Cif) (%)	74,5	73,0	76,7	78,7	79,0	85,4	84,4



3. Importações

O grupo de produtos com maior peso nas importações é “*Agro-alimentares*”, sempre acima de 20% na estrutura ao longo dos últimos cinco anos e no 1º semestre do ano em curso (21,4%). Neste semestre alinharam-se depois os grupos “*Químicos*” (16,1%), “*Máquinas, aparelhos e partes*” (11,9%), “*Minérios e metais*” (11,4%) e “*Material de transporte terrestre e partes*” (10,3%). Com peso inferior a 10% seguiram-se os grupos “*Produtos acabados diversos*” (7,1%), “*Têxteis e vestuário*” (7,0%), “*Energéticos*” (6,8%), “*Madeira, cortiça e papel*” (5,3%), “*Calçado, peles e couros*” (2,3%) e “*Aeronaves, embarcações e partes*” (0,4%).

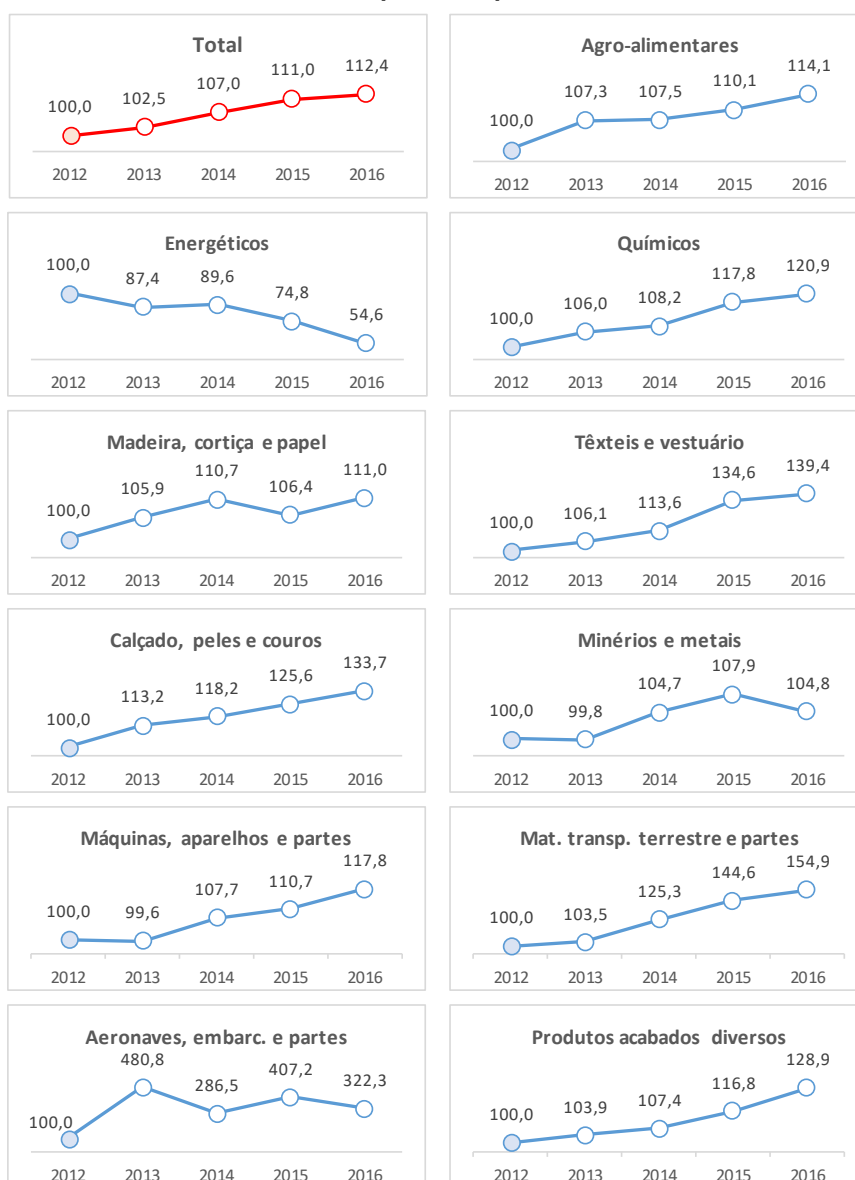
Estrutura das importações portuguesas com origem em Espanha por grupos de produtos (%)

	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agro-alimentares	21,4	22,4	21,5	21,2	21,8	20,9	21,4
Químicos	15,2	15,7	15,4	16,1	16,3	17,4	16,1
Máquinas, aparelhos e partes	11,9	11,6	12,0	11,9	12,5	12,0	11,9
Minérios e metais	11,3	11,0	11,0	10,9	10,5	10,9	11,4
Mat. transp. terrestre e partes	6,6	6,6	7,7	8,5	9,0	9,8	10,3
Produtos acabados diversos	6,6	6,7	6,7	7,0	7,6	7,5	7,1
Têxteis e vestuário	6,3	6,5	6,7	7,6	7,8	7,5	7,0
Energéticos	13,0	11,1	10,9	8,8	6,3	5,7	6,8
Madeira, cortiça e papel	5,5	5,6	5,7	5,2	5,4	5,5	5,3
Calçado, peles e couros	2,1	2,3	2,3	2,4	2,5	2,7	2,3
Aeronaves, embarc. e partes	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 8-9-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

Nos gráficos seguintes encontra-se representada, por grupos de produtos, a variação em valor das importações originárias de Espanha ao longo do último quinquénio (2012=100).

Importações de mercadorias com origem em Espanha
Variação em valor nos últimos cinco anos
(2012=100)



*Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 8-9-2017;
 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).*

3.1. Principais acréscimos e decréscimos das importações no 1º semestre de 2017, por grupos de produtos

No 1º semestre de 2017 verificou-se um acréscimo de +985,0 milhões de euros (M€) nas importações portuguesas de mercadorias provenientes de Espanha, face ao 1º semestre do ano anterior. Em todos os grupos de produtos se verificaram acréscimos nas importações, à exceção do grupo “*Calçado, peles e couros*”.

O maior aumento ocorreu no grupo de produtos “*Agro-alimentares*” (+258,2 M€), o grupo com maior peso no total, 21,4% e t.v.h. +12,6%, envolvendo, entre outras, importações de gorduras e óleos (+79,1 M€), principalmente azeite (+51,6 M€), carnes e miudezas comestíveis (+28,4 M€), em sua grande parte de suíno, peixe, crustáceos e moluscos (+25,5 M€), principalmente peixe congelado exceto filetes e moluscos, frutas (+21,3 M€), animais vivos (+15,8 M€), principalmente suínos, produtos hortícolas (+15,6 M€) e vinho (+16,0 M€). O maior decréscimo incidiu nas importações de tabaco e seus sucedâneos manufacturados, como cigarros, cigarilhas e charutos (-5,8 M€).

Seguiu-se o grupo “*Energéticos*” (+179,3 M€), com um peso de 6,8% na estrutura e t.v.h. +32,3%, com acréscimos principalmente nos produtos refinados do petróleo (+67,9 M€), energia elétrica (+59,0 M€) e gás (+25,0 M€).

No grupo **“Minérios e metais”** (+160,9 M€), com um peso de 11,4% e t.v.h. +15,2%, destacam-se os aumentos verificados nas importações de ferro fundido, ferro e aço (+57,9 M€), como perfis, fio-máquina, barras e laminados, e de suas obras (+25,0 M€), de alumínio e suas obras (+43,2 M€), e de zinco e suas obras (+15,8 M€). Verificou-se um decréscimo nas importações de pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos e bijutarias à base destes materiais (-14,1 M€).

Seguiu-se o grupo **“Material de transporte terrestre e partes”** (+148,7 M€), 10,3% na estrutura e t.v.h. +15,5%, incidindo os acréscimos essencialmente nos automóveis de passageiros (+65,9 M€) e partes e acessórios de automóveis (+62,0 M€).

No grupo **“Máquinas, aparelhos e partes”** (+113,6 M€), com um peso no total das importações de 11,9% e t.v.h. +9,7%, destacam-se, entre os aparelhos mecânicos, os acréscimos nas importações de caixas de fundição e moldes (+30,0 M€), de máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades (+13,6 M€) e de torneiras e válvulas (+8,5 M€). Entre os aparelhos elétricos (+26,6 M€) sobressaíram as de fios e cabos (+18,8 M€), de telefones e aparelhos de telecomunicação (+13,5 M€) e de partes de leitores, gravadores de som e vídeos (+10,4 M€).

Nos restantes grupos de produtos verificaram-se acréscimos de menor amplitude:

- No grupo **“Químicos”** (+35,4 M€), com um peso na estrutura de 16,1% e t.v.h. +2,1%, os acréscimos incidiram principalmente na área dos plásticos e da borracha, designadamente pneus novos. Verificou-se um decréscimo significativo nas importações de produtos químicos inorgânicos (-49,9 M€), na sua quase totalidade compostos e amálgamas de ouro e também carbonatos, seguido de quebras nos produtos químicos orgânicos (-19,5 M€), principalmente compostos heterocíclicos de azoto, e nos sabões e ceras (-10,5 M€), com destaque para os primeiros;
- No grupo **“Produtos acabados diversos”** (+34,3 M€), com peso de 7,1% no total e t.v.h. +4,7%, destacam-se os acréscimos nas importações o vidro e suas obras (+9,1 M€), de brinquedos e jogos (+8,7 M€), de aparelhos ópticos, de fotografia, de medida e precisão (+7,2 M€), de produtos cerâmicos (+6,0 M€) e de mobiliário, colchões, almofadas e candeeiros (+5,9M€);
- No grupo **“Madeira. Cortiça e papel”** (+30,0 M€), com um peso de 5,3% na estrutura e t.v.h. +5,6%, sobressai um aumento no papel, cartão e suas obras (+22,1 M€), seguido da cortiça (+5,9 M€), tendo-se registado um decréscimo nas importações de livros e jornais (-6,9 M€);
- No grupo **“Aeronaves, embarcações e partes”** (+25,6 M€), com um peso de apenas 0,4% na estrutura e t.v.h.+162,1%, o acréscimo verificado incidiu na sua quase totalidade em aeronaves;
- O grupo **“Têxteis e vestuário”** (+14,2 M€), com um peso de 7,2% na estrutura e t.v.h. +1,9%, registou um acréscimo nas importações de vestuário de tecido (+14,9 M€) e um decréscimo nas aquisições de algodão, de lã e de filamentos sintéticos ou artificiais (-12,7 M€).

O único grupo de produtos em que se registou um decréscimo nas importações foi **“Calçado, peles e couros”** (-15,3 M€), 2,3% na estrutura e t.v.h. +4,7%, sendo superiores as quebras verificadas nas peles (-9,3 M€) às do calçado e suas partes (-7,1 M€).

4. Exportações

O grupo com maior peso nas exportações é também aqui o dos produtos **“Agro-alimentares”**, com uma quota que oscilou entre 17,6% e 18,9% ao longo dos últimos cinco anos.

Estrutura das exportações portuguesas com destino a Espanha por grupos de produtos (%)

	2012	2013	2014	2015	2016	1º Sem. 2016	1º Sem. 2017
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agro-alimentares	18,9	18,3	18,9	17,9	17,6	16,3	15,9
Químicos	14,8	14,2	13,5	13,4	13,6	14,1	13,6
Têxteis e vestuário	12,8	11,9	13,0	13,1	13,9	13,8	12,9
Minérios e metais	14,1	11,1	11,6	11,0	11,2	11,2	12,4
Mat. transp. terrestre e partes	8,6	8,2	9,3	10,5	10,9	11,9	11,5
Produtos acabados diversos	8,7	8,1	8,7	8,9	9,4	9,6	9,1
Máquinas, aparelhos e partes	8,0	7,7	7,8	7,6	8,2	8,2	8,6
Madeira, cortiça e papel	8,5	8,2	7,9	7,3	7,0	7,3	6,9
Energéticos	3,3	9,9	6,7	8,0	6,0	5,4	6,9
Calçado, peles e couros	2,2	2,1	2,3	2,1	2,1	2,0	1,9
Aeronaves, embarc. e partes	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2

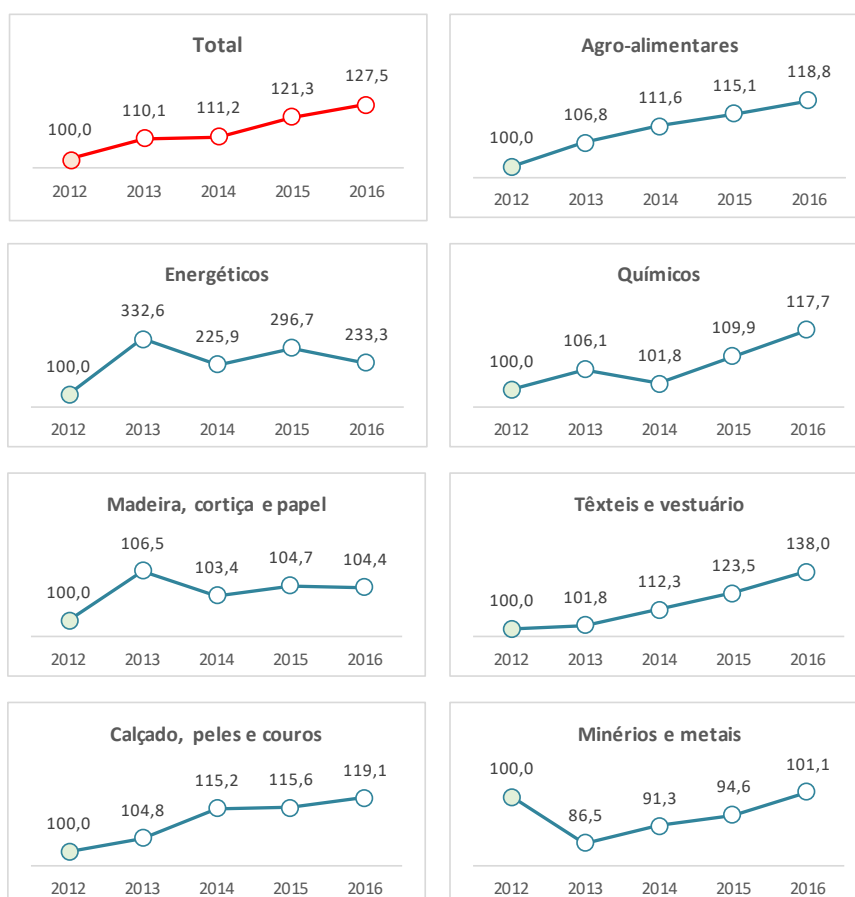
Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 8-9-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

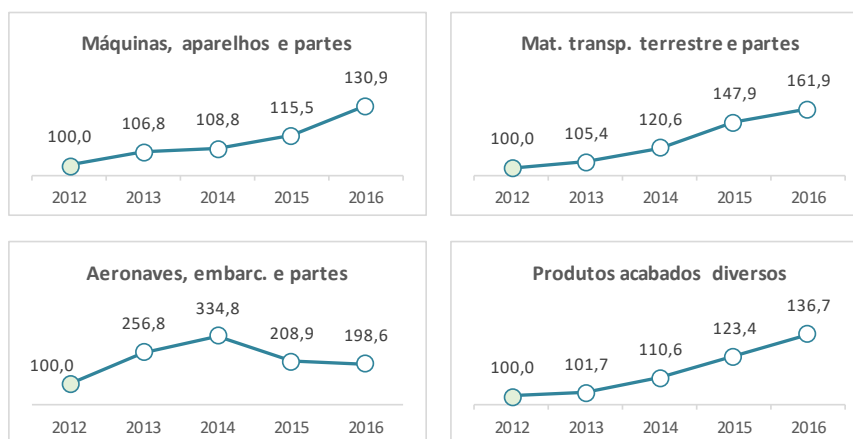
No 1º semestre de 2017 este grupo representou 15,9% do total (16,3% no semestre homólogo). Alinharam-se depois, por ordem decrescente, os grupos “Químicos” (13,6%), “Têxteis e vestuário” (12,9%), “Minérios e metais” (12,4%) e “Material de transporte terrestre e partes” (11,5%).

Com um peso inferior a 10% seguiram-se os grupos “Produtos acabados diversos” (9,1%), “Máquinas, aparelhos e partes” (8,6%), “Madeira, cortiça e papel” e “Energéticos” (6,9% cada), “Calçado, peles e couros” (1,9%) e “Aeronaves, embarcações e partes” (0,2%).

Nos gráficos que se seguem encontra-se representada, por grupos de produtos, a variação em valor das exportações com destino a Espanha ao longo do último quinquénio (2012=100).

Exportações de mercadorias com destino a Espanha Variação em valor nos últimos cinco anos (2012=100)





Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 8-9-2017; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

4.1. Principais acréscimos e decréscimos das exportações no 1º semestre de 2017, por grupos de produtos

No 1º semestre de 2017 verificou-se um acréscimo de +584,4 milhões de euros (M€) nas exportações de mercadorias com destino a Espanha, face ao 1º semestre do ano anterior.

O maior aumento ocorreu no grupo de produtos **“Minérios e metais”** (+152,7 M€), com um peso no total de 12,4% e t.v.h. +21,0%, envolvendo, entre outras, as exportações de ferro fundido, ferro ou aço e suas obras (+101,3 M€), principalmente desperdícios e sucata, laminados planos, fio-máquina e outros fios, construções, reservatórios, fios e cabos para uso não elétrico, as de alumínio e suas obras (+32,9 M€), as de minérios, escórias e cinzas (+14,1 M€), com destaque para o minério de cobre, de cobre e suas obras (+8,5 M€), principalmente desperdícios, resíduos e sucata, e as de chumbo e suas obras (+5,0 M€).

Os maiores decréscimos incidiram na platina em formas brutas (-14,8 M€), nos minérios de zinco (-8,6 M€) e no ferro fundido em formas primárias (-5,9 M€).

Seguiu-se o grupo **“Energéticos”** (+137,3 M€), com um peso de 6,9% e t.v.h. +39,3%, com acréscimos nos refinados de petróleo (+101,6 M€) e na energia elétrica (+28,1 M€).

No grupo **“Máquinas, aparelhos e partes”** (+73,7 M€), com 8,6% na estrutura e t.v.h. +13,9%, destacam-se acréscimos nas exportações de máquinas e aparelhos mecânicos (+65,8 M€), como moldes e caixas de fundição, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, motores e máquinas motrizes, elevadores, escadas rolantes, transportadores e “robots” industriais, entre outros, e nas máquinas e aparelhos elétricos (+7,8 M€), como recetores de rádio, partes de motores e geradores, quadros elétricos e transformadores.

Os maiores decréscimos ocorreram nas exportações de partes de emissores, radares, recetores rádio e TV (-6,7 M€), de bombas de ar ou vácuo, compressores, ventiladores e exaustores (-5,6 M€) e de fios e cabos elétricos ou de fibra ótica (-5,2 M€).

Seguiu-se o grupo dos produtos **“Agro-alimentares”** (+71,9 M€), com um peso de 15,9% no total e t.v.h. +6,8%. Os acréscimos mais significativos couberam às frutas (+33,3 M€), peixe, crustáceos e moluscos (+31,7 M€), produtos hortícolas (+10,4 M€), carnes e miudezas (+7,1 M€), preparações de carne, peixe, crustáceos e moluscos (+6,2 M€) e gorduras e óleos animais ou vegetais (+6,2 M€).

Os maiores decréscimos verificaram-se nas exportações de bebidas (-12,6 M€), com destaque para as águas minerais, de preparações à base de cereais e de leite (-5,7 M€), de plantas vivas e floricultura (-3,4 M€), de animais vivos (-3,2 M€), principalmente bovinos, e de cereais (-3,1 M€), principalmente milho, mas também arroz.

No grupo **“Químicos”** (+44,2 M€), 13,6% na estrutura e t.v.h. +4,8%, sobressaem os plásticos e suas obras (+43,2 M€). Seguiram-se os produtos químicos orgânicos (+19,5 M€), como etileno, propileno e outros, e a borracha e suas obras (+9,7 M€), principalmente pneus novos.

O decréscimo mais significativo coube aos metais preciosos no estado coloidal, compostos e amálgamas (-48,4 M€), designadamente compostos de ouro.

Seguiu-se o grupo **“Material de transporte terrestre e partes”** (+42,2 M€), com 11,5% na estrutura e t.v.h. +5,4%, incidindo o acréscimo quase exclusivamente nos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (+42,2 M€). Destacam-se aqui as partes e acessórios de automóveis e tratores (+31,5 M€), veículos automóveis de passageiros, incluindo para 10 ou mais passageiros (+10,1 M€) e bicicletas e triciclos sem motor (+6,0 M€).

Neste 1º semestre verificou-se uma quebra na exportação de veículos automóveis para o transporte de mercadorias (-6,7 M€).

Nos restantes grupos verificaram-se acréscimos de menor amplitude:

- **“Produtos acabados diversos”** (+22,1 M€), com um peso de 9,1% e t.v.h. +3,5% inclui produtos muito diversificados, destacando-se entre os acréscimos os de mobiliário não médico (+8,9 M€) e entre os decréscimos os de assentos mesmo transformáveis em cama (-7,4 M€);
- **“Têxteis e vestuário”** (+18,6 M€), com 12,9% na estrutura e t.v.h. +2,1%, com destaque para os aumentos no vestuário de tecido (+23,3 M€) nas e fibras sintéticas ou artificiais (+5,5 M€), incidindo o maior decréscimo no vestuário de malha (-14,2 M€);
- **“Madeira, cortiça e papel”** (+10,8 M€), com um peso de 6,9% no total e t.v.h. +2,3%, registou acréscimos principalmente na cortiça e suas obras (+8,3 M€), no papel, cartão e suas obras (+5,3 M€), como caixas, sacos e embalagens, guardanapos, papel higiénico, lenços, fraldas e pensos, e na madeira e suas obras (+5,1 M€), principalmente obras de carpintaria para construção e ‘pellets’ de madeira. Entre os decréscimos destaca-se o das pastas de papel (-9,4 M€);
- **“Aeronaves, embarcações e partes”** (+10,1 M€), com apenas 0,2% na estrutura e t.v.h. +138,2%, distribuindo-se os acréscimos por aeronaves, outros aparelhos aéreos e suas partes (+8,2 M€), essencialmente partes, e por embarcações (+1,8 M€), principalmente barcos para desporto ou recreio;
- **“Calçado, peles e couros”** (+0,8 M€), com um peso de 1,9% e t.v.h. +0,6%, onde se registou um aumento nas exportações das obras de couro, bolsas e artigos de viagem (+1,7 M€) e um decréscimo no calçado (-0,6 M€) e também nas peles (-0,3 M€).

ANEXO

**Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos
com base na Nomenclatura Combinada**

Grupos de Produtos		Capítulos da NC
A	Agro- alimentares	01 a 24
B	Energéticos	27
C	Químicos	28 a 40
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H	Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I	Material de transp. terrestre e partes [1]	86, 87
J	Aeronaves, embarcações e partes [2]	88,89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Grandes Opções do Plano 2018 – Conselho Económico e Social Conselho de Ministros de 14 de setembro	Aprovou, na generalidade, o projeto de proposta de lei das Grandes Opções do Plano para 2018, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Económico e Social.
Contratos de investimento – Criação de postos de trabalho – Relançamento da economia Conselho de Ministros de 14 de setembro	Aprovou 12 projetos de resolução para a celebração de contratos de investimento no valor global de aproximadamente 160 milhões de euros. Os projetos revestem especial interesse para o relançamento da economia nacional, permitindo a criação de 358 postos de trabalho até 2020, nomeadamente no que respeita à indústria transformadora.
Transposição de Diretivas – Inspeções periódicas Conselho de Ministros de 21 de setembro	Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime de inspeção técnica periódica de veículos em circulação na via pública (Diretiva n.º 2014/45/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014) e o do regime de inspeção técnica na estrada de veículos comerciais em circulação (Diretiva 2014/47/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014), uniformizando a prática das inspeções entre os Estados-membros da UE, o que traz benefícios ambientais e económicos.
Transposição de Diretivas – Progresso técnico Conselho de Ministros de 28 de setembro	Aprovou o decreto-lei que transpõe diretivas europeias, referentes a anexos técnicos, respeitantes, entre outras, às seguintes matérias: pressão máxima admissível das embalagens de aerossóis e segurança de brinquedos.
Crowdfunding Conselho de Ministros de 28 de setembro	Aprovou a proposta de lei que define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo (<i>crowdfunding</i>).

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Transposição de diretiva – Código dos Contratos Públicos Decreto-Lei n.º 111-B/2017 - Diário da República n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31	Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.
Transposição de diretiva - Atmosferas potencialmente explosivas Decreto-Lei n.º 111-B/2017 - Diário da República n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31	Estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva n.º 2014/34/EU.

Assunto/Diploma	Descrição
Transposição de diretiva - Equipamentos sobre pressão – Mercado de Equipamentos sob pressão Decreto-Lei n.º 111-B/2017 - Diário da República n.º 168/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-08-31	Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo a Diretiva n.º 2014/68/UE.
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares Lei n.º 106/2017 - Diário da República n.º 170/2017, Série I de 2017-09-04	Assegura o direito à declaração conjunta de despesas e rendimentos com dependentes em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.
Fundo de Estabilização Aduaneiro e Fundo de Estabilização Tributário Decreto-Lei n.º 113/2017 - Diário da República n.º 173/2017, Série I de 2017-09-07	Procede à fusão do Fundo de Estabilização Aduaneiro no Fundo de Estabilização Tributário.
Programa Nacional de Gestão do Combustível Irradiado e dos Resíduos Radioativos Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2017 - Diário da República n.º 173/2017, Série I de 2017-09-07	Aprova o Programa Nacional de Gestão do Combustível Irradiado e dos Resíduos Radioativos para 2015-2019.
Contrastarias Decreto-Lei n.º 120/2017 - Diário da República n.º 179/2017, Série I de 2017-09-15	Altera o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias, aprovado pela Lei n.º 98/2015, de 18 de agosto.
Indemnizações Compensatórias Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2017 - Diário da República n.º 185/2017, Série I de 2017-09-25	Aprova, para o corrente ano, a atribuição de indemnizações compensatórias às empresas prestadoras de serviço público.
Estratégia para o Turismo2027 Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017 - Diário da República n.º 187/2017, Série I de 2017-09-27	Aprova a Estratégia para o Turismo 2027.
Valores Mobiliários Decreto-Lei n.º 123/2017 - Diário da República n.º 185/2017, Série I de 2017-09-25	Estabelece o regime de conversão dos valores mobiliários ao portador em valores mobiliários nominativos, em execução da Lei n.º 15/2017, de 3 de maio.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.